



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”**

EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2026
Proc. Administrativo nº 32/2026

**EDITAL DE LICITAÇÃO: “EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE
DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”**

Caderno de Licitação
Volume I





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

CONTEÚDO DO CADERNO DE LICITAÇÃO

VOLUME I

Conteúdo do caderno de licitação

Índice do Volume I

Capítulo I	Apresentação da Licitação
Capítulo II	Condições Específicas do Edital
Capítulo III	Anexo “A” – Modelagem da licitação – Regras de Gestão Contratual
Capítulo IV	Anexo “B” – Proposta de Preços
Capítulo V	Anexo “C” – Modelo de Declaração Exigida para Habilitação
Capítulo VI	Anexo “D” – Minuta de Contrato

VOLUME II

Capítulo VII	Anexo “E” – Especificações Técnicas
Capítulo VIII	Anexo “F” – Critério de Medição e Pagamento
Capítulo IX	Anexo “G” – Gerenciamento de Risco
Capítulo X	Anexo “H” – Orçamento de Referência, Cronograma Estimado de Execução, Lista de Códigos, Composições Analíticas de Preço Unitários, Modelo de Placa de Obra
Capítulo XI	Anexo “I” – Modelos
Capítulo XII	Anexo “J” – Desenhos





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

ÍNDICE DO VOLUME I

Capítulo I:

APRESENTAÇÃO DA LICITAÇÃO

Capítulo II:

CONDIÇÕES ESPECÍFICA DO EDITAL

PREÂMBULO

- Item 1 DO OBJETO
- Item 2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- Item 3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- Item 4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- Item 5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- Item 6 DA FASE DE JULGAMENTO
- Item 7 DA FASE DE HABILITAÇÃO
- Item 8 DOS RECURSOS
- Item 9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- Item 10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- Item 11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- Item 12 DOS ANEXOS

Capítulo III

ANEXO “A” - MODELAGEM DA LICITAÇÃO – REGRAS DE GESTÃO CONTRATUAL

Capítulo IV

ANEXO “B” - PROPOSTA DE PREÇOS

Capítulo V

ANEXO “C” - MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Capítulo VI

ANEXO “D” - MINUTA DE CONTRATO

Capítulo VII

ANEXO “E” - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Capítulo VIII

ANEXO “F” - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”**

Capítulo IX

ANEXO “G” - GERENCIAMENTO DE RISCO

Capítulo X

ANEXO “H” – ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, CRONOGRAMA ESTIMADO DE EXECUÇÃO, LISTA DE CÓDIGOS, COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇO UNITÁRIOS, MODELO DE PLACA DE OBRA

Capítulo XI

ANEXO “I” – MODELOS

Capítulo XII

ANEXO “J” – DESENHOS





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Capítulo I:
APRESENTAÇÃO DA LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA
004/2026

CONTRATANTE (UASG)
(986921)

OBJETO
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 47.984.536,78

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **20/07/2026** às **09h30m** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço.

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO.

REGIME DE EXECUÇÃO:
Empreitada por preços unitários.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Capítulo II:

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL

PREÂMBULO

Torna-se público que o **Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS**, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023, nº 6238/2017, nº 6434/2018, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

A sessão pública de processamento da Concorrência será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

Os **Anexos “A” a “J”** - Volumes I e II do Edital encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.praiagrande.sp.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em **único item**, conforme tabela constante da Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o **3º (terceiro) dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

habilitação.

2.4. Por se tratar a presente licitação de contratação de obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não se aplicam às disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, a teor do disposto no § 1º, inciso II, do art. 4º da Lei nº 14.133/21.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.9. Empresas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011;

2.5.10. Empresas que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei nº 12.527/2011 e do art. 62, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 68.155/2023;

2.5.11. Empresas que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei nº 12.846/2013) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (art. 2º do Decreto Estadual nº 67.684/2023);

2.5.12. Empresas que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em decorrência de





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.5.13. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133 de 2021.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. No que concerne aos itens 2.5.2 e 2.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades **cooperativas**, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

2.10. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em **consórcio**.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou ao maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 de 2006, a pessoa jurídica:

3.5.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.5.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.5.3. De cujo o capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.4. Cujo o titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei complementar nº 123 de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.5.7. Que participe de capital de outra pessoa jurídica;

3.5.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.5.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.5.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

3.5.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens **3.3** e **3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor Total Geral com BDI do único item.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos na Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual/Projeto Básico.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo órgão ou entidade contratante e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#).

4.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.13. O fornecedor que for pessoa física não empresária, ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

4.13.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata o subitem acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) agente de contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Total Geral com BDI do único Item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem acima.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) e da Lei Estadual nº 13.798, de 09 de novembro de 2009.

5.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.21. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata, no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União](#);

6.1.3. [Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União](#);

6.1.4. [Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça](#);

6.1.5. [Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções](#);

6.1.6. [Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP](#); e

6.1.7. [Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo](#).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.5.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o agente de contratação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.5.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 6.5, o agente de contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do(a) agente de contratação, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.8.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

estimado e pela superação de custo unitário de todos os itens, conforme planilha anexa ao edital.

6.8.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.8.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do(a) agente/comissão de contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Em se tratando de prestação de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

6.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

6.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.9.3.1. Este subitem não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

6.9.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.9.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o(a) agente de contratação determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.9.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

6.9.7. Em se tratando de prestação de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

a) Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

b) Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

c) Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de obra ou serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata o subitem acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo A - Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

7.1.2. Nesta licitação, a avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, todavia é de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 15 horas.

7.1.3. Os interessados poderão realizar vistoria mediante prévio agendamento e sob o acompanhamento de servidor da **Secretaria de Obras Públicas** designado para esse fim, no intuito do dimensionamento e da elaboração da proposta, sendo previamente agendadas nos dias úteis das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, através do telefone nº **(13) 3496-2151**, podendo ser realizada até às 15:00 horas do dia útil anterior ao horário de abertura da licitação.

7.1.3.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou eletrônico.

7.2.1. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.2.2. No caso de os documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no subitem 7.2.1 deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, para a Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEOP, situada na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até **05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública**, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, para que sejam autenticados por servidor da Administração

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1. A não observância do disposto no subitem acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. A verificação pelo(a) agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) agente de contratação.

7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

7.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 11 deste Edital.

8. DOS RECURSOS





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, pelo órgão jurídico competente.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, na Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEOP da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Agente de Contratação durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

9.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. Advertência;

9.3.2. Multa;

9.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

9.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.5.1. Para as infrações previstas nos itens **9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3.**, a multa será de 0,5% do valor do





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

contrato lícitado.

9.5.2. Para as infrações previstas nos itens **9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8.**, a multa será de 15% do valor do contrato lícitado.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, do órgão jurídico competente

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: seop1552@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: seop1552@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Agente de Contratação se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.1.2. A adjudicação será feita por um único item.

11.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

a) Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

b) Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

c) Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

d) Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

e) Prestação de Garantia Contratual: As condições para a prestação de garantia contratual estão previstas na Minuta de Contrato que integra este Edital como Anexo.

e.1) O licitante, sem qualquer risco de inabilitação ou desclassificação, poderá, nos termos do art. 96 e §§ 1º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, declarar, no processo de licitação, qual o tipo de garantia que pretende oferecer e eventual prazo, lembrando que somente para o tipo de garantia do inciso II do referido artigo há prazo fixado.

f) Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

f.1) A apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

f.2) A indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

11.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) agente de contratação.

11.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

11.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, assessorados se





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

necessário pelo órgão jurídico.

11.9. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os casos omissos serão solucionados pelo(a) agente de contratação.

11.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.13. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública desta licitação.

11.13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.14. No ato da assinatura do Contrato, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

11.15. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

11.16. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. Após a Homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a). Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b). Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou,

c) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

12.4. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. Referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócio ali





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

12.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e as previsões contidas neste Edital;

12.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. O Prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Modelagem da licitação – Regras de Gestão Contratual – Anexo A.

13. DOS ANEXOS

13.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos

13.1.1. Anexo “A” – Modelagem da licitação – Regras de Gestão Contratual;

13.1.2. Anexo “B” – Proposta de Preços;

13.1.3. Anexo “C” – Modelo de Declaração Exigida para Habilitação;

13.1.4. Anexo “D” – Minuta de Contrato;

13.1.5. Anexo “E” – Especificações Técnicas;

13.1.6. Anexo “F” – Critério de Medição e Pagamento;

13.1.7. Anexo “G” - Gerenciamento de Risco;

13.1.8. Anexo “H” – Orçamento de Referência, Cronograma Estimado de Execução, Lista de Códigos, Composições Analíticas de Preço Unitários, Modelo de Placa de Obra;

13.1.9. Anexo “I” – Modelos;

13.1.10. Anexo “J” – Desenhos.

Praia Grande, 22 de junho de 2026.

ENG.^a ELOISA OJEA GOMES TAVARES
Secretária Municipal de Obras Públicas



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Capítulo III

Anexo A

MODELAGEM DA LICITAÇÃO – REGRAS DE GESTÃO CONTRATUAL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução do objeto:

Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry,
nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALORES EM REAIS	
				PREÇO COM BDI	TOTAL
1	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
1.1	Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização	un	1,00	1.040.833,54	1.040.833,54
1.2	Administração local	un	1,00	5.077.858,91	5.077.858,91
				Subtotal	6.118.692,45
2	SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES				
2.1	Locação topográfica para passeio e pavimentação	m	21.843,55	8,14	177.806,50
2.2	Locação topográfica para redes de drenagem	m	4.491,61	14,78	66.386,00
2.3	Passadiço de madeira para pedestres	m²	33,60	400,39	13.453,10
2.4	Travessia em chapa metálica para veículos	m²	98,00	26,90	2.636,20
2.5	Sinalização provisória de trânsito	cj	38,00	1.112,14	42.261,32
2.6	Placa de identificação da obra	m²	20,00	1.105,15	22.103,00
				Subtotal	324.646,12
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				
3.1	Demolição mecanizada de calçada	m²	9.996,87	17,53	175.245,13
3.2	Demolição mecanizada de concreto simples	m³	460,22	136,93	63.017,92
3.3	Demolição manual de concreto simples	m³	471,49	353,82	166.822,59
3.4	Demolição de sarjeta e/ou sarjetão de concreto	m²	5.270,89	42,59	224.487,21
3.5	Demolição de pavimento asfáltico	m²	11.522,61	33,24	383.011,56
3.6	Fresagem de pavimento asfáltico	m²	50.347,81	13,65	687.247,61
3.7	Carga e descarga de entulho, inclusive transporte ate 1 km	m³	9.314,46	23,91	222.708,74
3.8	Transporte de entulho a partir do primeiro km	m³ x km	102.459,06	2,12	217.213,21
3.9	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	ton	3.181,40	59,70	189.929,58
				Subtotal	2.329.683,55
4	TERRAPLENAGEM				
4.1	Escavação mecanizada de solo	m³	17.313,36	16,01	277.186,89



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

4.2	Escavação manual de solo	m³	353,33	153,08	54.087,76
4.3	Compactação de aterro e/ou reaterro	m³	7.740,59	9,23	71.445,65
4.4	Carga e descarga de terra, inclusive transporte ate 1 km	m³	12.903,93	19,24	248.271,61
4.5	Transporte de terra a partir do primeiro km	m³ x km	141.943,23	2,37	336.405,46
4.6	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	m³	12.903,93	38,57	497.704,58
				Subtotal	1.485.101,95
5	DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				
5.1	ESGOTAMENTO				
5.1.1	Mobilização e desmobilização de equipamento para rebaixamento de lençol freático	un	5,00	16.063,47	80.317,35
5.1.2	Esgotamento com bombas de superfície ou submersas	hp x h	8.352,00	8,86	73.998,72
5.1.3	Instalação de ponteiros filtrantes para rebaixamento do lençol freático	un	250,00	922,69	230.672,50
5.1.4	Operação e manutenção do sistema de rebaixamento do lençol freático	cj x dia	1.527,00	1.050,41	1.603.976,07
				Subtotal	1.988.964,64
5.2	ESCORAMENTO				
5.2.1	Escoramento descontínuo de vala	m²	5.979,90	96,96	579.811,10
5.2.2	Escoramento contínuo de vala	m²	7.542,30	168,26	1.269.067,40
				Subtotal	1.848.878,50
5.3	REDE DE DRENAGEM				
5.3.1	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	4,47	345,24	1.543,22
5.3.2	Berço de concreto armado para tubos de concreto	m³	13,41	1.792,75	24.040,78
5.3.3	Boca de leão simples	un	32,00	2.864,30	91.657,60
5.3.4	Boca de leão dupla	un	15,00	4.350,31	65.254,65
5.3.5	Renivelamento de PV	un	204,00	586,08	119.560,32
5.3.6	Tubo em polietileno de alta resistência PEAD - DN 400mm	m	129,61	282,77	36.649,82
5.3.7	Grelha articulada em ferro fundido	un	716,00	766,56	548.856,96
				Subtotal	887.563,35
5.4	REVESTIMENTO EM CANAIS				
5.4.1	Base de pedra rachão para aduelas	m³	2.066,13	268,22	554.177,39
5.4.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	344,36	345,24	118.886,85
5.4.3	Berço de concreto armado para aduelas	m³	1.033,07	1.699,03	1.755.216,92
5.4.4	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,00 x 0,50 m	m	1.929,00	2.619,24	5.052.513,96
5.4.5	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,50 x 0,50 m	m	2.433,00	3.245,15	7.895.449,95
5.4.6	Poço de visita Tipo Especial 1	un	81,00	4.894,85	396.482,85
5.4.7	Poço de visita Tipo Especial 2	un	23,00	4.582,36	105.394,28
5.4.8	Poço de visita Tipo Especial 3	un	4,00	4.237,39	16.949,56



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.4.9	Muro testa de concreto para rede de canalização	m³	1,60	2.962,84	4.740,54
5.4.10	Ala de concreto para rede de canalização	m³	45,00	2.794,17	125.737,65
5.4.11	Enrocamento de pedra lançada	m³	27,97	430,57	12.043,04
				Subtotal	16.037.592,99
6	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				
6.1	PAVIMENTO				
6.1.1	Imprimação impermeabilizante	m²	943,80	16,15	15.242,37
6.1.2	Imprimação ligante	m²	39.769,50	8,12	322.928,34
6.1.3	Pavimento em concreto asfáltico com asfalto borracha	m³	1.988,48	1.679,71	3.340.069,74
6.1.4	Pavimento de concreto armado	m³	1.266,03	1.885,80	2.387.479,37
6.1.5	Assentamento de lona plastica	m²	12.660,28	3,02	38.234,05
				Subtotal	6.103.953,87
6.2	OBRAS VIÁRIAS				
6.2.1	Preparo de caixa até 0,40 m para leito carroçável	m²	45.867,56	38,86	1.782.413,38
6.2.2	Guia pre moldada em concreto	m	8.994,85	58,09	522.510,84
6.2.3	Sarjeta em concreto	m³	873,74	1.037,21	906.251,87
6.2.4	Sarjetão em concreto armado	m³	66,07	1.402,02	92.631,46
6.2.5	Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (RAP) reciclado em usina móvel com até 3% de CAP, fornecimento e aplicação	m³	6.880,13	844,29	5.808.824,96
6.2.6	Base de brita graduada para leito carroçável	m³	680,20	179,10	121.823,82
				Subtotal	9.234.456,33
7	PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				
7.1	Preparo de caixa para calçamento	m²	10.951,34	12,77	139.848,61
7.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	547,57	345,24	189.043,07
7.3	Captação de águas pluviais domiciliares	m	768,00	173,28	133.079,04
7.4	Calçada em concreto e = 8,0 cm	m²	10.951,34	106,20	1.163.032,31
				Subtotal	1.625.003,03
VALOR GLOBAL					47.984.536,78

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste documento, prevalecem as disposições deste instrumento.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.
- 1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como **obra comum**, nos termos da Lei Federal nº 14133/2021, conforme descrição deste documento e critérios da nota Técnica IBR 001/2021 do IBRAOP.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, desde que observadas as diretrizes do art. 105 da lei 14.333/2021.
- 1.6. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa da CONTRATADA:
- ✓ A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas previstas no item 6.7 deste documento;
 - ✓ O CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da lei nº 14.133/2021.
- 1.7. Não obstante o prazo estipulado no subitem anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as mencionadas despesas. Verificada a condição resolutiva a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.
- 1.8. O prazo de execução dos serviços será de **18 (dezoito) meses** e deverá coincidir com o período definido no cronograma físico financeiro, que instrui o Processo Administrativo e que deverá compor o Edital.
- 1.9. O prazo previsto no item 1.8, acima, será contado da data indicada na Ordem de Serviço e poderá ser prorrogado em caso de motivo justo e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.10. O contrato trará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação segue pormenorizada:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Todo o perímetro do bairro Tupiry apresenta deficiência no sistema de drenagem urbana, tendo como principal problema a ser sanado a ocorrência de alagamentos em diversas vias, causados pela ineficiência do sistema de coleta e escoamento de águas pluviais, agravada pelas baixas cotas altimétricas da região e pelo desgaste do pavimento existente, implantado há aproximadamente 15 anos.

O Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do Município de Praia Grande, elaborado inicialmente em 1997, definiu em seu programa, como Medidas de Médio e Longo Prazo, intervenções diretas na forma de obras para a adequação do sistema de drenagem do município, contemplando ações estruturais voltadas à melhoria da eficiência hidráulica e mitigação de pontos críticos de alagamento.

Dessa forma, faz-se necessária a reformulação do sistema de drenagem das vias do bairro Tupiry, com a implantação de novo sistema composto por dispositivos de seções retangulares de concreto (aduelas), bem como a adequação do escoamento superficial existente, permitindo a correta captação e condução das águas pluviais.

Em complemento às intervenções de drenagem, será realizada a recuperação funcional das vias, incluindo a execução de pavimento em concreto em trechos específicos, bem como o recapeamento ou substituição da base e aplicação de novo revestimento asfáltico nas demais vias, garantindo melhores condições de trafegabilidade, durabilidade e direcionamento adequado do escoamento superficial.

Tais intervenções são fundamentais para reduzir ou eliminar os alagamentos recorrentes, melhorar a mobilidade urbana, garantir o acesso seguro da população a serviços essenciais, como transporte público, atendimento de emergência e coleta de resíduos, além de proporcionar melhores condições de manutenção da infraestrutura urbana.

Neste contexto, buscamos, sob a perspectiva do interesse público, reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, na medida em que, com as vias urbanizadas e dotadas de sistemas de infraestrutura adequados, o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais estará garantido. Haverá também melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade urbana.

2.2. Consultada Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a mesma formalizou que o objeto desta contratação não se enquadra nas hipóteses de licenciamento ambiental obrigatório.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026) conforme: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026/16>.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O projeto tem como objetivo a qualificação do espaço urbano, promovendo lazer, convivência social, saúde e bem-estar para a população local. O estudo compreende a pavimentação das vias, a execução de passeio e a implantação de sistema de drenagem de diversas ruas do bairro Tupiry.

A construção do novo pavimento será constituída por 15cm de base proveniente de resíduos de construção e demolição. As camadas de rolamento serão de 5cm quando em concreto asfáltico com asfalto borracha, nos trechos com reforço ou recapeamento. Também serão executados trechos em pavimento de concreto armado com espessura de 10 cm.

Nos trechos onde haverá pavimento novo serão executadas guias pré-moldadas, sarjetas e passeio em concreto, para suporte e proteção das guias novas e acessibilidade. Nos trechos onde pavimento existente apresenta boas condições, apenas a fresagem e refazimento das sarjetas que estiverem danificadas será considerado.

O projeto de drenagem consistirá em partes das ruas do Bairro Tupiry, em seções retangulares de concreto pré-moldadas (aduelas) com dimensão de 1,00 x 0,50 e 1,50 x 0,50 m, contendo dispositivos de captação da água das chuvas em grelhas de ferro fundido, acesso para manutenção (poços de visita) e drenagem superficial em sarjetas e sarjetões.

As quantidades exatas dos serviços necessários para a execução completa da obra estão detalhadas nas planilhas orçamentárias, memórias de cálculo e nos projetos que compõem o objeto. As quantidades para aduelas, dispositivos, geometria das vias e passeios foram estimadas utilizando ferramentas do software AutoDESK. Também foram objetos de consulta os levantamentos topográficos, projetos de loteamento aprovados, bem como o Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de Praia Grande. Tais estudos foram elaborados por esta Subsecretaria de Infraestrutura.

Para a pavimentação, a espessura das camadas e o tipo de revestimento adotado foram determinados mediante estudo elaborado por empresa especializada contratada, através do Processo Administrativo nº 20.488/2022, cujo objeto trata da “Contratação de empresa e/ou profissional especializado para elaboração de projetos de dimensionamento de pavimento de vias em diversos bairros do Município de Praia Grande”, no qual contempla também os estudos referentes ao bairro Tupiry. Neste caso, o pavimento já se encontrava devidamente definido.

Ressalta-se que as referidas quantidades não se configuram apenas como estimativas preliminares, uma vez que o presente processo decorre da readequação do Processo Administrativo nº 3.380/2023, originalmente instruído sob a Lei nº 8.666/1993, o qual já contemplava o levantamento detalhado e a quantificação dos serviços. Dessa forma, as quantidades apresentadas foram previamente apuradas com maior grau de precisão, tendo sido mantidas e compatibilizadas para atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021, não havendo, portanto, necessidade de reestimativa dos quantitativos





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

As manutenções e serviços de limpeza devem ocorrer conforme as disposições do Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de Praia Grande, realizadas seguindo a demanda e cronograma de ações estabelecido pela SESURB (Secretaria de Serviços Urbanos) do Município de Praia Grande.

Ruas contempladas:

Avenida São Francisco de Assis	Rua Cantora Dercy Gonçalves
Rua Ariovaldo Augusto de Oliveira	Rua Cantora Dolores Duran
Rua Cantor Adoniran Barbosa	Rua Cantora Elis Regina
Rua Cantor Antônio Marcos	Rua Cantora Elizeth Cardoso
Rua Cantor Cazuza	Rua Cantora Emilinha Borba
Rua Cantor Emílio Santiago	Rua Cantora Maysa
Rua Canto Jessé	Rua Cantora Nara Leão
Rua Cantor Leandro	Rua Rita Lee
Rua Cantor Luiz Gonzaga	Rua Dorival Caymmi
Rua Cantor Nelson Ned	Rua Jair Roldão
Rua Cantor Paulo Sérgio	Rua Luis Henrique
Rua Cantor Raul Seixas	Rua Músico Dominginhos
Rua Cantor Reginaldo Rossi	Rua Músico Marcelo Fromer
Rua Cantor Renato Russo	Rua Pery Ribeiro
Rua Cantor Tim Maia	Rua Pianista Chiquinha Gonzaga
Rua Cantor Waldick Soriano	Rua Sambista Jamelão
Rua Cantora Aracy de Almeida	Rua Sambista Jovelina Pérola Negra
Rua Cantora Carmem Miranda	Rua Sebastião de Carvalho Júnior
Rua Cantora Cássia Eller	Vila 01
Rua Cantora Clara Nunes	Vila 02
Rua Cantora Dalva de Oliveira	

Os serviços discriminados na tabela constante do item 1.1 constarão detalhados nos anexos técnicos, bem como as Especificações Técnicas de Serviços e os Critérios de Medição da obra.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e conforme projeto executivo.

4.2. Para realização dos serviços será adotado o regime de execução de empreitada por preço unitário.

4.3. Requisitos Técnicos:

4.3.1 A presente proposta consiste na contratação de empresa para execução de Obra mediante certame licitatório, através do regime de empreitada por preço unitário na modalidade Concorrência, na





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, no modo de disputa Aberto e Fechado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais)**.

4.3.3 A contratação é de natureza não continuada e contempla a execução integral da obra de construção civil. O prazo estimado de execução segue o cronograma físico financeiro referencial juntado a este processo administrativo, que deverá compor o Edital e impõe à Contratada o dever de realizar a prestação de serviços em um período pré-determinado.

4.3.4 Capacidade da contratada na execução dos serviços, aplicação dos materiais de acordo com as determinações de projetos, das especificações técnicas e demais diretrizes a serem propostas.

4.3.5 Capacidade de definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigente.

4.3.6 Capacidade de definição de cumprimento do prazo de execução do serviço definidos no cronograma físico-financeiro;

4.3.7 A empresa vencedora do processo licitatório deverá atender na íntegra o que estabelece a Lei Federal nº12.305/2010, resolução CONAMA nº307/2002 e a Lei Municipal nº1.660/2013, em especial nos artigos 11º e 12º que tratam do cadastramento da empresa e dos Certificados de Transportes de Resíduos – CTR e no artigo 17º que trata do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC e Decreto Municipal 5.919/2015.

4.4. Da sustentabilidade:

4.4.1. CONTRATADA deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução do escopo contratual, tais como: realizar a gestão de resíduos e orientar/conscientizar quanto à sua destinação correta; minimizar a utilização de materiais; fomentar a utilização de insumos reciclados e de materiais atóxicos e biodegradáveis; fomentar a redução do consumo de água e de energia elétrica e optar por documentos de caráter digital/eletrônico quando possível, dentre outros.

4.4.2 Os colaboradores da CONTRATADA, alocados nas dependências da CONTRATANTE, deverão aderir às práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços.

4.4.3 Quando da utilização de serviços de locação de caçambas para remoção de entulho, ou situação similar, a CONTRATADA deverá elaborar e apresentar ao CONTRATANTE o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), caso requerido pela legislação municipal, assim como apresentar os comprovantes de transporte de resíduos ou documento equivalente.

4.4.4 A CONTRATADA, além de atender às exigências legais do município e ao PGRCC, deverá certificar-se de que os materiais removidos são destinados em locais apropriados e licenciados, sendo essa destinação final sua responsabilidade, devendo apresentar as comprovações que se fizerem necessárias.

4.4.5 A CONTRATADA deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, no campo, removendo e promovendo a devida destinação.

4.5. Das Normativas:

- 4.5.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 4.5.2 Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução do serviço, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- 4.5.3 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- 4.5.4 Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- 4.5.5 Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- 4.5.6 Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4.6 Da Subcontratação:

- 4.6.1 Não será admitida a subcontratação dos itens para os quais são efetuadas as exigências de experiência, listadas no subitem 8.2.4.4.3.1.
- 4.6.2 A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da PEBPG os serviços a serem realizados pela subcontratação poderão ser iniciados.
- 4.6.3 A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser efetuada com profissionais ou empresas devidamente registradas no CREA ou no CAU com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar nos mesmo termos disposto neste edital.
- 4.6.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.6.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.6.6 O CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a CONTRATADA, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.
- 4.6.7 Os pagamentos serão realizados exclusivamente à CONTRATADA.

4.7. Da Garantia





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

4.7.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, podendo a Contratada optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **3% (três por cento)** do valor total da contratação.

4.7.2 Na hipótese de acréscimo de valor contratual, a garantia deverá ser reforçada na mesma proporção, se necessário. Na hipótese de prorrogação de prazo contratual, o prazo de garantia deverá ser dilatado na mesma proporção.

4.7.3 Quando se fizer necessária a complementação da garantia de execução, a PEBPG exigirá da adjudicatária um valor adicional, correspondente a 3% (três por cento) incidente sobre o valor resultante do disposto na Lei nº 9.648/98, art. 48, § 2º.

4.7.4 Dados: Município da Estância Balneária de Praia Grande, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada na Avenida Presidente Kennedy, 9000 – Vila Mirim – Praia Grande – SP.

4.8. REAJUSTAMENTO.

4.8.1 Os preços dos serviços serão reajustados de acordo com a Legislação vigente, em cada 12 (doze) meses contados da data base do orçamento estimado conforme preconizado pela Lei nº 14133/2021 em seu art. 25, § 7º.

4.8.2 Os reajustamentos serão calculados com base nos preços unitários constantes da planilha de quantidades e preços apresentada pela Contratada, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = Po [(I : Io) - 1]$$

Onde:

P = Valor do Reajuste

Po = Preço unitário dos serviços na data-base Março/2026 (do orçamento estimado)

Io = Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado – INCC – M (Fundação Getúlio Vargas) – FGV, correspondente ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

I = Mesmo índice correspondente ao mês da periodicidade.

4.9. Da Vistoria:

4.9.1 A vistoria prévia dos interessados em participar do processo licitatório será facultativa.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, todavia é de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 15 horas.

4.9.2 Os interessssados poderão realizar vistoria mediante prévio agendamento e sob o acompanhamento de servidor da Secretaria de Obras Públicas designado para esse fim, no intuito do dimensionamento e da elaboração da proposta, sendo previamente agendadas nos dias úteis das 09:00 às 12:00 e





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

das 14:00 às 16:00 horas, através do telefone nº (13) 3496-2151, podendo ser realizada até às 15:00 horas do dia útil anterior ao horário de abertura da licitação.

4.9.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.10. Da contratação:

4.10.1 Após a Homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

4.10.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.10.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) Disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou,
- c) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

4.10.4 Constitui condição para a assinatura do contrato:

4.10.5 Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.10.6 Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.10.7 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.10.8 O Prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 10 (dez) dias úteis, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.10.9 No ato da assinatura do contrato a contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4.10.10 A Minuta do Contrato a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.11. Da rescisão

4.11.1 O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.11.2 O contrato poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da execução dos serviços

5.1.1 Os serviços contratados serão prestados conforme as condições da execução descritas neste documento.

5.2. Da preparação para execução dos serviços

5.2.1 A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, os seguintes itens:

5.2.2 Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), com base no valor total do contrato e ARTs ou RRTs dos responsáveis pelas áreas de atuação

5.2.3 Carta de preposição, conforme modelo acordado com o CONTRATANTE, contendo informações do responsável pelos serviços e assuntos de ordem contratual.

5.2.4 Documento contendo nome, formação, registro pertinente e contato do:

- Responsável técnico com competência técnica nos termos da Resolução nº 218/1973, cumulada com a Resolução nº 1.137/2023, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou nos termos da Resolução nº 21/2012, cumulada com a Resolução nº 91/2014, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU:

- Responsável técnico residente, responsável pelas atividades de supervisão e pela gestão do contrato.

5.2.5 A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis contados da data indicada na Ordem de Serviço, os seguintes itens:

5.2.5.1 Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC).

5.2.6 Documentos relacionados aos programas, planos e sistemas de gestão de segurança e medicina do trabalho vinculados ao local da atividade no tocante ao gerenciamento de riscos ocupacionais.

5.3 Do início da prestação dos serviços





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.3.1. A Ordem de Serviço será emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato, ou em casos em que houver recursos estaduais e/ou federais em até 10 (dez) dias úteis após o autorizo do órgão competente.

5.4 Do local e do horário da prestação dos serviços

5.4.1. Ruas contempladas:

Avenida São Francisco de Assis	Rua Cantora Dercy Gonçalves
Rua Ariovaldo Augusto de Oliveira	Rua Cantora Dolores Duran
Rua Cantor Adoniran Barbosa	Rua Cantora Elis Regina
Rua Cantor Antônio Marcos	Rua Cantora Elizeth Cardoso
Rua Cantor Cazuza	Rua Cantora Emilinha Borba
Rua Cantor Emílio Santiago	Rua Cantora Maysa
Rua Canto Jessé	Rua Cantora Nara Leão
Rua Cantor Leandro	Rua Rita Lee
Rua Cantor Luiz Gonzaga	Rua Dorival Caymmi
Rua Cantor Nelson Ned	Rua Jair Roldão
Rua Cantor Paulo Sérgio	Rua Luis Henrique
Rua Cantor Raul Seixas	Rua Músico Dominginhos
Rua Cantor Reginaldo Rossi	Rua Músico Marcelo Fromer
Rua Cantor Renato Russo	Rua Pery Ribeiro
Rua Cantor Tim Maia	Rua Pianista Chiquinha Gonzaga
Rua Cantor Waldick Soriano	Rua Sambista Jamelão
Rua Cantora Aracy de Almeida	Rua Sambista Jovelina Pérola Negra
Rua Cantora Carmem Miranda	Rua Sebastião de Carvalho Júnior
Rua Cantora Cássia Eller	Viela 01
Rua Cantora Clara Nunes	Viela 02
Rua Cantora Dalva de Oliveira	

5.4.2. A CONTRATADA deverá instalar e manter, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e da medição dos serviços por parte da Administração.

5.5 Da equipe de trabalho

5.5.1. A CONTRATADA deverá alocar o número necessário de colaboradores para a realização dos serviços, com o respectivo cumprimento das obrigações assumidas, garantindo a execução dos serviços inclusive na ocorrência de férias, licença, falta ao trabalho, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação vigente.

5.5.2. Os colaboradores da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados, com uniforme e crachá de identificação.

5.5.3. Todos os profissionais designados para a execução dos serviços, inclusive em eventuais substituições, deverão ter a qualificação técnica pertinente, sendo a CONTRATADA responsável pela comprovação desta qualificação por meio da apresentação dos documentos probatórios.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.5.4. A CONTRATADA deverá retirar imediatamente dos serviços, após solicitação devidamente motivada, funcionário indicado pelo CONTRATANTE que venha faltar com urbanidade, apresente conduta imprudente ou negligente, ou ainda, que apresente imperícia técnica face às atividades em prática, substituindo-o no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, salvo circunstância excepcional devidamente justificada.

5.6 Do preposto

5.6.1. A CONTRATADA deverá indicar preposto, que será seu representante para tratar de assuntos de ordem contratual.

5.6.2. O preposto será um funcionário da CONTRATADA, sendo permitido que ele acumule sua função com quaisquer cargos deste documento.

5.6.3. O preposto deverá comparecer presencialmente, quando houver eventual solicitação para resolução de assunto urgente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, na localidade do serviço ou na sede da CONTRATANTE, conforme o caso.

5.6.4. O prazo mencionado anteriormente somente poderá ser extrapolado em casos excepcionais, mediante justificativa prévia pela CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

5.6.5. Considera-se como endereço da sede da Contratante o Paço Municipal.

5.6.6. O preposto não atuará de forma exclusiva para o CONTRATANTE, de forma que o seu custo deve ser contabilizado nas despesas indiretas.

5.6.7. O preposto deverá estar disponível por telefone ou por outro meio de comunicação durante o horário de trabalho pactuado.

5.7 Do responsável técnico residente

5.7.1. A CONTRATADA deverá manter a presença de responsável técnico, de forma integral, assegurando a habilitação e a capacitação profissional para as atividades de supervisão e de gestão

5.8 Da segurança e da medicina do trabalho

5.8.1. A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes, pela prevenção de incêndios e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e as determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

5.8.2. A CONTRATADA deverá designar um colaborador para acompanhar e para adotar as medidas necessárias para atendimento de seus colaboradores acidentados ou acometidos por mal súbito.

5.8.3. A CONTRATADA deverá manter um sistema de gestão de segurança e medicina do trabalho, condizente com as Normas Regulamentadoras e com a legislação vigente, e enviar cópia ao CONTRATANTE:

5.8.4. Dos documentos relacionados aos programas, aos planos e aos sistemas de gestão vinculados ao local da atividade no tocante ao gerenciamento de riscos ocupacionais.

5.8.5. Dos exames periódicos dos colaboradores, quando de sua admissão e renovação.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.8.6. Dos certificados de treinamentos dos colaboradores, quando de sua admissão ou periódicos/reciclagem, quando necessários.

5.8.7. Das fichas de entrega de equipamentos de proteção dos colaboradores, antes do início de execução dos serviços, em eventuais atualizações e quando solicitado pelo CONTRATANTE.

5.8.8. A CONTRATADA deverá manter a presença de engenheiro e/ou técnico de segurança do trabalho responsável pelas ações de segurança do trabalho, quando do cumprimento das ações/medidas de segurança e de eventual acompanhamento na execução das atividades de risco, conforme normas regulamentadoras e legislação vigente.

5.8.9. A CONTRATADA deverá manter quando necessário, a presença de técnico de segurança do trabalho, ou outro profissional qualificado para tal atribuição, para acompanhamento em tempo integral dos trabalhos em altura com a emissão da documentação técnica de segurança pertinente, de forma a minimizar o risco de queda de quaisquer elementos durante a realização dos serviços.

5.8.10. A CONTRATADA deverá fornecer cópia dos procedimentos operacionais para as atividades rotineiras ou, para as atividades não rotineiras, a permissão de trabalho.

5.8.11. As ferramentas e demais utensílios utilizados no trabalho em altura deverão estar devidamente amarrados, de forma a minimizar o risco de queda de quaisquer elementos durante a realização dos serviços.

5.8.12. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter a sinalização e o isolamento dos locais de trabalho, inclusive, quando necessário, na via pública, de forma a prevenir danos pessoais ou materiais. Tais elementos devem atender rigorosamente a legislação e as normas pertinentes e aplicáveis.

5.8.13. Para a realização dos serviços os funcionários deverão estar munidos de vestimenta, equipamentos e demais elementos de proteção adequados.

5.8.14. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento aos seus funcionários de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade, de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

5.8.15. Não será permitido o uso de chinelos, sandálias ou de outros tipos inadequados de calçados pelos colaboradores da CONTRATADA.

5.9 Do diário de obras

5.9.1. A CONTRATADA deverá manter, no local, um livro físico contendo ocorrências e demais registros assinados pelo responsável técnico associado à direção da execução dos serviços.

5.10 Das orientações técnicas

5.10.1. A contratação prevê a instalação de todos os dispositivos e os acessórios necessários ao atendimento das normas técnicas e da legislação vigente.

5.10.2. Os serviços a serem realizados e os materiais e as peças a serem fornecidos deverão obedecer às normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

5.10.3. Normas de Segurança em Edificações do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

5.10.4. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.10.5. Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, em especial as NR-01, NR-06, NR-07, NR-09, NR-17, NR-18 e NR-35.

5.10.6. Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais no âmbito Municipal, Estadual e Federal pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

5.10.7. Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais específicos sobre acessibilidade.

5.10.8. Todas as adaptações ou alterações no projeto original, necessárias para uma melhor execução do serviço, deverão ser previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

5.10.9. As dimensões para construção ou fornecimento de elementos previstos no projeto deverão ser confirmadas in loco, sendo os desenhos apresentados apenas referências para fins de orçamento.

5.10.10. Testes e ensaios (in loco ou em laboratório), quando necessários, requeridos pelas normas técnicas ou demandados pelo CONTRATANTE, para comprovação de qualidade, terão os custos arcados pela CONTRATADA.

5.10.11. Equipamentos, quando submetidos à classificação de eficiência energética, deverão apresentar classificação de máxima eficiência energética, comprovadas através de etiquetagem ou certificação emitida por entidade credenciada pelo INMETRO. Casos de excepcionalidade deverão ser tratados com o CONTRATANTE.

5.10.12. No caso da utilização de produtos e subprodutos de origem mineral, deverá ser apresentado comprovante de cadastramento do fornecedor no CADMINÉRIO, em atendimento ao Decreto Estadual nº 67.409/2022.

5.11 Das demais orientações

5.11.1. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes, faixas, isolamentos ou outra forma de proteção ou de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

5.11.2. A CONTRATADA deverá executar ligações provisórias (elétrica, hidráulica, telefonia e dados) eventualmente necessárias.

5.11.3. O CONTRATANTE não disponibilizará quaisquer ferramentas, equipamentos e materiais para a realização dos trabalhos. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.11.4. A guarda das ferramentas, equipamentos e materiais da CONTRATADA, ou fornecidos pela CONTRATADA são de sua própria responsabilidade.

5.11.5. O CONTRATANTE não se responsabiliza por eventuais danos ou desaparecimentos ocorridos em suas dependências.

5.11.6. Deverão ser utilizadas ferramentas apropriadas a cada tipo de trabalho e operadas por operários especializados tanto no uso destas ferramentas como no serviço a ser executado.

5.11.7. A CONTRATADA deverá substituir qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação das instalações do CONTRATANTE ou que não atenda às necessidades do serviço contratado.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

5.11.8. Deverão ser apresentadas ao CONTRATANTE para aprovação, previamente, amostras dos acabamentos e demais materiais, além de todos os equipamentos e acessórios.

5.11.9. Sempre que for mencionado modelos ou marcas de materiais ou equipamentos, poderão ser aceitos materiais similares, de outras marcas, com equivalente características técnicas e funcionais, de igual ou superior qualidade, principalmente referente à durabilidade, acabamento e disponibilidade de peças de reposição.

5.11.10. Quando julgar necessário, o CONTRATANTE poderá exigir relação dos fabricantes e respectivos endereços, comprovantes de compra, assim como esclarecimentos detalhados sobre as características dos produtos e materiais eventualmente questionados.

5.11.11. A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Trabalho em até 5 (cinco) dias úteis, e após acordado com a Fiscalização, executar às suas exclusivas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo CONTRATANTE. Quando a irregularidade for justificadamente considerada de caráter grave ou urgente, o CONTRATANTE poderá fixar prazo menor.

5.12 Do término da prestação dos serviços e da vigência da garantia

5.12.1 O CONTRATANTE expedirá, em 15 (quinze) dias contados do término do objeto contratual conforme comunicação formal da CONTRATADA, o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e, em 90 (trinta) dias após o recebimento provisório e o cumprimento das condições estabelecidas em contrato, o Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

5.12.2 Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA obriga-se a repor as peças/componentes e os acessórios danificados, no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da comunicação por escrito. Todas as despesas com reparos que não resultarem do mau uso dos produtos, durante o prazo de vigência da garantia, correrão por conta da CONTRATADA.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117 caput):

6.6.1. Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.6.2. Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

6.6.3. Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.7 Sanções e infrações administrativas:

6.7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o CONTRATADO que:

6.7.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

6.7.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.7.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

6.7.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.7.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

6.7.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.7.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.7.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1 Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.7.1.2 a 6.7.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.7.1.5 a 6.7.1.8.”, bem como nas alíneas “6.7.1.2. a 6.7.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.4 Multa:

6.7.2.4.1 Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

6.7.2.4.2 Moratória de 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 90º (nonagésimo) dia, aplicada em acréscimo à do item 6.7.2.4.1.

6.7.2.4.3 Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

6.7.2.4.3.1 O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2.4.3.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.7.2.4.3.3 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.7.3 aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º DO ART. 156 DA Lei nº 14.133, 2021).

6.7.4 Todas as sanções previstas neste documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.6 Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.7.6.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.7.6.2 As peculiaridades do caso concreto;

6.7.6.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.7.6.4 Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.7.6.5 Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.8 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.9 O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Da medição

7.1.1 As medições serão realizadas mensalmente.

7.1.2 As medições serão apresentadas com base nos preços unitários constantes da Planilha da CONTRATADA.

7.1.3 As medições serão realizadas pelo responsável indicado por ordem de serviço específica.

7.1.4 A realização da medição não isentará a contratada das responsabilidades dos serviços





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

decorrentes do contrato.

7.2 Do pagamento

7.2.1 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE e encaminhadas ao fiscal do contrato, para a instrução do pagamento.

7.2.2 No caso de convênios firmados para este objeto, a solicitação da Nota Fiscal/Fatura somente será efetuada após todos os trâmites do respectivo convênio forem concluídos, e o depósito do devido repasse pelo órgão concedente.

7.2.3 Recebidas as notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços prestados e estando a documentação em ordem, o Fiscal do Contrato atestará as medições e as encaminhará para pagamento, mediante emissão dos atestados de Realização dos Serviços.

7.2.4 Os pagamentos e os respectivos faturamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega na Secretaria de Obras Públicas - SEOP da Nota Fiscal/Fatura correspondente a medição aprovada, em conformidade com o “Critério de Medição e Pagamento.

7.2.5 O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

7.2.6 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa ou de demora nos trâmites dos respectivos convênios, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INCC-M ou por índice que venha a substituí-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.133/2021.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, modo de disputa ABERTO E FECHADO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL.

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Respeitadas as demais condições legais, somente poderão participar do certame pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento e que apresentarem todos os documentos aqui exigidos.

8.2.2 Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2.021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2.012 c/c Sumula 281 do TCU, haja vista que poderia caracterizar intermediação de mão de obra subordinada.

8.2.3 Na contratação serão observados os critérios e os requisitos consignados na legislação, nos acordos coletivos, nos regulamentos e nas normas vigentes.

8.2.4 Para fins da habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.4.1 Habilitação jurídica





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

- 8.2.4.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.2.4.1.2 Empresário Individual: inscrição do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.4.1.3 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.2.4.1.4 Sociedade Empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.4.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filia, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 8.2.4.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.4.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.2.4.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.4.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.2.4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.2.4.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos a Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.2.4.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.2.4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

- 8.2.4.2.5 Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 8.2.4.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.2.4.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.2.4.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, outra equivalente, na forma de lei.
- 8.2.4.2.9 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2.4.3 Qualificação econômico-financeira

- 8.2.4.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 8.2.4.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.
- 8.2.4.3.2.1. Empresas que tenham sido constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório, limitar-se-ão a apresentar balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referente apenas ao último exercício.
- 8.2.4.3.2.2. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133 de 2.021.
- 8.2.4.3.2.3. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário e conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.
- 8.2.4.3.2.4. Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A).
- 8.2.4.3.2.5. No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED-ECD) deverá apresentar os seguintes documentos: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº. 8.934/94.
- 8.2.4.3.2.6 Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.

8.2.4.3.3 Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LC) = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

8.2.4.3.4 Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LG) = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

8.2.4.3.5 Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(SG) = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

8.2.4.3.6 As empresas deverão comprovar **patrimônio líquido ou capital social** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando os índices dos itens anteriores forem inferiores a 1 (um), devendo a comprovação ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para essa data através de índices oficiais. A aplicação do percentual incidirá sobre **o valor total de cada item ou lote arrematado ou valor global** dos 12 primeiros meses de contratação, conforme critério definido no instrumento licitatório.

8.2.4.4 Qualificação Técnica

8.2.4.4.1. Da licitante

8.2.4.4.1.1. Registro ou inscrição da empresa expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com prazo de validade em vigor.

8.2.4.4.2. Do (s) responsável (is) técnico (s)

8.2.4.4.2.1 A licitante deverá apresentar profissional (is) de nível superior, Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços semelhantes, para fins de contratação.

8.2.4.4.2.2 O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

8.2.4.4.3. Capacitação técnico-profissional

8.2.4.4.3.1 A licitante deverá declarar que possui/possuirá em seu quadro permanente de pessoal, contratação de profissional com nível superior, com respectiva prova de aptidão para o desempenho da



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de CAT (Certidão de Acervo Técnico), indicando experiência relativa a execução dos seguintes serviços de maior relevância e valor significativo:

- a) **Assentamento de aduelas em concreto pré-moldado;**
- b) **Execução de base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da Construção Civil e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos reciclado em usina;**
- c) **Aplicação de concreto asfáltico com borracha e/ou concreto poroso de asfalto com polímero e fibra;**
- d) **Execução de pavimento em concreto armado;**
- e) **Preparo de caixa de pavimentação;**
- f) **Execução de berço de concreto.**

8.2.4.4.3.2 Indicação do (s) respectivo (s) responsável (is) técnico (s) pela execução e acompanhamento do serviço objeto da presente licitação através da Declaração de Disponibilidade.

8.2.4.4.3.3. O vínculo empregatício com o profissional indicado como Responsável Técnico deverá ser comprovado mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante, em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho; ou do contrato de prestação de serviço; ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detento do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência profissional.

8.2.4.4.4 Capacitação técnico-operacional

8.2.4.4.4.1 Atestado (s) ou certidão (ões) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação, nos seguintes quantitativos:

- a) **Fornecimento e Assentamento de aduelas em concreto pré-moldado, de no mínimo de 2.181,00 m;**
- b) **Execução de base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da Construção Civil e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos reciclado em usina, no mínimo 3.440,00 m³;**
- c) **Aplicação de concreto asfáltico com borracha e/ou concreto poroso de asfalto com polímero e fibra, no mínimo 994,00 m³;**
- d) **Execução de pavimento em concreto armado, no mínimo 633,00 m²;**
- e) **Preparo de caixa de pavimentação, no mínimo 22.933,00 m²;**
- f) **Execução de berço de concreto, no mínimo 516,00 m².**

8.2.4.4.4.2 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s)





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

expediu, com a devida identificação.

8.2.4.4.4.3 A comprovação a que se refere aos subitens 8.2.4.4.4.1 acima, poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser a licitante.

8.3 Não será admitida a participação de consórcios de empresas. Em contratações que não sejam de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende, na prática, a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

8.4 Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2.021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2.021.

8.5 A forma de adjudicação será POR PREÇO GLOBAL. Dada a complexidade do objeto e a necessidade de um fornecedor qualificado para garantir a compatibilidade entre todos os componentes, a conformidade com as normas de segurança e qualidade, e a excelência na entrega. Permitirá a seleção de um fornecedor competente para gerenciar todas as etapas de execução, otimizando os resultados e reduzindo os riscos.

8.6 O critério de julgamento das propostas será MENOR PREÇO GLOBAL.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor apresentado no orçamento estimado pela Prefeitura importa em **R\$ 47.984.536,78** (quarenta e sete milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).

9.2. A planilha de custos foi definida de forma clara, concisa e objetiva, cujo valor é compatível a execução do serviço.

9.3. A planilha de orçamento de referência apresentada no item 1 deste documento foi embasada nos preços unitários das tabelas oficiais da CDHU, SINAPI, DER e SIURB. Para que se consubstancie em estimativa de mercado o mais real possível.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos:



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

DOTAÇÃO	FONTE DOS RECURSOS	CÓDIGO DA APLICAÇÃO
13.02.00/15.451/5002/1082/4.4.90.51.99	PRÓPRIOS	110.00-00

11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1 O objeto deste contrato será recebido em 2 (duas) etapas, conforme o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021:

11.1.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Dar-se-á pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada informando a conclusão da etapa ou da totalidade dos serviços.

11.1.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO: Dar-se-á por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções das falhas verificadas.

11.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.3. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a obra ou o serviço executado em desacordo com o contrato, lavrando-se o respectivo Termo de Recusa, no qual serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas, estabelecendo-se prazo para sua correção às expensas da Contratada.

11.4. Os prazos e métodos para a realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a aferição da boa execução do objeto observarão o disposto no Projeto Básico/Executivo e na Modelagem da Licitação.

11.5. O prazo de garantia legal de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança da obra, bem como pelos materiais e serviços executados, iniciar-se-á a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Capítulo IV

ANEXO “B” – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO COMPLETO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

TELEFONE:

OBS: As tabelas abaixo, para preenchimento da Proposta de Preços, estão disponibilizadas como arquivos eletrônicos no formato “Excel” (disponíveis no endereço eletrônico www.praiagrande.sp.gov.br).

- **Capítulo “XI” – Anexo “I” – Modelos**





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Capítulo V

ANEXO “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
na condição de representante legal de _____ (nome
empresarial ou denominação), interessado em participar da **Concorrência nº 90004/2026, Processo
nº 32/2026**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) No caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) No caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) Tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) Se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Capítulo VI

ANEXO “D” – MINUTA DE CONTRATO

Sumário

CLÁUSULA	TÍTULO
Primeira	OBJETO
Segunda	VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
Terceira	MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
Quarta	SUBCONTRATAÇÃO
Quinta	PREÇO
Sexta	PAGAMENTO
Sétima	REAJUSTE
Oitava	OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Nona	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Décima	OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
Décima Primeira	GARANTIA DE EXECUÇÃO
Décima Segunda	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Décima Terceira	DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
Décima Quarta	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Décima Quinta	DOS CASOS OMISSOS
Décima Sexta	ALTERAÇÕES
Décima Sétima	DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO
Décima Oitava	PUBLICAÇÃO
Décima Nona	FORO



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”**MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO Nº XXX/2026**

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A “EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE, E _____.

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes **ELOISA OJEA GOMES TAVARES**, titular da Secretaria Municipal de Obras Públicas, por atribuição conferida através do Artigo 60º, inciso XII, referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 alterada pela Lei Complementar nº. 1.011/2025, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **32/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Concorrência nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é a **EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, da Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual, do Estudo Técnico Preliminar, da proposta da Contratada e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.1. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. Projeto Básico;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual;
- 1.1.4. A Proposta da Contratada; e
- 1.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. O regime de execução é o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

2.2. A **Ordem de Serviços – OS** será expedida pela Gestor do Contrato designada pelo Contratante, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura deste Contrato, ou em casos em que houver recursos estaduais e federais em até 10 (dez) dias uteis do autorizo pelo órgão concedente.

2.3. O **prazo de execução dos serviços** será de **18 (dezoito) meses**, e deverá coincidir com o período definido no **ANEXO H - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, disponível no endereço eletrônico www.praiagrande.sp.gov.br.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Projeto Básico/Projeto Executivo, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação dos itens para os quais são efetuadas as exigências listadas no subitem 8.2.4.4.3.1, do Anexo A, parte integrante do edital de licitação que originou a presente contratação.

4.2. A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito, e somente após a aprovação da PEBPG os serviços a serem realizados pela subcontratação poderão ser iniciados.

4.3. A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser efetuada com profissionais ou empresas devidamente registradas no CREA ou no CAU com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar nos mesmos termos dispostos neste edital.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6. O CONTRATANTE não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a CONTRATADA, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem.

4.7. Os pagamentos serão realizados exclusivamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ela referentes encontram-se definidos na Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços dos serviços serão reajustados de acordo com a legislação vigente, a cada 12 (doze) meses contados da data base do orçamento estimado conforme preconizado pela Lei nº 14133/2021 em seu artigo 25º § 7º. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os reajustamentos serão calculados com base nos preços unitários constantes da planilha de quantidades e preços apresentada pela CONTRATADA, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = Po [(I \div Io) - 1]$$

Onde:

P = valor do reajuste;





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Po = preço unitário dos serviços na data-base **março/2026** (do orçamento estimado);

Io = Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado – INCC - M (Fundação Getúlio Vargas) - FGV, correspondente ao mês anterior ao da apresentação do orçamento estimado;

I = Mesmo índice correspondente ao mês da periodicidade.

7.2. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s) .

7.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas da Contratada;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.6. Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual;

8.1.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei, neste Contrato;





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado.

8.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da Contratada, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.1.16. Quando se tratar de convênio com a União e com Estado, a Municipalidade através do seu representante legal, fica desde já obrigada a firmar Declaração nos termos do disposto no artigo 16 "caput" e parágrafos 1º e 2º do Decreto Federal nº. 7.983 de 08 de abril de 2013.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar a Contratada na execução do contrato.

a) A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pela Fiscal Técnico ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, a Contratada deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a)** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b)** Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede da Contratada que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d)** Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar à Fiscal Técnico, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, inclusive trabalhista, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações da Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.1.24. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.1.25. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.1.26. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.27. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.1.28. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.1.29. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) na Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual, em plena validade.

9.1.30. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.1.31. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.1.32. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA.

9.1.33. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO.

9.1.34. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

9.1.35. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei Federal nº. 12.305/2010, na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e a Lei Municipal nº. 1.660/2013, em especial nos artigos 11º e 12º que tratam do cadastramento da empresa e dos Certificados de





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

Transportes de Resíduos - CTR e no artigo 17º. Que trata do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC e Decreto Municipal 5.919/2015, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso.

b) Nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

b.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

c) Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, encostas, corpos d'água e áreas protegidas por Lei;

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.36. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.1.37. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

- a) De qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;
- b) Do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;
- c) De danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados.

9.1.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas da Contratada, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações da Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual.

9.1.39. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: “habite-se”, licenças ambientais, alvarás, etc).

9.1.40. O Contratado está obrigado a permitir o livre acesso dos servidores dos Órgãos ou Entidades Públicas Concedentes ou Contratantes, bem como dos Órgãos de Controle Interno e Externo, a seus documentos e registros contábeis.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), a Contratada se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que a Contratada não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratadas, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter a Contratada à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. A Contratada obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia à Administração





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

da CONTRATANTE no momento da assinatura do contrato, na modalidade e valor indicados em sua proposta.

11.1.1. Na inobservância deste prazo, a CONTRATANTE fica autorizada a promover provisoriamente o imediato bloqueio, dos pagamentos devidos à CONTRATADA, de valor correspondente à garantia devida, a título de caução em dinheiro.

11.1.2. O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à contratada e poderá ser substituído, a qualquer tempo, por outra modalidade de garantia.

11.2. O prazo citado na condição anterior não se aplica à modalidade seguro-garantia.

11.2.1. A comprovação para a modalidade seguro-garantia deverá ser entregue à CONTRATANTE antes da assinatura deste termo contratual em até 30 (trinta) dias após a homologação do respectivo certame, podendo ser prorrogado, por solicitação da licitante declarada vencedora, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2.2. Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do certame, a critério da Administração e desde que obtida expressa anuência da licitante vencedora, o valor correspondente à garantia será bloqueado do primeiro pagamento devido pela execução do contrato, ou dos pagamentos subsequentes, na hipótese de o primeiro mostrar-se insuficiente.

11.2.3. O bloqueio de créditos previsto na condição anterior implica constituição provisória de garantia, não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à contratada e deve ser liberado tão logo A CONTRATADA apresente o instrumento de garantia.

11.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Município da Estância Balneária de Praia Grande, no Banco do Brasil, em conta específica, com correção monetária:

11.3.1. Em caso de depósito poderá ser efetuado na conta abaixo:

Favorecido: Município de Praia Grande

CNPJ 46.177.531.0001-55

Banco do Brasil – 001

Agência 1412-5

Nº conta corrente: 4.999-9

11.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

11.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

11.4.2. Multas aplicadas pela Administração à contratada;

11.4.3. Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

11.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias não honradas pela contratada, em contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

11.4.5. Verbas trabalhistas rescisórias inadimplidas, em contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

11.5. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:

11.5.1. Apresentar seguro-garantia para todos os riscos elencados no item anterior, correspondente a **3% (três por cento)** do valor anual atualizado do contrato, na modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou

11.5.2. Apresentar seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” para cobertura dos riscos de (i) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; (ii) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA; e (iii) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; complementada com a garantia adicional da modalidade “Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias” para o risco de (iv) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor anual atualizado do contrato.

11.6. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

11.7. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à Contratada, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

11.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Município de Praia Grande com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.9. A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual, bem como reforçada a cada revisão de preços ou alteração contratual que eleve o valor original.

11.10. Será considerada extinta a garantia nas seguintes hipóteses:

11.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.10.2. Com a extinção do contrato.

11.11. Isenção de responsabilidade da garantia:

11.12. A Administração não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

11.12.1. Caso fortuito ou força maior;

11.12.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

11.12.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;

11.12.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

11.13. Caberá à CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista no item anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.

11.14. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

11.15. A garantia deverá ter validade durante toda a execução do contrato e terá como referência o valor anual atualizado do contrato, inclusive nas prorrogações.

11.16. Em caso de extinção determinada por ato unilateral da Administração, poderá ser executada a garantia da execução contratual para os seguintes fins:

11.16.1. Ressarcimento por prejuízos decorrentes da não execução;

11.16.2. Pagamento de verbas trabalhistas, previdenciárias e relativas a depósitos e multas do FGTS, quando cabível;

11.16.3. Pagamento das multas devidas;

11.16.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando houver cláusula de retomada, na forma prescrita pelo art. 102 da Lei n. 14.133/2021;

11.17. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a contratada deverá ser ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída.

11.18. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente na Modelagem da Licitação – Regras de Gestão Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.2. a 12.1.4.” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.5 a 12.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “12.1.2. a 12.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias**;

12.2.4.2. Moratória de **1% (um por cento)** ao dia, do **16º (décimo sexto) ao 90º (nonagésimo)** dia, aplicada em acréscimo à do item 12.2.4.1.

12.2.4.3. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.2.4.3.1. O atraso superior a **90 (noventa)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.4.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

12.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

12.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração,





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133 de 2021, bem como amigavelmente, asseguradas o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Indenizações e multas.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.10. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se à Contratada oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133 de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas e providências que se tornem necessárias à regularização do presente Contrato.

14.2. Os pagamentos de todas as despesas relativas ao presente instrumento correrão por Conta das dotações orçamentárias n.ºs **XX.XX.XX/XX.XX.XXXX.XXXX/X.X.XX.XX.XX – Fonte XX**, prevista nos orçamentos vigentes e futuros da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, suplementada se necessário, para o regular desempenho do contrato, no caso de serem disponibilizados recursos advindos de convênios, parcerias com empresas ou entidades públicas e/ou privadas, compensações, financiamentos/operações de crédito e/ou programas governamentais, na esfera estadual e/ou federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data da proposta, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 O objeto deste contrato será recebido em 2 (duas) etapas, conforme o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021:

17.1.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Dar-se-á pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada informando a conclusão da etapa ou da totalidade dos serviços.

17.1.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO: Dar-se-á por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções das falhas verificadas.

17.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.3. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a obra ou o serviço executado em desacordo com o contrato, lavrando-se o respectivo Termo de Recusa, no qual serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas, estabelecendo-se prazo para sua correção às expensas da Contratada.

17.4. Os prazos e métodos para a realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a aferição da boa execução do objeto observarão o disposto no Projeto Básico/Executivo e na Modelagem da Licitação.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY”

17.5. O prazo de garantia legal de 5 (cinco) anos pela solidez e segurança da obra, bem como pelos materiais e serviços executados, iniciar-se-á a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Praia Grande - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas do presente Contrato.

19.2. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano da emancipação político administrativa.

ENG.ª ELOISA OJEA GOMES TAVARES
Secretária Municipal de Obras Públicas

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____
2- _____





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

ANEXO E - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE OBRAS

INTRODUÇÃO

O presente documento especifica os padrões técnicos mínimos a serem obrigatoriamente respeitados durante a execução das obras de **“EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY”**, situada no **BAIRRO TUPIRY- PRAIA GRANDE**, contratadas pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande – M.E.B.P.G.

O cumprimento do especificado será de responsabilidade e custeado diretamente pela Empresa reconhecida contratualmente como a executante das obras, doravante simplesmente denominada como **“CONTRATADA”**, sendo o acompanhamento executivo realizado pelo(s) representante(s) indicado(s) pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande, doravante simplesmente denominado(s) por **“FISCALIZAÇÃO”**.

1 CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

1.1 Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização

O local destinado a canteiro de obras com suas instalações, características e especificações gerais deverá ser indicado e providenciado pela **CONTRATADA**, e submetido antes do início dos trabalhos à aprovação da **FISCALIZAÇÃO**, a qual analisará sua adequação e exequibilidade.

O terreno destinado a abrigar as instalações operacionais deverá ser desobstruído, destocado, limpo, nivelado e preparado mecanicamente para receber única e adequadamente todas as construções que irão compor o canteiro de obras.

No preparo do terreno deverão ser realizados todos os ajustes necessários para deixá-lo em condições de suportar o tráfego de caminhões e demais equipamentos a serem utilizados na obra.

Havendo necessidade de cortes ou aterros no terreno esses deverão ser executados de maneira a não provocar desmoronamentos ou danos nas construções adjacentes, ficando a **CONTRATADA** responsável por providenciar eventuais reparos, arcando com todos os ônus decorrentes.

Os materiais gerados e não aproveitados no preparo do terreno deverão ser removidos, transportados e espalhados pela **CONTRATADA** nas áreas de bota-fora licenciados, ou onde indicado pela **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Cabe a **CONTRATADA** zelar pela área do terreno ocupada desde a data de início da ocupação até a entrega da obra e a conseqüente desmobilização do canteiro.

As instalações do canteiro de obras deverão ser compatíveis e dimensionadas para atender perfeitamente a obra dentro de suas características construtivas.

A **CONTRATADA** deverá reservar no canteiro de obras ou em local especificado, uma sala para escritório devidamente mobiliada, dispondo de linha telefônica, aparelho de ar condicionado e banheiro privativo, construídos em paredes de compensado 12 mm, piso em pinho 3ª qualidade, cobertura em telhas de fibrocimento com espessura 6 mm. Toda a instalação elétrica e hidráulica necessária para o bom andamento dos serviços e esquadrias com vidros, para uso exclusivo da **FISCALIZAÇÃO**.

O canteiro de obras deverá dispor de água potável e instalações sanitárias constituídas de lavatório, vaso sanitário, mictório e chuveiro, na proporção de 1 (um) conjunto para cada grupo de 20 (vinte) trabalhadores ou fração.

As instalações deverão prever vestiários para troca de roupa dos trabalhadores e um local apropriado para refeições, dispondo de assentos em número suficiente e lavatório.

Os ambientes que irão compor o canteiro deverão dispor de aberturas destinadas a insolação, iluminação e ventilação, com área mínima equivalente a 1/7 (uma sétima parte) de suas respectivas áreas úteis.

O pé-direito de qualquer das instalações que compõem o canteiro deverá ser de no mínimo 2,70 m (dois metros e setenta centímetros).

As instalações que compõem o canteiro de obras deverão dispor de proteção adequada contra incêndio, como também pessoal treinado no combate ao fogo.

As redes de distribuição interna de água, esgoto, energia elétrica e telefonia, deverão ser dimensionadas, executadas e mantidas por pessoal devidamente qualificado, de forma a atender os padrões mínimos de segurança e qualidade necessários a uma adequada operação do canteiro de obras.

Os eletrodutos deverão ser em PVC rígido, devidamente fixados, com circuitos independentes para cada aparelho de ar condicionado e chuveiro.

Todos os equipamentos elétricos deverão dispor de um sistema próprio de aterramento.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Para uma contínua e adequada distribuição de água o sistema deverá possuir um reservatório superior.

O sistema de esgoto deverá ser interligado à rede coletora ou dispor de fossa séptica e caixas de passagem com tampa de concreto em todas as interligações de ramificações distintas.

As fossas sépticas deverão ser em câmara única com anéis pré-moldados em concreto, diâmetro externo de 1,50 m e altura útil de 1,50 m.

As instalações provisórias de água, esgoto, energia e telefonia serão responsabilidades da **CONTRATADA**.

No fechamento das áreas onde serão construídas as instalações operacionais deverão ser empregadas placas, chapas compensadas ou tábuas de madeira em bom estado de conservação, todas devidamente contraventadas e escoradas de modo a garantir o equilíbrio, a estabilidade do conjunto e uma resistência a esforços acidentais.

O fechamento das áreas destinadas ao canteiro de obras deverá compreender todo o perímetro de ocupação, com altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), recebendo duas demãos de pintura, em ambas as faces na cor branca.

A limpeza, manutenção e conservação das instalações que compõem o canteiro de obras e frentes de serviço serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** até o término dos serviços e consequente desmobilização.

Serão de responsabilidade da **CONTRATADA**: a segurança física de seus empregados, a guarda e a conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e instalações do canteiro de obras.

A mobilização de equipamentos consistirá na aquisição, alocação e montagem de equipamentos e instalações de apoio, necessárias a uma adequada execução dos serviços inerentes à obra.

A contratação de mão-de-obra especializada e o treinamento específico destinados à operação e manutenção dos equipamentos alocados, também é parte constituinte da mobilização.

A **CONTRATADA** deverá proceder à mobilização de equipamentos, instalações e mão-de-obra em quantidade suficiente para a execução da obra nos prazos determinados, com a qualidade e segurança adequada.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Os equipamentos mobilizados deverão dispor de condições mecânicas, capacidade e número de unidades que permitam executar todos os serviços contratados nos prazos previstos, com segurança e qualidade requerida.

A **FISCALIZAÇÃO** poderá exigir a substituição de qualquer equipamento e/ou instalação que não apresente bom desempenho e condições operacionais seguras, como também, a inclusão de outros tipos de equipamentos para assegurar a qualidade e o prazo da obra, sempre que as condições locais assim o exigirem.

O material resultante da desmobilização do canteiro de obras deverá ser separado quanto a sua natureza e valor comercial, sendo depositado em local determinado pela **FISCALIZAÇÃO**.

O terreno ocupado pelo canteiro de obras deverá ficar limpo e livre de qualquer ocupação, quando da efetiva entrega ao proprietário e/ou à **FISCALIZAÇÃO**.

Todo o entulho gerado da limpeza das frentes de serviço deverá ser removido para o bota-fora, sendo as áreas cuidadosamente limpas e varridas.

As superfícies aparentes de pavimento e passeio público próximas deverão ser limpas e cuidadosamente lavadas, de modo a não serem danificadas pela execução destes serviços.

A **CONTRATADA** deverá manter permanentemente, em regime de 24 (vinte e quatro) horas sistema de vigilância efetuada por pessoal devidamente habilitado e uniformizado durante todo o tempo de utilização do canteiro de obras e frentes de serviço, até sua completa desativação. A segurança e vigilância das instalações que compõem o canteiro de obras e frentes de serviço serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, até o término dos serviços e consequente desmobilização

Os serviços de limpeza serão acompanhados e aprovados pela **FISCALIZAÇÃO** a qual, somente após uma inspeção final permitirá a liberação das áreas de obra para o uso público.

1.2 Administração local

A administração local consiste nas despesas incorridas para a manutenção de equipes técnica, administrativa e da infra-estrutura necessária à execução da obra.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Compreende os gastos com pessoal, tais como: engenheiros, mestres, encarregados, almoxarifes, pessoal de recursos humanos e demais mãos-de-obra não computadas nas planilhas de custos unitários dos serviços.

Gastos administrativos, como contas de luz, telefone, água e aluguéis, além dos gastos com transporte durante o serviço, alojamento, EPI e ferramentas individuais.

2 SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES

2.1 Locação topográfica para passeio e pavimentação

2.2 Locação topográfica para redes de drenagem

Os elementos necessários aos serviços topográficos de locação de pavimentação, drenagem superficial, tubulações de drenagem, ponte e canalização deverão ser indicados nos desenhos do projeto fornecido pela **FISCALIZAÇÃO**, quando no início das obras e deverão ser amarrados aos marcos e RNs existentes, aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**.

Todas as operações de locação de pavimentação, tubulação, galerias de águas pluviais e canalização de drenagem ficarão a cargo e sob responsabilidade da **CONTRATADA**, sujeitas à verificação e aprovação pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os pontos construtivos definidos no projeto por suas coordenadas serão locados por processo adequado, sempre dentro dos limites de precisão usualmente adotados para cada tipo de serviço, pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os equipamentos e métodos utilizados deverão garantir, no apoio planimétrico, precisão angular de 10" (dez segundos) raiz quadrada de **N**, sendo **N** o número de vértices da poligonal e precisão linear de 1: 20.000 (um para vinte mil) da extensão total.

A precisão do apoio altimétrico será de 4 mm (quatro milímetros) raiz quadrada de **K**, sendo **K** a distância entre os marcos, expressa em quilômetros.

A **CONTRATADA** deverá utilizar os marcos de apoio planimétricos e altimétricos fornecidos pela **FISCALIZAÇÃO**, tão perto quanto possível das áreas de trabalho, além de providenciar o transporte das referências dos marcos fornecidos, quando os mesmos distarem das citadas áreas.

A locação das vias e o nivelamento das camadas de pavimentação e das tubulações, galerias e canalizações deverão ser feitos de acordo com os projetos fornecido pela **FISCALIZAÇÃO**, quando no início das obras.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A **CONTRATADA** procederá à locação dos eixos das vias públicas a serem pavimentadas e dos eixos das valas a serem escavadas sendo que as cotas do fundo das valas deverão ser verificadas de 20,00 em 20,00 m (vinte metros) antes do assentamento da tubulação e/ou galerias.

A locação será procedida a partir dos marcos de apoio, com elementos topográficos calculados com origem nas coordenadas dos vértices do projeto.

A precisão da locação deverá garantir um desvio máximo do ponto locado de 1:3.000 (um para três mil) da poligonal de locação.

Os eixos das vias deverão ser demarcados por piquetes espaçados a cada 20,00m (vinte metros)

As cotas da geratriz superior da tubulação deverão ser verificadas logo após o assentamento e também, antes do reaterro das valas, para correção do nivelamento.

Quando houver conflitos no trecho da rede de águas pluviais a **CONTRATADA** deverá, mediante autorização da **FISCALIZAÇÃO**, proceder as alterações e atualização do cadastramento topográfico da obra executada, nos padrões exigidos pela **FISCALIZAÇÃO**.

Incluso neste item além do levantamento topográfico propriamente dito, como descrito acima, equipamentos, topógrafo e nivelado e veículo para transportar funcionários.

2.3 Passadiço de madeira para pedestres

Nas frentes de serviço onde houver necessidade da passagem de pedestres, deverão ser executados passadiços (pontes) provisórios em pranchões de madeira bruta.

A **CONTRATADA** deverá dimensionar os passadiços de travessia e suas adequadas instalações, de modo a atender os parâmetros mínimos propostos e suportar com segurança todas as cargas de trabalho a que estarão sujeitos.

As peças componentes de passadiços deverão ser de boa qualidade e dispostas de forma travada para evitar o surgimento de vãos livres.

Os passadiços deverão possuir guarda-corpo rígido com altura de 0,90 m (noventa centímetros) a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e rodapé de 0,20 m (vinte centímetros) de altura mínima, sendo o piso de pranchões de madeira





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

bem nivelado, sem juntas apreciáveis ou ressalto que possam causar acidentes aos usuários.

Os passadiços deverão ser varridos diariamente de modo a evitar o acúmulo de terra ou lama, que os tornem escorregadios.

2.4 Travessia em chapa metálica para veículos

Nas frentes de serviço onde houver necessidade da passagem de veículos sobre escavações, deverão ser executados passadiços provisórios em chapas de aço os quais deverão ser devidamente travadas e fixadas ao solo de forma a garantir uma travessia segura.

A **CONTRATADA** deverá dimensionar as travessias e suas adequadas instalações, de modo a atender os parâmetros mínimos necessários e suportar com segurança todas as cargas de trabalho a que estarão sujeitas.

2.5 Sinalização provisória de trânsito

A **CONTRATADA** deverá tomar todas as providências necessárias para prevenir possíveis acidentes que possam ocorrer por falta ou deficiência de sinalização e/ou proteção das obras, assumindo total responsabilidade nessas ocorrências.

As frentes de serviço deverão dispor de sinalização de advertência composta por placas indicativas, cones de sinalização em PVC, suporte de madeira e iluminação noturna, destinada a uma adequada e segura orientação no desvio do caminamento dos pedestres e do tráfego de veículos.

As vias de acesso fechadas ao trânsito deverão ser protegidas com tapumes, sinalização de advertência e indicativa de desvio, devendo, durante os períodos noturnos, dispor de luminosos de luz intermitente ou fixa, dependendo do grau de risco do local, da previsão de duração dos trabalhos e facilidade de implantação desses dispositivos. Compõem os dispositivos mínimos de sinalização (um conjunto):

- a) 1 (um) suporte de madeira com base de concreto, com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e base de 0,40 x 0,40 m (quarenta por quarenta centímetros);
- b) 1 (uma) placa de sinalização em aço galvanizado pintada nas cores padrão com dimensões mínimas de 0,80 m x 0,80 m;
- c) 1 (um) cone de sinalização em PVC com pintura refletiva e altura mínima de 0,70 m (setenta centímetros);
- d) 1 (um) balde de plástico na cor vermelha;
- e) 1 (um) soquete e lâmpada incandescente de 60 W/110 v;
- f) 30 m (trinta metros) de fio paralelo com bitola mínima de 2,5 mm².





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Todos os materiais e componentes necessários à confecção dos dispositivos de sinalização, serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** será responsável pela confecção, pintura, transporte, disposição e manutenção dos dispositivos de sinalização propostos, devendo mantê-los sempre limpos, pintados, e em perfeito estado de funcionamento.

A quantidade de conjuntos de sinalização a serem instalados em determinado local ou frente de serviço deverá ser programada e previamente submetida à aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

Após o término da obra, a sinalização remanescente, deverá ser entregue em local específico a ser determinado pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.6 Placa de identificação de obra

A placa de identificação de obra deverá ser confeccionada conforme modelo constante do edital.

As quantidades e medidas das placas (municipal e/ou convênio) serão apresentados antes do início da obra pela **FISCALIZAÇÃO**.

As dimensões mínimas das placas variam de acordo com o convênio firmado. Para convênios estaduais as medidas mínimas estabelecidas são 4,00m x 1,50m (placa principal e de apoio). Para convênios federais as medidas mínimas estabelecidas são 2,00m x 1,25m.

O local para posicionamento e fixação da placa será definido pela **FISCALIZAÇÃO**.

A placa será em chapa de aço galvanizada nº 16 ou 18 com tratamento antioxidante, fixada em estruturas de madeira, suficientemente resistente para suportar a ação dos ventos.

Os materiais e tintas empregados pela **CONTRATADA** na confecção da placa da obra deverão ser de boa qualidade, de forma a garantir sua durabilidade por todo o tempo de execução da obra.

Após o término da obra, a placa deverá ser entregue em local específico a ser determinado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

3.1 Demolição mecanizada de calçada

A **CONTRATADA** deverá proceder às demolições e remoções de qualquer natureza, sempre de forma programada e dirigida por um profissional habilitado.

As demolições deverão ser executadas com ferramentas e equipamentos adequados ao tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, sendo inicialmente removidas, todas as interferências existentes, tais como, tubulações de água, telefone, energia elétrica, etc.

A **CONTRATADA** deverá tomar os cuidados necessários para que durante a demolição os materiais não obstruam cursos d' água, vias públicas ou causem danos a terceiros.

As áreas próximas e abaixo das estruturas a serem demolidas, deverão ser isoladas e devidamente sinalizadas de forma a impedir o ingresso de operários, transeuntes e veículos nas áreas de riscos.

As construções vizinhas deverão ser examinadas, prévia e periodicamente, no sentido de se identificar com a máxima brevidade, possíveis danos gerados.

A **CONTRATADA** promoverá todos os entendimentos com as concessionárias, para o desligamento, escoramento e relocação de redes situadas nas proximidades das estruturas a serem demolidas.

Os elementos e entulhos provenientes da demolição não deverão ser abandonados em posição que torne possível o seu desabamento, devido a ações eventuais.

Os objetos e fragmentos pesados ou volumosos deverão ser removidos mediante o emprego de dispositivos mecânicos adequados, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

Os materiais com valor comercial ou patrimonial, deverão ser transportados e depositados em locais previamente aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os entulhos não aproveitáveis serão transportados pela **CONTRATADA** e levados para o bota-fora indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os muros de divisa e as construções vizinhas deverão ser examinados, prévia e periodicamente, no sentido de se identificar, com a máxima brevidade, possíveis danos gerados.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

As superfícies a serem demolidas e removidas deverão ser previamente umedecidas. As peças e os materiais reaproveitáveis deverão ser cuidadosamente separados, identificados, transportados e depositados separadamente, em local adequado, previamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.2 Demolição mecanizada de concreto simples

A **CONTRATADA** deverá proceder às demolições e remoções de qualquer natureza, sempre de forma programada e dirigida por um profissional habilitado.

As demolições deverão ser executadas com ferramentas e equipamentos adequados ao tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, sendo inicialmente removidas, todas as interferências existentes, tais como, tubulações de água, telefone, energia elétrica, etc.

A **CONTRATADA** deverá tomar os cuidados necessários para que durante a demolição os materiais não obstruam cursos d' água, vias públicas ou causem danos a terceiros.

As áreas próximas e abaixo das estruturas a serem demolidas, deverão ser isoladas e devidamente sinalizadas de forma a impedir o ingresso de operários, transeuntes e veículos nas áreas de riscos.

As construções vizinhas deverão ser examinadas, prévia e periodicamente, no sentido de se identificar com a máxima brevidade, possíveis danos gerados.

A **CONTRATADA** promoverá todos os entendimentos com as concessionárias, para o desligamento, escoramento e relocação de redes situadas nas proximidades das estruturas a serem demolidas.

Os elementos e entulhos provenientes da demolição não deverão ser abandonados em posição que torne possível o seu desabamento, devido a ações eventuais.

Os objetos e fragmentos pesados ou volumosos deverão ser removidos mediante o emprego de dispositivos mecânicos adequados, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

Os materiais com valor comercial ou patrimonial, deverão ser transportados e depositados em locais previamente aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os entulhos não aproveitáveis serão transportados pela **CONTRATADA** e levados para o bota-fora indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

FISCALIZAÇÃO em veículos em perfeitas condições de uso incluso neste serviço.

Os muros de divisa e as construções vizinhas deverão ser examinados, prévia e periodicamente, no sentido de se identificar, com a máxima brevidade, possíveis danos gerados.

As superfícies a serem demolidas e removidas deverão ser previamente umedecidas. As peças e os materiais reaproveitáveis deverão ser cuidadosamente separados, identificados, transportados e depositados separadamente, em local adequado, previamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.3 Demolição manual de concreto simples

As demolições serão executadas pelo método clássico, mediante o emprego de marteletes pneumáticos, associados ao uso de equipamento oxi-acetilênico, para o corte de metais, quer da armadura estrutural, quer de tubulações das interferências.

A **CONTRATADA** deverá proceder as demolições e remoções de qualquer natureza, sempre de forma programada e dirigida por um profissional habilitado.

As áreas próximas e abaixo das estruturas a serem demolidas, deverão ser isoladas e devidamente sinalizadas de forma a impedir o ingresso de operários, transeuntes e veículos nas áreas de riscos.

As construções vizinhas deverão ser examinadas, prévia e periodicamente, no sentido de se identificar com a máxima brevidade, possíveis danos gerados.

A **CONTRATADA** promoverá todos os entendimentos com as concessionárias, para o desligamento, escoramento e relocação de redes situadas nas proximidades das estruturas a serem demolidas.

Os elementos e entulhos provenientes da demolição não deverão ser abandonados em posição que torne possível o seu desabamento, devido a ações eventuais.

3.4 Demolição de sarjetas e/ou sarjetão de concreto

A demolição das sarjetas deverá ser executada com ferramentas e equipamentos adequados, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

As áreas próximas às sarjetas a serem demolidas, deverão ser isoladas e devidamente sinalizadas de forma a impedir o ingresso de operários, transeuntes e veículos nas áreas de riscos.

As demolições serão executadas pelo método clássico, mediante o emprego de marteletes pneumáticos ou retro escavadeira.

As superfícies a serem demolidas e removidas, deverão ser previamente umedecidas.

Os elementos e entulhos provenientes da demolição não deverão ser abandonados em posição que não prejudique a passagem de veículos e transeuntes.

Os objetos e fragmentos pesados ou volumosos deverão ser removidos mediante o emprego de caminhão basculante.

Os entulhos serão transportados pela **CONTRATADA** e levados para as áreas de bota-fora licenciado, ou onde indicado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.5 Demolição de pavimento asfáltico

A **CONTRATADA** deverá proceder às demolições de pavimento asfáltico, que lhe forem aprovadas pela **FISCALIZAÇÃO**, sempre de forma programada e dirigida por um profissional habilitado.

As demolições deverão ser executadas com ferramentas e equipamentos adequados a cada tipo de serviço, de forma segura para todos os operários e eventuais transeuntes, sendo as linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás e as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial, previamente desligadas, retiradas ou protegidas.

Os objetos e fragmentos pesados ou volumosos deverão ser removidos mediante o emprego de dispositivos mecânicos adequados.

Os entulhos serão transportados pela **CONTRATADA** para as áreas de bota-fora licenciado, ou onde indicado pela **FISCALIZAÇÃO**.

No sistema viário a ser demolido, deverão ser previamente identificadas e removidas as interferências existentes, tais como tubulações, dutos elétricos, postes, sistemas de iluminação pública, placas de sinalização de trânsito, etc.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO E****3.6 Fresagem de pavimento asfáltico**

A **CONTRATADA** deverá efetuar a fresagem de pavimentos asfálticos em vias arteriais quando situações de recuperação do pavimento asfáltico e deverá ser executada com equipamento apropriado, a fresadora asfáltica, que corta/ remove o pavimento asfáltico a frio a uma espessura de até 5 cm, ou conforme solicitado pela **FISCALIZAÇÃO** e ou indicação de projeto.

Constitui responsabilidade da **CONTRATADA** o equipamento específico para a mesma, bem como a execução dos serviços e do operador da máquina fresadora. Está incluso neste serviço além da fresadora, caminhões basculantes para serviços auxiliares bem como além da vassoura mecânica que é de responsabilidade da mesma.

A **CONTRATADA** deverá remover todo o resíduo do material fresado e seu transporte para local de bota-fora licenciado, ou onde indicado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.7 Carga e descarga de entulho, inclusive transporte até 1 km

A atividades de carga, descarga e espalhamento do entulho deverão ser efetuadas pela **CONTRATADA** e previamente aprovadas pela **FISCALIZAÇÃO**, **considerado neste item inclusive o transporte do material no primeiro km, a partir do local da obra.**

A descarga deverá ser efetuada em local adequado e previamente indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO** com seu total espalhamento.

A retirada de materiais eventualmente derrubados durante os procedimentos de carga e descarga de entulho, como também, a limpeza adequada das vias públicas afetadas, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** deverá manter os veículos e os equipamentos de carga e descarga, em perfeitas condições de uso, respondendo pela completa e adequada manutenção destes.

Não será permitido o tráfego de veículos julgados inadequados ou com os acessórios de segurança e sinalização deficientes.

3.8 Transporte de entulho a partir do primeiro km

O transporte de entulho, deverá ser providenciado pela **CONTRATADA** e previamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**, de acordo com as distancias indicadas em projeto, **desconsiderando o primeiro quilometro da obra em**





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

questão, até o local previamente indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

O transporte deverá ser feito por caminhões basculantes, ou outro tipo de veículo adequado ao tipo de material a ser transportado.

O percurso será previamente definido pela **CONTRATADA** e, devidamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

A **CONTRATADA** deverá observar as leis de segurança do trânsito para a efetivação dos transportes, tais como, condução por motoristas habilitados, coberturas das cargas, condições de segurança dos veículos, sinalização adequada dos locais de saída, velocidade admissível, etc.

A **CONTRATADA** responderá por todos os acidentes de trânsito que envolverem veículos próprios ou de seus subcontratados.

A retirada de materiais eventualmente derrubados, como também, a limpeza adequada das vias públicas afetadas, será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** deverá manter os veículos e os equipamentos de carga e descarga, em perfeitas condições de uso, respondendo pela completa e adequada manutenção destes.

Não será permitido o trânsito de veículos julgados inadequados ou com os acessórios de segurança e sinalização deficientes.

3.9 Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte

A **CONTRATADA** deverá providenciar o recolhimento das Taxas referentes ao bota fora de entulho, em local licenciado, este por sua vez, aprovado pelos órgãos competentes tão somente, volume do material coletado e dispensado de acordo com a aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

4 TERRAPLENAGEM

4.1 Escavação mecanizada de solo

Na execução de escavações mecanizadas, a **CONTRATADA** deverá atender a todas as especificações relacionadas aos serviços de escavação manual.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Este item compreende também a retirada de material superficial não aproveitável para execução de galerias, devendo esse material ser transportado para bota-fora indicado pela **CONTRATADA** e previamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os equipamentos a serem utilizados, deverão ser adequados aos tipos de escavações, além de estarem em boas condições de conservação e serem operados por profissionais devidamente habilitados.

Nas escavações com profundidade de até 4,00m (quatro metros) poderão ser utilizadas retroescavadeiras para escavações mecanizadas de solo podendo ser empregada escavação manual no acerto final da vala, desde que os taludes sejam escorados e trator sobre esteiras para escavações mecanizadas em campo aberto.

Os operadores não poderão se afastar das áreas de controle dos equipamentos sob sua responsabilidade, quando em funcionamento.

Nas paradas temporárias ou prolongadas, os operadores deverão colocar os controles em posição neutra, acionar os freios e adotar outras medidas, com o objetivo de eliminar possíveis riscos de deslocamentos acidentais.

Mesmo autorizada a escavação mecanizada, todos os danos causados a propriedades, bem como a remoção de pavimentos além das larguras especificadas, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

A escavação de cortes será subordinada aos elementos técnicos fornecidos pelo projeto e detalhamentos específicos.

O desenvolvimento das escavações se processará mediante a previsão da utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos.

Apenas poderão ser transportados para constituição de futuros aterros, os materiais que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes, sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

O depósito de materiais escavados nos cortes para oportuna confecção de camadas superficiais da plataforma, será procedido após constatada a conveniência técnica e econômica, a aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

Os leitos heterogêneos, compostos por materiais de suportes diferentes, deverão ser uniformizados, consolidando-se os terrenos desprezíveis e os de melhor suporte no sentido de, assim igualar os recalques diferenciais.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Quando ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha sã ou em decomposição ou de solos de expansão maiores que 2% (dois por cento), baixa capacidade de suporte ou solos orgânicos, deverá ser promovido um rebaixamento, procedendo-se a execução de novas camadas com materiais selecionados.

A **FISCALIZAÇÃO** poderá exigir a substituição ou inclusão de qualquer equipamento, desde que devidamente justificado.

A operação das escavações incluirá a utilização complementar de equipamentos destinados a manutenção de áreas de trabalho e o esgotamento de água das cavas de remoção.

A **CONTRATADA** deverá operar os equipamentos de forma a manter livres as calçadas, grelhas, tampões e bocas-de-lobo das redes dos serviços públicos, existentes nos logradouros vizinhos, não devendo aqueles componentes serem danificados ou entupidos.

4.2 Escavação manual do solo

A escavação manual compreende a remoção com o emprego de ferramentas manuais, dos diferentes tipos de solo, desde a superfície do terreno até a cota especificada no projeto.

Só deverão ser executadas manualmente, as escavações localizadas nas proximidades de interferências cadastradas ou detectadas, como também, aquelas que a critério da **FISCALIZAÇÃO**, devido às suas dimensões ou localização, não possam ser executadas com equipamentos.

As valas deverão ser escavadas segundo o seu eixo diretor, nas larguras e nas cotas indicadas adiante e pelos desenhos de projeto. Por solicitação da **CONTRATADA** e a critério da **FISCALIZAÇÃO**, a largura de escavação das valas poderá ser alterada em face das características do terreno ou de outros fatores que se apresentarem durante a execução dos serviços.

A profundidade das valas deverá obedecer às cotas do projeto, podendo ser alteradas, mediante autorização expressa da **FISCALIZAÇÃO**, nos pontos onde o terreno natural for atingido em profundidade inferior à estabelecida no projeto.

As escavações deverão ser executadas de forma a ficar garantida a sua permanente segurança, devendo para tanto serem conhecidas as seções de projeto e os métodos executivos propostos pela **CONTRATADA** e aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**. A responsabilidade pela estabilidade e segurança das escavações será unicamente da **CONTRATADA**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Para os serviços de redes de águas pluviais, a **CONTRATADA** deverá submeter à aprovação da **FISCALIZAÇÃO** o início da escavação para que o máximo de vala aberta nunca ultrapasse 100,00 m (cem metros) lineares, medidos a partir da última seção aterrada, não considerando possíveis trechos de travessia sob as vias públicas.

As valas deverão observar rigidamente as cotas do perfil e ter os fundos perfeitamente retilíneos entre duas mudanças consecutivas de declividade. A regularização e a limpeza do fundo das valas deverão ser executadas manualmente, de forma a obter a conformação final de acordo com o projeto.

Havendo a ocorrência de água no interior das escavações, a **CONTRATADA** deverá proceder ao adequado esgotamento e neste caso, o processo escolhido deve ser submetido ao conhecimento e aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

O material escavado, considerado bom para o aterro, poderá ser, a critério exclusivo da **FISCALIZAÇÃO**, depositado fora das bordas da vala, para posterior reaproveitamento, desde que respeitada uma distância superior à profundidade da escavação.

Os solos não aproveitáveis ao aterro das valas e cavas deverão ser removidos e espalhados nas áreas de bota-fora licenciados, ou em local aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

No caso de o fundo da vala apresentar-se em rocha, ou material indeformável, será necessário aprofundar a escavação e estabelecer o embasamento com material desagregado, de boa qualidade, normalmente areia ou terra, em camadas compactadas, de espessura não inferior a 0,10 m (dez centímetros).

As cavas para os poços de visita ou bocas de lobo deverão ter as dimensões do projeto, com o acréscimo indispensável à colocação do escoramento, quando for o caso.

Para a largura do fundo de vala, esta deverá obedecer ao valor equivalente a 2,00 m (dois metros), para profundidade até 3,00 m (três metros). Para profundidades maiores será permitido o alargamento de vala mediante autorização expressa da **FISCALIZAÇÃO**.

Qualquer excesso de escavação por desacordo com as larguras projetadas das valas, desmoronamento de materiais, ruptura hidráulica de fundo de cava ou deficiência de escoamento, será de responsabilidade da **CONTRATADA**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A **CONTRATADA** será responsável por qualquer desmoronamento ou recalque de terreno ou danos em estruturas e outras instalações, provocadas pela execução das escavações, arcando com os custos de restauração e/ou reparos necessários.

4.3 Compactação de aterro e/ou reaterro

Os serviços de reaterro que compreendem basicamente, as atividades de espalhamento e compactação de materiais, sobre as valas escavadas, deverão ser executados em paralelo com a remoção dos escoramentos, com início após a autorização e, de acordo com a aprovação pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os trabalhos de aterramento deverão ser executados com cuidados especiais, evitando-se possíveis danos às estruturas, quer por impactos de equipamentos utilizados, quer por carregamentos exagerados e/ ou assimétricos.

Os reaterros deverão ser executados com material escolhido, sem detritos vegetais, em camadas sucessivas e compactadas.

No caso de o material proveniente da escavação não se prestar para a execução do aterro, deverá ser utilizado material adequado, importado do empréstimo.

A compactação deverá ser executada por camadas sucessivas, através de processos manuais ou mecânicos, até atingir um grau de dureza pelo menos igual ao do solo adjacente.

Os processos manuais de compactação recomendados serão: o apiloamento executado com soquetes de 20 kg (vinte quilos) de peso, com seção de 0,20 x 0,20m (vinte por vinte centímetros) ou ainda, mediante o emprego de compactadores dotados de placa vibratória pneumática e a combustão, tipo "sapo".

Nas primeiras camadas, até o recebimento da geratriz superior da tubulação, deverá ser utilizado material isento de pedra ou qualquer outro elemento que possa afetar a tubulação.

O processo de enchimento das valas será em camadas de 0,15m (quinze centímetros), previamente umedecidas e compactadas com soquetes até pelo menos 0,30m (trinta centímetros) do nível da geratriz superior do tubo e/ou galeria, realizado simultaneamente de ambos os lados da tubulação, de forma a que sejam compensados os esforços.

Recoberta a vala até pelo menos 0,30 m (trinta centímetros) do nível da geratriz superior do tubo, esta deverá ser aterrada, compactando-se manualmente o material, em camadas com espessura máxima de 0,20 m (vinte centímetros).





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Quando da execução de um aterro e a camada de trabalho for atingida por águas pluviais ou outras, essa camada deverá ser reaberta, arejada e, somente após obter boas condições de umidade, deverá ser novamente compactada.

Após a conclusão dos serviços de reaterro, todo o material restante, proveniente da escavação que não houver sido utilizado, deverá ser removido ao bota-fora.

Os aterros deverão ser construídos em camadas sucessivas, com espessura máxima solta a ser estabelecida pela **FISCALIZAÇÃO**, em função do tipo de material e do equipamento de compactação utilizado, e espessura mínima de 0,15 m (quinze centímetros) com extensão e largura adequadas às operações das máquinas de terraplenagem e compactação empregadas.

A conformação das camadas deverá ser obtida, mediante a utilização de equipamentos que descarregarão e espalharão o material depositado no local de aterro de maneira uniforme, a critério da **FISCALIZAÇÃO**.

Cada camada de material a compactar, deverá ser homogênea quanto ao tipo de material, umidade no início da compactação e massa específica aparente.

Os materiais das camadas individuais do aterro deverão ter características uniformes em toda sua extensão, desde que os corte ou empréstimos apresentem horizontes definidos; quando forem tão heterogêneos, que não permitam a obtenção de camadas uniformes, os materiais deverão ser misturados a fim de se obter a homogeneidade necessária.

Nas áreas onde não for possível o emprego de equipamentos convencionais de compactação, os serviços deverão ser processados por meio de placas vibratórias ou soquetes manuais com características que permitam atingir o grau de compactação especificado.

A compactação deverá progredir no sentido das bordas para o centro do leito, de modo a proporcionar, massa específica aparente uniforme.

O equipamento utilizado deverá deslocar-se sobre a camada que estiver sendo compactada, de maneira a proporcionar uma cobertura uniforme em toda área.

A **FISCALIZAÇÃO** poderá exigir a substituição de qualquer equipamento de terraplanagem e compactação que não apresente bom desempenho e/ou condições operacionais seguras, como também, a inclusão de outro tipos de equipamentos para assegurar a qualidade e o prazo da obra, se as condições locais assim o exigirem.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

A superfície concluída dos aterros a céu aberto, devidamente compactada, deverá apresentar uma variação inferior a 0,10 m (dez centímetros), em relação ao greide de projeto, devendo a superfície apresentar-se desempenada, sem depressões ou saliências.

Nos locais em que sejam necessárias correções por aterro, deverá ser refeita a última camada, executada em toda a sua profundidade.

A superfície regularizada deverá ser protegida contra a ação dos agentes atmosféricos, seja por meio da execução da camada subsequente, ou mesmo pelo depósito e espalhamento sobre a mesma, dos materiais necessários a execução da camada seguinte.

Não será permitida a utilização da camada concluída para estocagem de materiais, mesmo que destinados à confecção de outros serviços atinentes a obra.

O controle tecnológico dos serviços para caracterização e especificação de materiais empregados em pavimentação e obras de terraplenagem, deverá ser procedido através dos seguintes ensaios:

- a) determinações de massa específica aparente, "in situ" com espaçamento máximo de 100,00 m (cem metros) de pista, nos pontos onde foram coletadas as amostras para os ensaios de compactação;
- b) uma determinação do teor de umidade, cada 100,00 m (cem metros), imediatamente antes da compactação;
- c) um ensaio do índice de suporte Califórnia pelo método DNER – ME 47/64, com a energia de compactação do método NBR 7.182/86, com espaçamento máximo de 100,00 m (cem metros) de pista;
- d) um ensaio de compactação, segundo o método NBR 7.182/86 – Energia Intermediária, para determinação da massa específica aparente, seca, máxima, com espaçamento máximo de 100,00m (cem metros) de pista com amostras coletadas em pontos obedecendo sempre a ordem: bordo direito, eixo, bordo esquerdo, eixo, bordo direito, etc., a 0,60 m (sessenta centímetros) do bordo.
- e) uma determinação do equivalente de areia, com espaçamento de 100,00 m (cem metros) no caso de materiais com índice de plasticidade maior do que 6% (seis por cento) e limite de liquidez, maior do que 25% (vinte e cinco por cento).





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Após a conclusão da regularização, deverá ser realizado o controle geométrico através da relocação e o nivelamento de seções transversais, espaçadas a cada 20,00 m (vinte metros), no máximo.

Por seção transversal, serão nivelados 3 (três) pontos, devendo as cotas de superfície acabada, apresentarem grandezas compreendidas no intervalo (cota de projeto – 30 mm) a (cota de projeto + 20 mm).

Incluso neste serviço, equipamentos necessários para a execução dos serviços.

4.4 Carga e descarga de terra, inclusive transporte ate 1 km

As atividades de carga e descarga e espalhamento mecanizado de terra deverão ser efetuadas pela **CONTRATADA** e previamente aprovadas pela **FISCALIZAÇÃO**, considerando neste item, inclusive o transporte do material no primeiro km, a partir do local da obra.

A descarga deverá ser efetuada em local adequado e previamente indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO** com seu total espalhamento.

A retirada de materiais eventualmente derrubados durante os procedimentos de carga e descarga de terra, como também, a limpeza adequada das vias públicas afetadas, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

Os veículos caminhão basculante e pá carregadeira sobre pneus estão inclusos neste serviço.

A **CONTRATADA** deverá manter os veículos e os equipamentos de carga e descarga, em perfeitas condições de uso, respondendo pela completa e adequada manutenção destes.

Não será permitido o tráfego de veículos julgados inadequados ou com os acessórios de segurança e sinalização deficientes.

4.5 Transporte de terra a partir do primeiro km.

O transporte de material (solo ou terra) inservível, deverá ser providenciado pela **CONTRATADA** e previamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**, de acordo com as distancias indicadas em projeto, **desconsiderando o primeiro quilometro da obra em questão**, até o local previamente indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

O transporte deverá ser feito por caminhões basculantes, adequado ao tipo de material a ser transportado.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

O percurso será previamente definido pela **CONTRATADA** e, devidamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

A **CONTRATADA** deverá observar as leis de segurança do trânsito para a efetivação dos transportes, tais como, condução por motoristas habilitados, coberturas das cargas, condições de segurança dos veículos, sinalização adequada dos locais de saída, velocidade admissível, etc.

A **CONTRATADA** responderá por todos os acidentes de tráfego que envolverem veículos próprios ou de seus subcontratados.

A retirada de materiais eventualmente derrubados, como também, a limpeza adequada das vias públicas afetadas, será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** deverá manter os veículos e os equipamentos de carga e descarga, em perfeitas condições de uso, respondendo pela completa e adequada manutenção destes.

Não será permitido o tráfego de veículos julgados inadequados ou com os acessórios de segurança e sinalização deficientes.

4.6 Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra

A **CONTRATADA** deverá providenciar o recolhimento das Taxas referentes ao bota fora de solo inservível, em local licenciado, local este aprovado pelos órgãos competentes tão somente, referente ao volume do material coletado e dispensado de acordo com a aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

5 DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

5.1 ESGOTAMENTO

5.1.1 Mobilização e desmobilização de equipamento para rebaixamento de lençol freático

Nos locais onde deverá ser utilizado o sistema de rebaixamento de lençol freático, a **CONTRATADA** deverá posicionar os equipamentos para rebaixamento de lençol freático e todas as suas instalações necessárias para o seu funcionamento.

Após a execução de todo o serviço, todo o equipamento deverá ser retirado do local e desligamento das ligações auxiliares pela **CONTRATADA**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A **CONTRATADA** terá que efetuar a operação tantas vezes quanto for necessário sendo responsável pelo combustível necessário para as operações e pela dispersão de todo material bombeado.

5.1.2 Esgotamento com bombas de superfície ou submersas

No esgotamento das águas provenientes de infiltração ou de chuva serão utilizadas bombas de superfície ou submersas. O serviço inclui a operação dos equipamentos, manutenção do sistema, consumo de eletricidade ou combustível e sua posterior retirada.

A potência e o período de utilização das bombas serão previamente autorizados pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante anotação específica no diário de obras.

As instalações de bombeamento deverão ser dimensionadas com suficiente margem de segurança e, deverão ser previstos equipamentos de reserva, incluindo grupos de moto-bombas a diesel, para eventuais interrupções de fornecimento de energia elétrica.

As instalações da rede de alimentação, os pontos de força, o consumo de energia elétrica ou combustível, a manutenção, a operação e a guarda dos equipamentos, serão de responsabilidade da **CONTRATADA** bem como da reinstalação das bombas tantas vezes quantas forem necessárias bem como pela dispersão do material bombeado.

A **CONTRATADA** deverá prever e evitar irregularidades nas operações de esgotamento por bombas de superfície ou submersa, controlando, inspecionando os equipamentos continuamente e, eliminando imediatamente eventuais anomalias.

As extremidades inferiores dos mangotes de bombas de superfície, com seus dispositivos de sucção (cebolas), deverão permanecer situados em um dos ângulos das seções de fundo das valas, para onde deverão ser direcionadas as águas a serem esgotadas.

As águas retiradas de valas e outras escavações por esgotamento por bombas, deverão ser encaminhadas para local adequado, a fim de evitar danos às áreas vizinhas ao local de trabalho.

5.1.3 Instalação de ponteiros filtrantes para rebaixamento do lençol freático

No caso de aplicação de rebaixamento do lençol freático por sistema de ponteiros a vácuo, a escavação abaixo do nível original do lençol, só poderá ser executada





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

após a comprovação do perfeito funcionamento e o rendimento do sistema, através de indicadores e nível.

As ponteiras filtrantes deverão ser instaladas de forma a garantir um normal e adequado funcionamento do sistema de rebaixamento do lençol freático.

A **CONTRATADA** deverá instalar e reinstalar as ponteiras filtrantes em toda a extensão da obra onde houver necessidade, fornecendo a ponteira e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de perfuração em solo com até 5,00 m de profundidade, manualmente com jato de água para o rebaixamento do lençol freático.

5.1.4 Operação e manutenção do sistema de rebaixamento de lençol freático

A instalação da rede alimentadora, pontos de força, consumo de energia elétrica ou combustível e a manutenção, operação e guarda dos equipamentos e componentes dos sistemas de rebaixamento serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** deverá instalar todos os equipamentos para os serviços de rebaixamento de lençol freático como bombas a vácuo de potência até 15 HP, deverá locar caminhões pipa também se necessário for para a execução dos serviços de rebaixamento.

As instalações de bombeamento para o rebaixamento do lençol freático, uma vez instaladas, deverão funcionar sem interrupção, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, até o término do serviço.

A interrupção no funcionamento do sistema de rebaixamento poderá ocorrer em situações especiais, desde que devidamente autorizado pela **FISCALIZAÇÃO**.

A **CONTRATADA** deverá manter equipe de operação e manutenção, capacitada a manter o sistema de rebaixamento em condições normais de funcionamento, dentro de suas características operacionais básicas.

Nos locais onde a obra estiver sendo mantida seca através de rebaixamento do lençol freático, as operações de bombeamento cessarão gradativamente, de maneira que, o nível piezométrico seja sempre mantido, pelo menos 0,50 m (cinquenta centímetros) abaixo da cota superior atingida pelo aterro.

Para evitar o deslocamento dos tubos pela sub pressão das águas subterrâneas, as instalações de rebaixamento do nível destas, somente poderão ser desligadas após o completo aterro das valas.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

5.2 ESCORAMENTO

5.2.1 Escoramento descontínuo de valas

5.2.2 Escoramento contínuo de valas

O escoramento será obrigatório para valas de profundidade superior a 1,30 m (um metro e trinta centímetros). Os métodos de escoramento irão variar conforme a necessidade local com aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

Na execução de escoramento, deverão se utilizadas madeiras duras, como a peroba, canafistula, sucupira, etc. Caso não seja possível utilizar as bitolas especificadas, estas deverão ser substituídas por peças com módulo de resistência equivalente.

As superfícies laterais das valas deverão ser contidas por tábuas verticais de peroba de 27 x 300 mm (vinte sete por trezentos milímetros), espaçadas de 0,30 m (trinta centímetros) para os escoramentos descontínuos e justapostas umas a outras para escoramentos contínuos, travadas horizontalmente por longarinas de peroba de 60 x 160 mm (sessenta por cento e sessenta milímetros), em toda a sua extensão e estroncas de eucalipto de diâmetro 0,20 m (vinte centímetros) espaçadas de 1,35 m (um metro e trinta e cinco centímetros) no máximo, a menos das extremidades das longarinas, das quais as estroncas estarão no máximo a 0,40 m (quarenta centímetros).

As madeiras empregadas para o escoramento deverão ser de primeira qualidade e ter resistência mecânica e física por imersão total ou parcial em solos úmidos ou alagados.

Se por algum motivo o escoramento tiver de ser deixado definitivamente na vala, deverá ser retirado da cortina de escoramento uma faixa de aproximadamente 0,90 m (noventa centímetros) abaixo do nível do pavimento, ou da superfície existente.

O plano de retirada das peças componentes do escoramento deverá ser objeto de um programa específico, previamente aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

As peças metálicas de escoramento deverão estar em perfeito estado de conservação e desempenadas, para uso seguro.

5.3 REDES DE DRENAGEM



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO E****5.3.1 Lastro de brita (e = 0,05 m)**

Os tubos sob calçadas e demais estruturas, deverão ser assentadas diretamente sobre uma camada de pedra britada nº 2 (dois), compactada manualmente, com espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros), após previa aprovação por parte da **FISCALIZAÇÃO**.

A camada de pedra britada, lançada sobre o terreno devidamente regularizado e apiloado, deverá ter granulometria uniforme, estar isenta de argila e partes em decomposição, para ser compactada através de soquetes de madeira ou equipamento mecânico apropriado.

5.3.2 Berço de concreto armado para tubos de concreto

A superfície destinada a receber o berço em concreto armado, depois de regularizada e nivelada, deverá ser molhada, de maneira abundante, porém sem deixar água livre acumulada.

O concreto deverá ser lançado, espalhado, nivelado e não desempenado sobre o lastro de brita com espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros) de forma a constituir uma espessura mínima total de 0,20 m (vinte centímetros).

O concreto estrutural a ser empregado pela **CONTRATADA** na execução de berços para assentamento de peças enterradas sob o leito carroçável, deverá apresentar as características e fck mínimo de 20 MPa (vinte Mega pascal).

O lançamento de concreto estrutural, sobre uma camada primária de pedra britada nº 2 (dois) e uma malha de ferro de Ø 6,3 mm e Ø 10 mm, com o recobrimento de 0,03 m (três centímetros), conforme detalhe de projeto, deverá ser acompanhado de apiloamento com soquete de madeira, com o cuidado de não ocasionar a segregação dos materiais e não prejudicar a ferragem. A superfície deverá ser regularizada e perfeitamente nivelada através de régua de madeira.

5.3.3 Boca de leão simples**5.3.4 Boca de leão dupla**

As bocas de leão deverão ser construídas conforme o detalhe que acompanha o projeto.

A laje de fundo deverá ser de concreto armado, com fck mínimo de 20 MPa (vinte Mega Pascal), de 0,15 m (quinze centímetros) de espessura mínima, assentada





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

sobre lastro de brita nº 2 (dois) com espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros).

As paredes serão de alvenaria de blocos de concreto com 0,14 x 0,19 x 0,39 m (quatorze por dezenove por trinta e nove centímetros), assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte para três partes) em volume.

Nos cantos deverão ser executados pilaretes em concreto preenchendo os vazios dos blocos.

Quando a profundidade for superior a 2,00 m (dois metros), as paredes deverão receber cintas de concreto armado com 2 Ø 8 mm (oito milímetros), espaçadas de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Na parte superior deverá ser executada uma cinta em concreto armado, estruturada para receber a tampa também em concreto armado.

As paredes serão revestidas internamente e externamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte para três partes) em volume, na espessura acabada de 0,025 m (dois e meio centímetros).

As bocas de leão duplas serão aquelas constituídas por uma caixa de captação secundária, duas caixas de captações secundárias, e três caixas de captações secundárias, respectivamente e interligadas de forma paralela, à boca principal, permitindo assim, a coleta de um maior volume de águas superficiais.

As caixas de captações secundárias deverão ser executadas conforme projeto.

As caixas secundárias e à principal deverão receber tampas independentes e removíveis, em concreto pré-moldado com 0,15 m (quinze centímetros) de espessura, armadas com Ø 10 mm (dez milímetros) a cada 0,15 m (quinze centímetros).

A **CONTRATADA** deverá executar as bocas sempre de acordo com o disposto no projeto, respeitando os critérios, consultando previamente a **FISCALIZAÇÃO**, quanto a possíveis alterações que se fizerem necessárias, durante a execução da obra.

5.3.5 Renivelamento de PV

A **CONTRATADA** deverá executar o renivelamento do poço de visita, sempre de acordo com o disposto no projeto, respeitando as dimensões e condições





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

mínimas, consultando previamente a **FISCALIZAÇÃO**, quanto a possíveis alterações que se fizerem necessárias, durante a execução da obra.

As paredes serão edificadas em alvenaria de tijolos maciços com espessura de 0,20 m (vinte centímetros), assentados com argamassa de cimento e areia com traço 1:3 (uma parte para três partes) em volume.

As paredes serão revestidas interna e externamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte para três partes), perfeitamente desempenada na espessura de 0,025 m (dois e meio centímetros).

5.3.6 Tubo em polietileno de alta resistência PEAD - DN 400mm

Para o assentamento da tubulação no leito carroçável ou no passeio será considerada a execução de acordo com o projeto e detalhes específicos.

Os tubos deverão apresentar as dimensões exigidas em projeto, sendo transportados, manuseados e armazenados de acordo com as recomendações dos fabricantes.

Os tubos deverão ser armazenados em áreas de depósito dentro do canteiro de serviço ou a critério da **FISCALIZAÇÃO**, dispostos ao longo do caminhamento das valas.

As operações de carga e descarga de tubos deverão ser efetuadas com os devidos cuidados, mediante o emprego de meios mecânicos adequados, evitando-se choques e rolamentos.

A **FISCALIZAÇÃO** poderá impugnar os equipamentos de transporte, carga e descarga que, a seu critério, forem inadequadas as condições de uma operação segura e adequada.

Visto que estes serviços serão executados em áreas públicas, deverão ser observados os aspectos relativos à segurança dos transeuntes e veículos, bem como os locais de trabalho deverão ser sinalizados e isolados, de modo a preservar a integridade dos próprios operários e equipamentos utilizados.

Os tubos somente poderão ser utilizados após a aprovação da **FISCALIZAÇÃO** o que poderá, às expensas da **CONTRATADA**, solicitar os ensaios que julgar necessário, bem como rejeitar o material julgado impróprio para uso.

Os tubos fornecidos deverão respeitar os seguintes limites de tolerância:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

- a) As variações do diâmetro interno, em qualquer transversal, não deverão exceder a 1% (um por cento) do diâmetro para mais ou menos.
- b) O diâmetro interno médio em qualquer seção transversal do tubo não deverá ser inferior ou superior à 98% (noventa e oito por cento) do diâmetro interno medido segundo três direções de uma mesma seção transversal, defasada entre si de um ângulo de 60° (sessenta graus).
- c) Serão toleradas variações na espessura dos tubos, para mais ou menos, até 7,5% (sete e meio por cento) da espessura nominal declarada pelo Fabricante.
- d) A diferença para menos entre o comprimento útil declarado e o real não deverá ser maior que 20 mm (vinte milímetros), para qualquer comprimento do tubo.

Antes de ser assentado, o tubo, deverá ser limpo e examinado, não podendo ser assentado aquele que apresentar trincas visíveis, quebras ou outros defeitos visíveis a olho nu, contrariando as especificações e normas da ABNT.

Não serão permitidas quaisquer pinturas ou retoques visando esconder defeitos existentes nos tubos.

O tubo deverá ser assentado suavemente, permitindo-se o seu escoramento apenas com peças de madeira apropriadas para tal serviço. Deverá ser verificada a existência de pedras ou outros objetos esquecidos dentro dos tubos, sendo obrigatória a desobstrução dos mesmos.

O assentamento dos tubos deverá seguir paralelamente a abertura da vala e deverá ser feito de jusante para montante, obedecendo ao alinhamento e as cotas definidas em projeto. As bolsas dos tubos deverão ser sempre assentadas para a montante.

O assentamento dos tubos somente poderá ser feito, após a aprovação do fundo de vala pela **FISCALIZAÇÃO**, fundo esse que deverá estar regularizado, seco e com declividade igual à indicada no projeto. Os tubos deverão obedecer a um alinhamento rigoroso.

O nivelamento das linhas de tubos poderá ser feito por meio de gabarito, cruzeta ou outro método, desde que aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**. Devem, no entanto, ser observadas as distâncias máximas de 10,00 m (dez metros), para o emprego de gabarito e de 30,00 m (trinta metros), para o emprego de cruzeta.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

5.3.7 Grelha articulada em ferro fundido

A **CONTRATADA** deverá fornecer e instalar grelhas articuladas em Ferro Fundido dúctil a serem instalados sobre o sistema de drenagem em aduelas e bocas de leão, deverá ser do tipo quadrados e com articulação de tal forma e fecharem totalmente a abertura de acesso, devendo os mesmos obedecerem às Normas EN 124 e ABNT 10160/2005.

Os locais deverão ser de acordo com o projeto e deverão ser orientados pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4 REVESTIMENTO EM CANAIS

5.4.1 Base de pedra rachão para aduelas

Os serviços referentes ao preparo de base em pedra rachão compreenderão o fornecimento, carga, transporte, descarga e o espalhamento em camadas compactadas de produtos totais de britagem, sobre o terreno compactado e devidamente regularizado.

O rachão deverá ser constituído de fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excessos de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desfragmentação e de outras substâncias prejudiciais.

O rachão será esparramado sobre o leito, em uma camada de espessura uniforme definida em projeto, uniformemente solta, e disposta de forma a que se obtenha posteriormente, os alinhamentos e perfis projetados. Em seguida ao seu esparrame, deverá ser comprimido em toda a largura da camada, por meio de um rolo compressor de rodas metálicas, tipo 3 (três) rodas, com cerca de 10 a 12 toneladas de peso.

A compressão inicia-se nos bordos e progride para o centro, devendo cada passada ocupar pelo menos metade da passada anterior. A operação se completa quando não se notar mais depressões entre a faixa ocupada pelo rolo e as faixas adjacentes.

O lançamento do rachão deverá ser aprovado previamente pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4.2 Lastro de brita (e = 0,05 m)

A superfície da base de pedra rachão deverá ser estabilizada e regularizada através da aplicação de uma camada de pedra brita nº 2 (dois), compactada





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

manualmente, com espessura de 0,05 m (cinco centímetros), após previa aprovação por parte da **FISCALIZAÇÃO**.

A camada de pedra britada, lançada sobre a base de rachão, deverá ter granulometria uniforme, estar isenta de argila e partes em decomposição, para ser compactada através de soquetes de madeira ou equipamento mecânico apropriado.

5.4.3 Berço de concreto armado para aduelas

A superfície destinada a receber o berço em concreto armado, depois de regularizada e nivelada, deverá ser molhada, de maneira abundante, porém sem deixar água livre acumulada.

O concreto deverá ser lançado, espalhado, nivelado e não desempenado sobre lastro de brita de forma a constituir uma espessura mínima de 0,15 m (quinze centímetros).

O concreto estrutural a ser empregado pela **CONTRATADA** na execução de berços para assentamento de peças enterradas sob o leito carroçável, deverá apresentar as características e fck mínimo de 20,0 (quinze) MPa.

O lançamento de concreto estrutural, sobre uma camada primária de pedra britada nº 2 (dois) e uma malha de ferro de Ø 6,3 mm e Ø 10 mm conforme detalhe de projeto, deverá ser acompanhado de apiloamento com soquete de madeira, com o cuidado de não ocasionar a segregação dos materiais e não prejudicar a ferragem. A superfície deverá ser regularizada e perfeitamente nivelada através de régua de madeira.

5.4.4 Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,00 x 0,50 m

5.4.5 Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,50 x 0,50 m

As aduelas deverão ser assentadas sobre berço de concreto, rachão estabilizado com brita conforme detalhe de projeto.

As aduelas deverão apresentar as dimensões exigidas em projeto, sendo transportadas, manuseadas e armazenadas de acordo com as recomendações dos fabricantes.

As aduelas deverão ser armazenadas em áreas de depósito dentro do canteiro de serviço ou a critério da **FISCALIZAÇÃO**, dispostas ao longo do caminhamento das valas.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

As operações de carga e descarga das aduelas deverão ser efetuadas com os devidos cuidados, mediante o emprego de meios mecânicos adequados, evitando-se choques e rolamentos.

A **FISCALIZAÇÃO** poderá impugnar os equipamentos de transporte, carga e descarga que, a seu critério, forem inadequados as condições de operações seguras e adequadas.

Visto que estes serviços serão executados em áreas públicas, deverão ser observados os aspectos relativos à segurança dos transeuntes e veículos, bem como os locais de trabalho deverão ser sinalizados e isolados, de modo a preservar a integridade dos próprios operários e equipamentos utilizados.

As aduelas em concreto somente poderão ser utilizadas após a aprovação da **FISCALIZAÇÃO** o que poderá, às expensas da **CONTRATADA**, solicitar os ensaios que julgar necessário, bem como rejeitar o material julgado impróprio para uso.

As aduelas fornecidas deverão respeitar os seguintes limites de tolerância:

- a) As variações das dimensões internas, em qualquer transversal, não deverão exceder a 1% (um por cento) das dimensões de projeto para mais ou menos.
- b) As medidas internas médias em qualquer seção transversal da aduela não deverão ser inferiores ou superiores a 98% (noventa e oito por cento) das medidas internas medidas segundo três direções de uma mesma seção transversal, defasada entre si de um ângulo de 60° (sessenta graus).
- c) Serão toleradas variações na espessura das aduelas, para mais ou menos, até 7,5% (sete e meio por cento) da espessura nominal declarada pelo fabricante.
- d) A diferença para menos entre o comprimento útil declarado e o real não deverá ser maior que 20 mm (vinte milímetros), para qualquer comprimento de aduela.

Antes de ser assentada, a aduela deverá ser limpa e examinada, não podendo ser assentada aquela que apresentar trincas visíveis, quebras ou outros defeitos visíveis a olho nu, contrariando as especificações e normas da ABNT.

Não serão permitidas quaisquer pinturas ou retoques com nata de cimento e outros materiais visando esconder defeitos existentes nos tubos.

A aduela deverá ser assentada suavemente, permitindo-se o seu escoramento apenas com peças de madeira apropriadas para tal serviço.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

O assentamento das aduelas deverá seguir paralelamente a abertura da vala e deverá ser feito de jusante para montante, obedecendo ao alinhamento e as cotas definidas em projeto.

O assentamento somente poderá ser feito, após a aprovação pela **FISCALIZAÇÃO** do berço de concreto e rachão estabilizado com brita, sendo este executado após a aprovação do fundo de vala pela **FISCALIZAÇÃO**, fundo esse que deverá estar regularizado, seco e com declividade igual à indicada no projeto. As aduelas deverão obedecer a um alinhamento rigoroso.

O nivelamento das aduelas poderá ser feito por meio de gabarito, cruzeta ou outro método, desde que aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**. Devem, no entanto ser observadas as distâncias máximas de 10,00 m (dez metros), para o emprego de gabarito e de 30,00 m (trinta metros) para o emprego de cruzeta.

As ADUELAS deverão ser protegidas por uma manta tipo GEOTEXTIL em poliéster entre o solo e as aduelas em toda sua extensão que estiverem em contato com solo.

5.4.6 PV Tipo Especial 1**5.4.7 PV Tipo Especial 2****5.4.8 PV Tipo Especial 3**

Os poços de visita tipo especial deverão ser construídos conforme projeto. A laje de fundo, paredes e laje de cobertura serão moldadas em concreto armado, respeitando-se as resistências e recobrimentos de armaduras conforme o projeto.

A **CONTRATADA** deverá executar os poços de visita, sempre de acordo com o disposto no projeto, respeitando as dimensões e condições mínimas, consultando previamente a **FISCALIZAÇÃO**, quanto a possíveis alterações que se fizerem necessárias, durante a execução da obra.

Para execução do concreto armado deverão ser seguidas as normas para execução de armação e concretagem sendo concreto Mínimo de $f_{ck} = 25$ MPa (vinte e cinco mega Pascal).

Os aços de categoria CA-50 e CA-60 não poderão ser dobrados em posições diferentes daquelas indicadas em projeto, quer para o transporte, quer para facilitar a montagem ou travamento de formas nas dilatações.

O perfeito recobrimento das armaduras deverá ser garantido mediante a utilização de espaçadores convenientemente distribuídos e com espessuras iguais às do recobrimento previsto em projeto. Quando os calços para concreto forem confeccionados na própria obra, a argamassa de fixação consistirá em uma





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

parte de cimento e duas de areia, tendo ainda de conter água suficiente para que se obtenha uma pasta seca, deve-se utilizar arame galvanizado para a sua amarração.

Não será permitido o uso de pedras como calços.

Quando o concreto for aparente os ferros de amarração deverão ser envolvidos por tubos plásticos de Ø 6 a 8 mm, que deverão ser retirados logo após o endurecimento do concreto, evitando-se dessa forma a formação de pontos de ferrugem na superfície do concreto.

O concreto a ser aplicado, deverá satisfazer as condições de resistência fixadas pelo cálculo estrutural, bem como as condições de durabilidade e impermeabilidade adequadas às condições de exposição na região.

Se o concreto for preparado fora do local das obras (usinado), o seu transporte deverá ser feito por meio de caminhões apropriados, dotados de betoneiras.

O fornecimento do concreto deverá ser feito de maneira contínua, não devendo decorrer intervalo de tempo superior a 30 (trinta) minutos entre duas entregas sucessivas, para evitar o endurecimento parcial do concreto já colocado.

Os caminhões betoneira deverão permitir a entrega do concreto no canteiro de serviço, completamente misturado e uniforme.

Não será permitida em nenhuma hipótese, a adição de água suplementar no concreto descarregado.

As operações de lançamento do concreto deverão ser realizadas de maneira gradual e contínua, até ser preenchida toda a forma da peça.

O adensamento do concreto deverá ser efetuado durante e após o lançamento do concreto por meio de vibrador.

O concreto lançado deverá, mediante uma vibração adequada, envolver completamente a armadura e atingir todos os recantos da forma, não devendo haver a formação de ninhos de pedra, nem o deslocamento da ferragem que compõe a armadura.

No caso de falhas em peças concretadas, as mesmas deverão ser corrigidas logo após sua constatação, de maneira adequada e compatível, a critério da **FISCALIZAÇÃO**.

As características e dosagem dos componentes do concreto deverão obedecer ao disposto nas Normas específicas da ABNT.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

O fornecimento, lançamento, adensamento, cura e controle do concreto, deverão ser executados pela **CONTRATADA**, de acordo com as especificações genéricas estabelecidas.

Sempre que a **FISCALIZAÇÃO** tiver dúvida a respeito da estabilidade dos elementos de estrutura, poderá solicitar provas de carga suplementares, para avaliar a qualidade e resistência das peças, com ônus para a **CONTRATADA**.

5.4.9 Muro testa de concreto para rede de canalização

5.4.10 Ala de concreto para rede de canalização

Barreiras de concreto construída em saída de corrêgo/bueiro/comporta em cursos de água permanentes. Para deter possíveis desmoronamentos e ou correnteza. Os muros são construções frontais e as alas, laterais.

A execução do muro de testa para tubos / ala de concreto, deverá obedecer rigorosamente os detalhes executivos, assim como as Normas Técnicas da ABNT, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a resistência e a estabilidade de qualquer parte da estrutura executada.

Nos locais de curso de água permanente, deverão ser executados inicialmente, todos os serviços necessários ao desvio d' água (corta rio), de modo a não afetar o terreno de fundação e a construção do muro de testa para tubos e da ala de concreto.

Quando necessária a execução de um aterro para se atingir a cota de construção do lastro ou nos reaterros executados em substituição de materiais inadequados, estes deverão ser realizados com materiais granulares aprovados pela **FISCALIZAÇÃO** e compactados em camadas horizontais de no máximo 0,15 m (quinze centímetros) de espessura, até atingir o grau de compactação mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) com relação à densidade seca, máxima obtida com o material no ensaio DNER - ME - 47 - 64.

A utilização, se necessário, de pedra rachão na linha extravasora até atingir o nível d' água, deverá ser previamente liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Precauções específicas deverão ser tomadas objetivando evitar, na fundação da obra, bruscas mudanças de capacidade de suporte do solo, substituindo-se partes rochosas que ocorram na cava, por material de reaterro ou brita.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

As paredes do muro testa e ou da ala de concreto deverão ser executadas em concreto fck = 20 MPa que deverá ser fornecido lançado, adensado, formado através de uso de chapas de madeira compensadas resinadas estruturados com armação de Aço CA-50/60. As cotas e níveis das formas deverão obedecer rigorosamente ao projeto.

5.4.11 Enrocamento de pedra lançada

Os dispositivos de amortecimento serão construídos utilizando-se pedras a serem lançadas, no final de valetas, alas de concreto, sarjetas e bueiros tubulares de concreto, com o objetivo de dissipar a energia da água e evitar a erosão de terreno.

Os dispositivos de amortecimento serão executados segundo formas, dimensões e locais estabelecidos no projeto ou determinadas pela **FISCALIZAÇÃO**.

No fundo da ala de concreto será lançado uma camada de pedras 3 ou 4 com espessura de 0,10 m (dez centímetros) para posterior lançamento de concreto estrutural com fck maior ou igual a 18,0 (dezoito) MPa na espessura de 0,20 m (vinte centímetros).

As pedras utilizadas deverão ser sãs, apresentando dimensões mínimas de 0,20 m (vinte centímetros) e máxima compatível com as dimensões do dispositivo.

6 PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1 PAVIMENTO

6.1.1 Imprimação impermeabilizante

A imprimação consistirá na aplicação de camada sobreposta de material betuminoso de baixa viscosidade respectivamente, diretamente sobre a superfície preparada em pedra britada da sub-base.

O material betuminoso, ou camada impermeabilizante, deverá ser, o asfalto diluído de cura média ("cut - back") tipo CM - 30 ou emulsões asfálticas catiônicas de ruptura lenta, tipo RR - 2C.

Quando o agregado da camada a impermeabilizar não apresentar resultados satisfatórios nos testes de adesividade, aos materiais betuminosos de imprimação, poderá ser misturado aditivo na porcentagem necessária.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Todos os equipamentos destinados a execução dos serviços de imprimação, deverão ser previamente examinados e aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os equipamentos que, mesmo após iniciados os serviços, não apresentem condições para uma operação segura e de qualidade, poderão ser a qualquer tempo, impedidos de operar pela **FISCALIZAÇÃO**, devendo ser imediatamente substituídos ou recuperados adequadamente, pela **CONTRATADA**.

Os equipamentos necessários para a execução de imprimação betuminosa deverão consistir de vassourões manuais ou vassoura mecânica, equipamento para aquecimento de material betuminoso sob pressão e distribuidor manual de material betuminoso.

a) Vassouras manuais - Deverão ser em número suficiente para o bom andamento dos serviços e terem os fios suficientemente duros para varrer a superfície sem cortá-la.

b) Vassoura mecânica - Deverá ser construída de modo que, possa ser regulada e fixada em relação à superfície a ser varrida, e possa varrê-la perfeitamente sem cortá-la ou danificá-la de qualquer maneira. O jato de ar comprimido poderá, também, ser usado.

c) Equipamento para aquecimento de material betuminoso - Deverá ser tal que, aqueça e mantenha o material betuminoso de maneira que satisfaça aos requisitos básicos necessários, devendo ser provido de pelo menos um termômetro, disposto em local de fácil observação, sensível a 1º C (um grau centígrado), para determinação das temperaturas do material betuminoso.

d) Distribuidor de material betuminoso sob pressão - Deverá ser equipado com aros pneumáticos, e ter sido projetado a funcionar de maneira que distribua o material em jatos uniformes, sem falhas, na quantidade e entre os limites de temperatura estabelecidos pelas Normas Brasileiras.

e) Distribuidor manual de material betuminoso - Será a mangueira apropriada do distribuidor de material betuminoso sob pressão, destinada a espargir manualmente o material, no tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito dos materiais betuminosos, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente.

O depósito deverá ter capacidade tal, que possa armazenar a quantidade de materiais a ser aplicados em, pelo menos, um dia de trabalho.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A limpeza prévia das superfícies onde serão aplicados os materiais betuminosos poderá ser executada com o emprego de vassouras manuais ou mecânicas e, lavagem, se necessário, de forma a remover todos os materiais soltos e nocivos existentes.

As superfícies limpas deverão estar perfeitamente secas antes de receberem a aplicação dos materiais betuminosos, seja através da ação ambiental, seja pelo uso de ar comprimido.

Os materiais betuminosos deverão ser aplicados, na razão de 1,5 à 2,0 l/m² (um metro e meio à dois litros por metro quadrado), na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e da maneira mais uniforme possível. As aplicações não deverão ser executadas, quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10 ° C (dez graus centígrados), ou em dias de chuva, ou quando esta estiver iminente.

A temperatura de aplicação dos materiais deverá ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade, de forma a proporcionar uma melhor viscosidade para o espalhamento.

As faixas de viscosidade recomendadas para o espalhamento ideal, são de 20 a 60" (vinte à sessenta segundos) Saybolt-Furol para asfalto diluído / cimento asfáltico e de 25 a 100" (vinte e cinco à cem segundos) Saybolt-Furol, para emulsões asfálticas.

A imprimação deverá ocorrer na pista inteira, em um mesmo turno de trabalho e deixá-la fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, executando-se a imprimação da pista adjacente, assim que for permitida a abertura ao trânsito da área já tratada.

Após a aplicação, de cada uma das camadas, as superfícies deverão permanecer em repouso pelo período mínimo de 24hs. (vinte e quatro horas), até que se verifiquem as condições ideais de penetração, ruptura e cura de acordo com a natureza e tipo dos materiais betuminosos empregados.

O período de repouso para cada uma das aplicações, poderá ser aumentado pela **FISCALIZAÇÃO**, em tempo frio.

A superfície imprimada deverá ser protegida e conservada em perfeitas condições até o adequado recobrimento pela camada subsequente.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A película de imprimação não se destina a receber o tráfego direto, podendo a **FISCALIZAÇÃO**, a seu critério e excepcionalmente, autorizar a passagem do trânsito sobre a camada imprimada .

A taxa média para cada trecho e tipo de imprimação, deverá ser determinada diariamente, dividindo-se o peso dos materiais empregados, pela área imprimada, sendo expressa em kg/m², com precisão em gramas.

A variação da taxa média não poderá ser superior a 10% (dez por cento) em relação às taxas fixadas experimentalmente e aprovadas pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.1.2 Imprimação ligante

A imprimação ligante consistirá na aplicação de camada sobreposta de material betuminoso de alta viscosidade respectivamente, diretamente sobre a superfície preparada em binder.

Para a camada a ser aplicada denominada camada ligante, o material betuminoso deverá ser o asfalto diluído de cura rápida, tipo CR - 250, emulsões asfálticas catiônicas, tipo RR - 1C ou cimento asfáltico de concreto, tipo CAP - 85 - 100.

A escolha dos materiais betuminosos adequados deverá ser feita em função da textura e natureza do material da camada a ser imprimada.

Os tipos de materiais escolhidos deverão ser aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**, após execução prévia em área experimental.

A aplicação do material ligante deverá seguir as mesmas especificações da imprimação impermeabilizante.

Incluso no serviço usinagem, aplicação e transporte.

6.1.3 Pavimento em concreto asfáltico com asfalto borracha

Concreto asfáltico com asfalto-borracha é uma mistura executada a quente, em usina apropriada, com características específicas, sendo espalhada e compactada a quente. Devendo ser produzido e executado de acordo com a norma "CONCRETO ASFÁLTICO COM ASFALTO-BORRACHA" do Departamento de estradas de rodagem – DER- ET-DE-P00/030 e demais normas pertinentes.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

Os materiais constituintes do concreto asfáltico com asfalto-borracha são: agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento ou fíler, ligante asfáltico modificado por borracha moída de pneus, e melhorador de adesividade, se necessário.

Os materiais utilizados devem satisfazer às normas pertinentes e às especificações aprovadas pelo DER/SP.

Os cimentos asfálticos de petróleo modificados por adição de borracha moída de pneus devem possuir as seguintes características:

- a) o teor mínimo de borracha deve ser de 15% em massa, incorporada no ligante asfáltico; é expressamente proibida a industrialização na própria obra, sem acompanhamento laboratorial, equipamentos adequados, condição técnica e principalmente sem os requisitos básicos para garantir a segurança ao meio ambiente;
- b) o ligante asfalto-borracha deve atender aos requisitos apresentados na Tabela 1 da ET-DE-P00/030, do DER-SP;
- c) o tempo máximo e as condições de armazenamento e estocagem do asfalto-borracha, para diferentes situações, devem ser definidos pelo fabricante;
- d) a garantia do produto asfáltico por carga deve ser atestada pelo fabricante através de certificado com as características do produto.

A faixa granulométrica a ser empregada deve ser selecionada em função da utilização prevista para o concreto asfáltico com asfalto-borracha.

Como a mistura asfáltica será utilizada como camada de rolamento, deve-se conferir especial atenção à seleção da granulometria de projeto, tendo em vista a obtenção de rugosidade que assegure adequadas condições de segurança ao tráfego.

A composição da mistura deve satisfazer aos requisitos apresentados na DESIGNAÇÃO III da Tabela 3. da ET-DE-P00/030, do DER-SP;

EXECUÇÃO

Não é permitida a execução dos serviços em dias de chuva. O concreto asfáltico usinado a quente com asfalto-borracha somente deve ser fabricado, transportado e aplicado quando a temperatura ambiente for superior a 10 °C.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

A superfície deve apresentar-se limpa, isenta de pó ou outras substâncias prejudiciais. Eventuais defeitos existentes devem ser adequadamente reparados, previamente à aplicação da mistura. A imprimação ou pintura de ligação deve ser executada, obrigatoriamente, com a barra espargidora, respeitando os valores recomendados para taxa de ligante. Caneta ou regador podem ser utilizados somente para correções localizadas ou em locais de difícil acesso. Deve apresentar película homogênea e promover adequadas condições de aderência quando da execução do concreto asfáltico.

Quando a imprimação ou a pintura de ligação não tiverem condições satisfatórias de aderência, uma nova pintura de ligação deve ser aplicada previamente à distribuição da mistura.

No caso de desdobramento da espessura total de concreto asfáltico em duas camadas, a pintura de ligação entre estas pode ser dispensada se a execução da segunda camada ocorrer logo após a execução da primeira.

O tráfego de caminhões, para início do lançamento do concreto asfáltico com asfalto borracha, sobre a pintura de ligação só é permitido após o rompimento e cura do ligante aplicado.

Produção do Concreto Asfáltico com Asfalto-Borracha

O concreto asfáltico com asfalto-borracha deve ser produzido em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado. A usina deve ser calibrada, de forma a assegurar a obtenção das características desejadas para a mistura.

Os agregados, principalmente os finos, devem ser homogeneizados com a pá carregadeira antes de serem colocados nos silos frios.

As aberturas dos silos frios devem ser ajustadas de acordo com a granulometria do traço e dos agregados para evitar sobras nos silos quentes.

A temperatura de aquecimento do cimento asfáltico modificado com borracha de pneus empregado deve, salvo em orientação contrária e justificada do fabricante, se situar nos limites de 165 °C a 175 °C. Variações constantes ou desvios significativos em relação à faixa de temperatura desejável indicam a necessidade de suspensão temporária do processo de produção, para que sejam executados os necessários ajustes.

A temperatura de aquecimento dos agregados, medida nos silos quentes, deve ser até 10 °C superior à temperatura definida para o aquecimento do ligante, desde que não supere 180 °C.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A carga dos caminhões deve ser feita de maneira a evitar segregação da mistura dentro da caçamba, 1º na frente, 2º na traseira e 3º no meio.

O início da produção na usina só deve ocorrer quando todo o equipamento de pista estiver em condições de uso, para evitar a demora na descarga na acabadora que pode acarretar em diminuição da temperatura da mistura com prejuízo da compactação.

Transporte do Concreto Asfáltico com Asfalto-Borracha

O concreto asfáltico com asfalto-borracha produzido deve ser transportado da usina ao local de aplicação, em caminhões basculantes, atendendo as especificações, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada.

As caçambas dos veículos devem ser cobertas com lonas impermeáveis durante o transporte de forma a proteger a massa asfáltica da ação de chuvas ocasionais, da eventual contaminação por poeira e, especialmente, da perda de temperatura e queda de partículas durante o transporte. As lonas devem estar bem fixadas na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura, o que provoca resfriamento precoce.

O tempo máximo de permanência da mistura no caminhão é dado pelo limite de temperatura estabelecido para aplicação da massa na pista.

Distribuição da Mistura

A distribuição do concreto asfáltico com asfalto-borracha deve ser feita por equipamentos adequados, conforme especificado na norma supracitada.

Para o caso de emprego de concreto asfáltico com asfalto-borracha como camada de rolamento, ligação ou de regularização, a mistura deve ser distribuída por uma ou mais acabadoras, atendendo aos requisitos anteriormente especificados.

Deve ser assegurado, previamente ao início dos trabalhos, o aquecimento conveniente da mesa alisadora da acabadora à temperatura compatível com a da massa a ser distribuída.

Deve-se observar que o sistema de aquecimento se destina exclusivamente ao aquecimento da mesa alisadora e nunca de massa asfáltica que eventualmente tenha esfriado em demasia.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO E**

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada acabada, estas devem ser corrigidas de imediato pela adição manual da mistura. Seu espalhamento deve ser efetuado por meio de rodos metálicos. Esta alternativa deve ser, no entanto, minimizada, já que o excesso de reparo manual é nocivo à qualidade do serviço.

Na partida da acabadora devem ser colocadas de 2 a 3 réguas, com a espessura do empolamento previsto, onde a mesa deve ser apoiada.

A mistura deve apresentar textura uniforme, sem pontos segregados. Qualquer falha constatada na superfície deve ser sanada antes do início da compactação, com espalhamento manual.

Na descarga, o caminhão deve ser empurrado pela acabadora, não se permitindo choques ou travamento dos pneus durante a operação.

O tipo de acabadora deve ser definido em função da capacidade de produção da usina, de maneira que esta esteja continuamente em movimento, sem paralisações para esperar caminhões.

A velocidade da acabadora deve estar sempre entre 2,5 m/minuto e 10,0 m/minuto.

Compactação da Mistura

A rolagem tem início logo após a distribuição do concreto asfáltico com asfalto-borracha. A fixação da temperatura de rolagem condiciona-se à natureza da massa e às características do equipamento utilizado. Como regra geral, deve-se iniciar a compactação na temperatura mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura esta fixada experimentalmente, em cada caso. A temperatura mínima recomendável para a compactação da mistura é de 150 °C, devendo ser ajustada no campo em função dos equipamentos de compactação, condições ambientais e de serviço que garantam as características requeridas pela mistura, por ocasião do projeto de dosagem.

É obrigatória, às expensas do contratado, a execução de trecho experimental, que deve possuir no mínimo 150 m e cobrir a largura da faixa ou a metade da largura da pista, para definição dos equipamentos de compactação e números de passadas necessárias dos equipamentos para atingir o grau de compactação mínimo exigido nesta especificação, conforme item

Após aceitação do trecho experimental pela fiscalização, aos serviços podem ser iniciados.

No caso de rejeição dos serviços no trecho experimental por desempenho insatisfatório, o trecho experimental deve ser refeito, as expensas do contratado.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E**Juntas**

O processo de execução das juntas transversais e longitudinais deve assegurar adequadas condições de acabamento, de modo que não sejam percebidas irregularidades nas emendas.

Em rodovias de pista dupla é recomendado o uso de duas vibro-acabadoras, de modo que os panos adjacentes sejam executados simultaneamente, tanto nas faixas da pista quanto nos acostamentos.

Em rodovias em operação, devem ser evitados degraus longitudinais muito extensos, permitindo-se no máximo o resultante de uma jornada de trabalho. Na jornada de trabalho seguinte, a aplicação da massa asfáltica deve começar no início do degrau remanescente da jornada de trabalho anterior.

No reinício dos trabalhos, deve-se realizar a compactação da emenda com o rolo perpendicular ao eixo, com 1/3 do rolo sobre o pano já compactado e os outros 2/3 sobre a massa recém aplicada.

6.1.4 Pavimentação de concreto armado

O concreto a ser aplicado, deverá satisfazer as condições de resistência fixadas pelo cálculo estrutural, bem como as condições de durabilidade e impermeabilidade adequadas às condições de exposição na região.

Se o concreto for preparado fora do local das obras (usinado), o seu transporte deverá ser feito por meio de caminhões apropriados, dotados de betoneiras.

O fornecimento do concreto deverá ser feito de maneira contínua, não devendo decorrer intervalo de tempo superior a 30 (trinta) minutos entre duas entregas sucessivas, para evitar o endurecimento parcial do concreto já colocado.

Os caminhões betoneira deverão permitir a entrega do concreto no canteiro de serviço, completamente misturado e uniforme.

Não será permitida em nenhuma hipótese, a adição de água suplementar no concreto descarregado.

As operações de lançamento do concreto deverão ser realizadas de maneira gradual e contínua, até ser preenchida toda a forma da peça.

O adensamento do concreto deverá ser efetuado durante e após o lançamento do concreto por meio de vibrador.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

O concreto lançado deverá, mediante uma vibração adequada, envolver completamente a tela de aço e atingir todos os recantos da forma, não devendo haver a formação de ninhos de pedra, nem o deslocamento da ferragem que compõe a tela.

As características e dosagem dos componentes do concreto deverão obedecer ao disposto nas Normas específicas da ABNT.

O fornecimento, lançamento, adensamento, cura e controle do concreto, deverão ser executados pela **CONTRATADA**, de acordo com as especificações genéricas estabelecidas.

Sempre que a **FISCALIZAÇÃO** tiver dúvida a respeito da estabilidade dos elementos de estrutura, poderá solicitar provas de carga suplementares, para avaliar a qualidade e resistência das peças, com ônus para **CONTRATADA**.

6.1.5 Assentamento de lona plástica

A lona deverá ser aplicada de forma que permita um recobrimento homogêneo e contínuo de toda a superfície que recebera pavimento de concreto armado.

As camadas destinadas à regularização bem como a camada de acabamento, deverão atender ao exposto no item **6.1.4**

A rolagem da lona plástica deverá ser executada com o emprego de equipamento adequado e em estado normal de utilização, tanto no referente a operação como, quanto aos dispositivos de segurança e sinalização.

6.2 OBRAS VIÁRIAS

6.2.1 Preparo de caixa até 0,40 m para leito carroçável

O preparo de caixa consistirá nos serviços necessários para que o terreno assuma a forma e a resistência definida pelos alinhamentos, perfis, cotas, dimensões e seção transversal típica estabelecida pelo projeto e para que este terreno fique em condições de receber as camadas de base do pavimento a ser executado.

Entende-se como preparo e regularização de caixa, os serviços executados até no máximo 0,40 m (quarenta centímetros) e 0,25 m (vinte e cinco centímetros) de espessura, respectivamente. Ultrapassando este valor o serviço será considerado como corte.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

A compactação deverá progredir no sentido das bordas para o centro do leito, de modo a proporcionar, massa específica aparente uniforme.

Os processos mecânicos recomendados correspondem ao emprego de equipamentos de compactação autopropelidos ou tracionados, tipo “rolo”, comumente utilizados nos aterros de ruas.

Concluída a compactação do terreno, a superfície deverá ser devidamente regularizada conforme a seção transversal do projeto e de forma a apresentar-se lisa e isenta de partes soltas ou sulcadas.

A superfície regularizada deverá ser protegida contra a ação dos agentes atmosféricos, seja por meio da execução da camada subsequente, ou mesmo pelo depósito e espalhamento sobre a mesma, dos materiais necessários à execução da camada seguinte.

Não será permitida a utilização da camada concluída para estocagem de materiais, mesmo que destinados a confecção de outros serviços atinentes a obra.

O controle tecnológico dos serviços será procedido através dos seguintes ensaios:

- a) determinações de massa específica aparente, “in situ” com espaçamento máximo de 100,00 m (cem metros) de pista, nos pontos onde foram coletadas as amostras para os ensaios de compactação;
- b) uma determinação do teor de umidade, cada 100,00 m (cem metros), imediatamente antes da compactação;
- c) determinação do grau de compactação (G.C.) a cada 100,00 m (cem metros) ou onde a **FISCALIZAÇÃO** julgar necessário. O valor mínimo exigido é de 98% do Proctor Intermediário e deve-se observar sempre os valores mínimos de G.C. hot previsto no projeto;

Após a conclusão da regularização, deverá ser realizado o controle geométrico através da relocação e o nivelamento de seções transversais, espaçadas a cada 20,00 m (vinte metros), no máximo.

Por seção transversal, serão nivelados 3 (três) pontos, devendo as cotas de superfície acabada, apresentarem grandezas compreendidas no intervalo (cota de projeto – 30 mm) a (cota de projeto + 20 mm).





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Neste serviço inclui pessoal e maquinários para a execução como pá carregadeira de pneus, moto niveladora, rolo compactador e caminhão basculante.

6.2.2 Guias pré-moldadas de concreto

Não serão aceitas guias quebradas e/ou trincadas, as peças de guias pré-moldadas deverão ter resistência mínima de fck 20,0 MPa, conforme modelo PMSP.

As guias deverão ser fornecidas nas dimensões projetadas, não devendo apresentar curvaturas. Serão rejeitadas pela **FISCALIZAÇÃO** as guias que apresentarem curvaturas superiores a 5 mm (cinco milímetros), constatadas pela colocação de uma régua na face superior lateral da sarjeta.

As curvas serão executadas com guias de raio exigidos pelo projeto;

As guias deverão ser executadas sobre o terreno, que umedecido, receberá inicialmente um lastro compactado com 0,05 m (cinco centímetros) de espessura em pedra britada nº2 (dois) ou cascalho comprimido com soquete até a penetração.

As peças de guia pré-moldadas deverão ser assentadas obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões preexistentes, as juntas receberão argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte para três partes) em volume.

As guias serão escoradas nas juntas, por meio de blocos de concreto (bolas), com a resistência e formato indicado no projeto ou detalhe.

Inclui aterro e reaterro.

6.2.3 Sarjeta em concreto

6.2.4 Sarjetão em concreto armado

Os sarjetões deverão ser executados rigorosamente dentro dos alinhamentos, nas dimensões do projeto ou detalhe anexo.

As formas para a concretagem de sarjetões deverão ser feitas com pranchas de madeira de boa qualidade, com espessura mínima de 1" (uma polegada), sendo assentadas em cotas que assegurem, à superfície dos mesmos, um caimento de 10% (dez por cento).

Quando não houver indicação em contrário no projeto ou detalhe, os sarjetões deverão ser executados com concreto fck maior ou igual a 20,0 (vinte) MPa.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

O sarjetão deverá ser moldado após a colocação de um lastro com espessura de 0,05 m (cinco centímetros) em pedra britada nº2, devidamente compactada e no mínimo uma tela de aço soldada nervurada co espaçamento 15 x 15 cm (quinze por quinze centímetros).

A face superior do sarjetão após concretado, deverá ser alisada com colher e a **CONTRATADA** deverá fazer a concordância do sarjetão com o asfalto para que este não fique com sobressaltos que venham a prejudicar a passagem dos veículos.

Decorridas 24 (vinte e quatro) horas da execução do sarjetão, deverá ser realizada a prova de nivelamento com o uso de água em quantidade suficiente, quando a ocorrência de empoçamento com mais de 5 mm (cinco milímetros) de altura ou mais de 1,00m (um metro) de comprimento, acarretarão a não aceitação do serviço.

A face superior do sarjetão, após concretado, deverá ser alisada com colher.

Durante a concretagem, a critério da **FISCALIZAÇÃO**, deverá ser realizado o controle tecnológico, mediante o molde de 2 (dois) corpos de prova para cada 200,00 m (duzentos metros) lineares de sarjetas, e ensaios de acordo com a EM-38, por laboratório especializado.

Se a resistência aos 28 (vinte e oito) dias, resultante dos ensaios realizados, for inferior a 20,0 (vinte) MPa, a metragem correspondente de sarjetas não será aceita, podendo ser exigida a sua reconstrução.

A **CONTRATADA** deverá arcar com os custos decorrentes dos ensaios referentes ao controle tecnológico, definido pela **FISCALIZAÇÃO**, como também, pela execução dos serviços de demolição, retirada e nova construção de trechos de sarjetas não aceitos.

6.2.5 Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (rap) reciclado em usina móvel com até 3% de cap, fornecimento e aplicação

Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte, descarga, usinagem em usina móvel, mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à execução e controle de qualidade da camada de Base de Material Fresado com Espuma de Asfalto em conformidade com a norma apresentada a seguir e detalhes executivos contidos no projeto fornecido pela **FISCALIZAÇÃO** no início das obras.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO E**

A Base de Material Fresado com Espuma de Asfalto é uma mistura reciclada a frio obtida em usina móvel que utiliza como agregado material proveniente da fresagem de pavimentos asfálticos em uma porcentagem mínima em relação à massa total de agregados e filler - agregados adicionais provenientes de britagem, pó calcário, cal hidratada, cimento Portland, ou outro filler, cimento asfáltico de petróleo (CAP) sob forma de espuma (Espuma de Asfalto) e água em proporções previamente determinadas em laboratório pelo ensaio Proctor, misturada, espalhada e compactada, de forma a compor uma nova camada de base do pavimento e executada em conformidade com a presente instrução.

Essa especificação técnica foi baseada e deverão ser adotados os procedimentos contidos na norma ET PMSP-SIURB.

6.2.6 Base de brita graduada para leito carroçável

Os serviços aos quais se refere a presente seção consistem no fornecimento, carga, transporte e descarga dos materiais, compreendendo a brita graduada e eventualmente cimento, e mão-de-obra e equipamento necessários à execução e controle de qualidade de sub-bases e bases de brita graduada, com ou sem cimento, de conformidade com a norma apresentada a seguir e detalhes executivos contido no projeto.

Sub-base ou base de brita graduada, para os fins desta seção, é a camada do material resultante de mistura e umedecimento controlado e compactação de fragmentos obtidos por britagem de rochas vivas ou de pedregulhos (seixos). e a espessura deverá ser de acordo do projeto.

O projeto da sub-base ou da base a construir poderá prever a adição de cimento Portland comum à mistura. A adição será realizada em teores múltiplos de 1%, até o máximo de 4% em volume.

A brita graduada deverá satisfazer as seguintes exigências:

- 1) quanto à resistência dos materiais das partículas:
 - a) durabilidade determinada em cinco ciclos, pelo método DNER ME 89-64, com perdas menores que:
 - 20% em sulfato de sódio; ou
 - 30% em sulfato de magnésio;
 - b) abrasão Los Angeles, determinada pelo método DER M 24-61, menor que 40%;
- 2) quanto ao tamanho e à forma das partículas:
 - a) granulometria dos agregados determinada pelo método DER M 15-61, enquadrada em uma das faixas do anexo I, no caso de brita graduada sem cimento; na faixa B, quando houver adição de cimento;



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO E**

- b) equivalente de areia, determinado pelo método DNER ME 54-63, maior que 35%;
 - c) índice de lamelaridade, determinado pelo método DER M 34-70, menor que 10%;
 - d) faces resultantes de fratura, quando se utiliza o pedregulho (seixos) britado:
 - 25% do nº total de partículas retidas na peneira de 4,8 mm (nº4) deverão Ter, no mínimo, duas faces resultantes de fratura.
 - 3) quanto ao seu provável comportamento como material de sub-base ou de base:
 - a) índice de suporte Califórnia, determinado pelo método DER M 53-71, igual ou maior que 100% na energia intermediária, no caso de brita graduada tratada com cimento. O teor de cimento deverá ser fixado por dosagem, de modo a ser obtida a resistência acima referida;
 - 4) quanto às impurezas: a brita graduada deverá ser isenta de impurezas tais como torrões de solo e materiais orgânicos.
- O equipamento deverá ser capaz de executar os serviços especificados nesta norma dentro dos prazos fixados no cronograma contratual, e deverá compreender, no mínimo:
- a) usina composta de misturador, silos, depósito de água e dispositivos de controle, capaz de produzir, utilizando até três graduações de agregado, quantidade suficiente de brita graduada, com a granulometria e teores de umidade e de cimento especificados;
 - b) distribuidor autopropelido, capaz de distribuir a mistura em espessura uniforme e sem produzir segregação;
 - c) equipamento de compactação, constituído por rolos compactadores:
 - c.1 – de rodas pneumáticas de pressão regulável, com as seguintes características:
 - carga por roda: maior que 2.500 kgf.;
 - largura do rasto: maior que 2,00 m;
 - pressão de contato: maior que 6,7 kgf/cm²;
 - c.2 – de rodas lisas metálicas, vibratório e com frequência regulável, com as seguintes características:
 - largura do rasto: maior que 1,40 m;
 - peso estático: maior que 3.300 kgf;
 - d) compactadores vibratórios portáteis ou sapos mecânicos;
 - e) veículos com caçamba basculante para transporte da brita graduada e da mistura usinada;
 - f) irrigadeiras de , no mínimo 5.000 litros, equipadas com motobomba, capazes de distribuir água sob pressão regulável e uniformemente;
 - g) régua de madeira ou metálica, com arestas vivas e 3,0 metros de comprimento;
 - h) pequenas ferramentas, tais como garfos, pás, rastelos etc.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Se o equipamento não satisfizer as condições mínimas para sua utilização, será rejeitado pela **FISCALIZAÇÃO**.

O local de instalação da usina deverá ser escolhido, de modo a minimizar o momento total de transporte. O local de instalação, quando não tiver sido indicado no projeto, será proposto pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os serviços de locação e nivelamento serão executados pela **CONTRATADA** e verificados pela **FISCALIZAÇÃO**.

Nas posições correspondentes às estacas de locação, dos dois lados da pista e a distância constante da linha base (eixo), serão assentados e nivelados piquetes para controle de cotas e de alinhamento.

As sub-bases e as bases de brita graduada, tratadas ou não com cimento, serão geralmente executadas sobre a superfície resultante dos serviços de melhoria do subleito e preparo do leito ou do reforço do subleito, executados de conformidade com as normas contidas nas seções respectivas.

A espessura da camada acabada será de, no máximo, 15 centímetros. Quando se desejar maior espessura, os serviços deverão ser executados em mais de uma camada, sendo a espessura mínima acabada de qualquer delas de 10 centímetros.

A compactação será sempre iniciada pelas bordas, tomando-se o cuidado de, nas primeiras passadas, fazer com que os rolos compactadores se apoiem metade na sub-base ou na base em construção e metade no acostamento.

As passadas sucessivas de um mesmo rolo compactador serão executadas de modo a evitar que o retorno ocorra sempre na mesma seção transversal. Não será permitida a manobra dos rolos compactadores sobre as sub-bases ou as bases que estão sendo compactadas.

Durante todo o tempo que durar a construção, e até o recebimento da camada, os materiais e os serviços serão protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los.

O controle compreenderá:

- 1) Controle da brita graduada, consistindo em:
 - a) controle da resistência dos materiais das partículas, relativamente à durabilidade e abrasão Los Angeles – sempre que houver mudança de jazida ou de pedreira;





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

- b) Controle da forma das partículas, relativamente à lamelaridade e faces resultantes de fratura – sempre que houver mudança de jazida ou de sistema de britagem;
 - c) controle do tamanho das partículas, relativamente à granulometria e equivalente de areia – à razão de uma determinação de cada tipo, para cada 500 metros de extensão de sub-base ou base;
 - d) controle de grau de compactação, para o que serão efetuados furos de 40 em 40 metros, ora próximo de uma das bordas da camada, ora no centro, ora próximo da borda oposta, nesta sequência, para determinação da massa específica aparente seca final atingida pelo método DER M 23-57 e, conseqüentemente, do grau de compactação obtido;
 - e) controle da resistência da brita graduada com cimento, consistindo no rompimento por compressão, aos 7 (sete) dias de idade, de corpos de prova moldados com a mistura úmida, à razão de um par para cada 40 (quarenta) metros de extensão de sub-base ou de base;
- 2) Controle de execução dos serviços, consistindo em:
- a) verificação dos piquetes de amarração da locação e de nivelamento, antes do início dos serviços em cada subtrecho;
 - b) verificação da umidade, da espessura e da conformação da camada, tantas vezes quantas forem necessárias durante a execução dos serviços;
 - c) registro do número de passadas dos rolos compactadores, visando assegurar a obtenção do grau de compactação especificado;
 - d) verificação e anotação do consumo de cimento, em cada subtrecho;
 - e) verificação do teor de cimento por titulação química, segundo a norma ASTM D-2901-70, quando a mistura for feita em usina, com controle de hora em hora, com 2 (duas) amostras de cada vez, no mínimo. A tolerância admitida na variação do teor de cimento determinado por titulação é de +/- 10% sobre o teor especificado;
 - f) determinações da massa específica aparente seca, tantas quantas forem necessárias para assegurar a obtenção da compactação especificada;
 - g) controle e anotação do tempo despendido na compactação em cada subtrecho;
 - h) verificação da superfície durante o acabamento, tantas vezes quantas forem necessárias para assegurar o atendimento das exigências fixadas para fins de recebimento. As operações de controle serão executadas pela **CONTRATADA** e assistidas pela **FISCALIZAÇÃO**, sendo repetidas quando necessário.

7 PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

7.1 Preparo de caixa para calçamento



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO E**

O preparo de caixa para calçamento consistirá nos serviços necessários para que o terreno assuma a forma e a resistência definida pelos alinhamentos, perfis, cotas, dimensões e seção transversal típica e necessária para que este terreno fique em condições de receber as camadas de base do tipo da calçada ser executada.

Deverá obedecer a largura da calçada conforme projeto e profundidade de até 0,25 m.

A compactação deverá progredir no sentido das bordas para o centro do leito, de modo a proporcionar, massa específica aparente uniforme.

Concluída a compactação do terreno, a superfície deverá ser devidamente regularizada conforme a seção transversal do projeto e de forma a apresentar-se lisa e isenta de partes soltas ou sulcadas.

A superfície regularizada deverá ser protegida contra a ação dos agentes atmosféricos, seja por meio da execução da camada subsequente, ou mesmo pelo depósito e espalhamento sobre a mesma, dos materiais necessários à execução da camada seguinte.

Não será permitida a utilização da camada concluída para estocagem de materiais, mesmo que destinados à confecção de outros serviços atinentes a obra.

7.2 Lastro de brita (e = 0,05 m)

As calçadas deverão ser assentadas diretamente sobre uma camada de pedra britada nº 2 (dois), compactada manualmente, com espessura de 0,05 m (cinco centímetros), após previa aprovação por parte da **FISCALIZAÇÃO**.

A camada de pedra britada, lançada sobre o terreno devidamente regularizado e apiloado, deverá ter granulometria uniforme, estar isenta de argila e partes em decomposição, para ser compactada através de soquetes de madeira ou equipamento mecânico apropriado.

7.3 Captação de águas pluviais domiciliares

A **CONTRATADA** deverá providenciar a escavação dos locais a serem efetuadas as ligações conforme o projeto.

As paredes das caixas deverão ser em alvenaria de tijolos comuns, assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte para três partes) em volume fechadas com um tampão de concreto de 100 mm.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO E

Os serviços de instalação da ligação domiciliar para captação de efluentes domiciliares deverão ser executados pela **CONTRATADA** e sob orientação da **FISCALIZAÇÃO**.

Todas as ligações e extensões relacionadas a ligação domiciliar deverão ser executadas com tubos de PVC e acessórios complementares como Curva/Luva de PVC PBA nas dimensões adequadas como indicado em projeto OR e aprovadas pela **FISCALIZAÇÃO**.

O lançamento dos tubos no interior da vala deverá ser feito de forma a não esticá-los, evitando tração nos encaixes dos adaptadores e aproveitando sua plasticidade relativa.

A estanqueidade da ligação deverá ser igualmente testada antes do reaterro da vala.

A cobertura da rede deverá ser feita em camadas de 0,15 m (quinze centímetros) apiloadas, selecionando a primeira junto ao tubo, de forma a que se componha de material fino, isento de pedras e outros materiais que possam agredir o tubo. A partir daí, proceder ao aterro apiloado de forma a repetir, aproximadamente, a densidade original do solo, usando de preferência o material escavado, livre de pedras e outros corpos estranhos.

A largura da vala transversal correspondente a uma rede a ser rebaixada, deverá ser tão reduzida quanto possível, visando restringir a ação de cargas acidentais à tubulação. De uma maneira geral, não deverá exceder a 0,35 m (trinta e cinco centímetros) no leito carroçável e 0,30 m (trinta centímetros) no passeio.

Incluso neste serviço, a escavação manual das valas para a instalação das tubulações o reaterro das valas e o descarte do material não utilizado no reaterro para local de bota fora a ser indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

7.4 Calçada em concreto e = 8,0 cm

O concreto para os passeios deverá ser lançado, espalhado, nivelado e compactado de forma a constituir uma espessura mínima de 0,08 m (oito centímetros), sobre um lastro de brita na espessura mínima de 0,05 m (cinco centímetros), devidamente compactado. $F_{ck}=20$ MPa. mínimo

O consumo mínimo de cimento, por metro cúbico de concreto, será de 210 Kg/m³ (duzentos e dez quilos de cimento por metro cúbico).

As juntas de dilatação para reposição de passeio deverão ser do mesmo tipo e ter o mesmo espaçamento do passeio existente. Para os passeios novos, as juntas





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS VIAS DO BAIRRO TUPIRY

ANEXO E

serão em madeira com espessura mínima de 10 mm (dez milímetros), alinhadas de tal forma que, a superfície seja dividida em painéis. Deverão ser usados gabaritos para garantir a linearidade e o alinhamento das juntas.

Após a execução do passeio, deverá ser aplicada uma camada de argamassa de acabamento desempenada, de cimento e areia e brita, com traço de 1:3:5 (uma parte para três partes) em volume, de 0,02 m (dois centímetros) de espessura.

A argamassa deverá ser lançada sobre a superfície de concreto, previamente umedecida, porém sem a ocorrência de empoçamentos de água livre.

As juntas deverão ficar aparentes, ao nível do passeio acabado, e isentas de qualquer saliência ou irregularidade.

Desníveis de no máximo 0,02 m (dois centímetros) entre duas superfícies contíguas de passeio acabado, poderão ser aceitos pela **FISCALIZAÇÃO**, desde que, suas arestas sejam boleadas, para eliminar cantos vivos.

A cura deverá ser feita, conservando-se a superfície acabada, constantemente úmida, por um período de 7 (sete) dias consecutivos.

ENTREGA DA OBRA

A obra só será recebida pela **FISCALIZAÇÃO** se estiver totalmente concluída de acordo com os **PROJETOS, ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, PROJETOS COMPLEMENTARES, NORMAS E PADRÕES DAS COMPANHIAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, em perfeita observância às **NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS**, sendo que a **CONTRATADA** não poderá prevalecer-se de qualquer erro manifestamente involuntário ou qualquer omissão eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

ANEXO F- CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

1 CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

1.1 Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização

Este preço remunera:

A indicação do local, e a preparação do terreno para o canteiro de obras.

As instalações operacionais (escritórios, alojamentos e demais edificações do canteiro).

Contêiner e/ou sala específica para a **FISCALIZAÇÃO**.

O fechamento da área com tapume.

As ligações de água e esgoto, energia e telefone.

A mobilização de equipamento.

A desmobilização e retirada das instalações ao final do contrato.

Os serviços de limpeza, remoção de sobras ou entulho, restos de tubos, etc. Incluso neste item toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**, sendo liberado em parcelas proporcionais ao período de medição.

1.2 Administração local

Este preço remunera:

A manutenção de equipes técnica e administrativa e da infraestrutura necessária à execução da obra. Os gastos com contas de luz, telefone, água, aluguéis.

A locação de veículo para a **FISCALIZAÇÃO**.

Os gastos derivados de mão-de-obra, não apropriados nas planilhas de custos unitários, transporte, alojamento, EPI e ferramentas individuais.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**, sendo liberado em parcelas proporcionais ao período de medição.

2 SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES

2.1 Locação topográfica para passeio e pavimentação

Este preço remunera:

Os serviços de locação topográfica de pavimentação e passeio, e a equipe de topografia composta de topógrafo, auxiliares e ajudantes, bem como os instrumentos, materiais e veículos necessários para execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m (metro)** de locação topográfica, executada de acordo com projeto específico e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.2 Locação topográfica para redes de drenagem

Este preço remunera:

Os serviços de locação topográfica de drenagem e a equipe de topografia composta de topógrafo, auxiliares e ajudantes, bem como os instrumentos e materiais e veículos necessários para execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m (metro)** de locação topográfica para drenagem, executada de acordo com projeto específico e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.3 Passadiço de madeira para pedestres

Este preço remunera:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

O fornecimento, montagem de tabuleiro e das laterais de proteção, ancoragens, manutenção, limpeza e posterior remoção. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de passadiço montado na obra e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.4 Travessia em chapa metálica para veículos

Este preço remunera:

O fornecimento, ancoragens, manutenção, limpeza e posterior remoção. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de travessia metálica, montada e posterior remoção na obra e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.5 Sinalização provisória de trânsito

Este preço remunera:

O fornecimento, montagem de conjunto de sinalização, composto por no mínimo 1 suporte de madeira, uma placa de sinalização, um cone de sinalização de PVC e um luminoso de advertência (balde), um soquete com lâmpada incandescente e 30 m de fio paralelo, bem como a manutenção e posterior remoção. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **cj (conjunto)** efetivamente implantado, posteriormente removido e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

2.6 Placa de identificação da obra

Este preço remunera:

A confecção da placa, pintura (incluindo material e mão-de-obra) e instalação em local determinado pela **FISCALIZAÇÃO** e posterior remoção. Incluso neste preço, possíveis reconstruções da placa, danificada em caso de queda acidental ou arrancamento pela força dos ventos.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de placa de obra instalada e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

3 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

3.1 Demolição mecanizada de calçada

Este preço remunera:

A demolição mecanizada de calçada bem como a limpeza do local. Incluso neste item a mão-de-obra, carga e transporte do entulho, equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de calçada demolida e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.2 Demolição mecanizada de concreto simples

Este preço remunera:

A demolição mecanizada de concreto bem como a limpeza do local. Incluso neste item a mão-de-obra, carga e transporte do entulho, equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos serviços.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de demolição mecanizada de concreto e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.3 Demolição manual de concreto simples

Este preço remunera:

A demolição manual de concreto simples bem como a limpeza do local. Incluso neste item a mão-de-obra, carga e transporte do entulho, equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos serviços.

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de concreto simples demolido, carregado e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.4 Demolição de sarjeta e/ou sarjetão de concreto

Este preço remunera:

A demolição de sarjetas de concreto. Incluso neste item a mão-de-obra, remoção de entulhos, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de sarjeta e/ou sarjetão de concreto demolida (o) e liberada (o) pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.5 Demolição de pavimento asfáltico

Este preço remunera:

A demolição de pavimento asfáltico com a utilização de retroescavadeira e serra para corte de pavimento. Incluso neste item a mão-de-obra, ferramentas, remoção de entulho e equipamentos necessários à execução dos serviços.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de pavimento asfáltico demolido e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.6 Fresagem de pavimento asfáltico

Este preço remunera:

A fresagem de pavimento asfáltico bem como a limpeza do local. Incluso neste item a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de pavimento asfáltico fresado e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.7 Carga e descarga de entulho, inclusive transporte até 1 km

Este preço renumera:

A carga, descarga e espalhamento mecanizado do entulho, em local apropriado e licenciado, indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**. Incluso neste item o transporte do material até 1 km (quilometro), toda a mão-de-obra, equipamentos e combustível para a execução dos serviços.

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** sendo o volume equivalente aquele das demolições e retiradas, após liberação da **FISCALIZAÇÃO**.

3.8 Transporte de entulho a partir do primeiro km

Este preço renumera:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

O transporte do material de entulho entre os locais de carga e descarga, desconsiderando o primeiro km, o trajeto entre os locais de carga e descarga deverá ser indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**. Incluso neste item toda a mão-de-obra, equipamentos e combustível para a execução dos serviços.

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m³ x km (metro cúbico vezes quilometro)**, sendo o volume equivalente aquele das demolições e retiradas e a distância medida, acordo com o trajeto aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

3.9 Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte

Este preço remunera:

As taxas referentes a destinação de resíduo sólido em bota fora licenciado, indicado pela **CONTRATADA** e a ser aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **ton (tonelada)** sendo o volume considerado equivalente a todo o material gerado pelo entulho na obra e transportado para o bota fora, após liberação e aprovação pela **FISCALIZAÇÃO**.

4 TERRAPLENAGEM

4.1 Escavação mecanizada de solo

Este preço remunera:

A escavação mecânica de valas, cavas, em terreno de qualquer natureza, a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários (inclusive remoção de matações - bloco menor ou igual a 0,50 m³, exceto rocha). Incluso neste preço o espalhamento do material escavado e reaproveitável, em local aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de material escavado, conforme as dimensões geométricas da vala/cava ou caixa, e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

4.2 Escavação manual de solo

Este preço remunera:

A remoção com o emprego de ferramentas manuais, dos diferentes tipos de solo, desde a superfície do terreno até a cota especificada no projeto, bem como a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. Incluso neste preço o espalhamento do material escavado e reaproveitável, em local aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de material manualmente escavado, conforme as dimensões geométricas da vala/cava ou caixa, e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

4.3 Compactação de aterro e/ou reaterro

Este preço remunera:

O espalhamento e homogeneização do material, compactação mecânica e manual com soquetes ou compactadores de placa vibratória, nivelamento e acabamento. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

No caso de material proveniente de depósito, a carga no depósito, o transporte e a descarga no local de aplicação serão medidos em itens específicos.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de aterro compactado, medido na vala/cava ou caixa, após liberação da **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

4.4 Carga e descarga de terra, inclusive transporte ate 1 km

Este preço remunera:

A carga, descarga e espalhamento mecanizado do aterro, em local apropriado e licenciado, indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**. Incluso neste item o transporte do material até 1 km (quilometro), toda a mão-de-obra, equipamentos e combustível para execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)**, sendo o volume medido no corte (considerando o respectivo empolamento), e após liberação da **FISCALIZAÇÃO**.

4.5 Transporte de terra a partir do primeiro km

Este preço remunera:

O transporte do material (terra) entre os locais de carga e descarga, desconsiderando o primeiro km, o trajeto entre os locais de carga e descarga devera ser indicado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**. Incluso neste preço a mão-de-obra, equipamentos e combustível para execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ x km (metro cúbico vezes quilometro)**, sendo o volume medido no corte (considerando o respectivo empolamento) e a distância medida de acordo com o trajeto aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.

4.6 Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra

Este preço renumera:

As taxas referentes ao uso de solo inservível a ser aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** sendo o volume considerado equivalente a todo o solo inservível gerado na obra, após liberação e aprovação pela **FISCALIZAÇÃO**.

5 DRENAGEM PLUVIAL – FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

5.1 ESGOTAMENTO

5.1.1 Mobilização e desmobilização de equipamento para rebaixamento de lençol freático

Este preço remunera:

A mobilização, o transporte de ida e volta e desmobilização de equipamentos para execução dos serviços de rebaixamento.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** de equipamento mobilizado e posterior desmobilização aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**, sendo liberado, em parcelas iguais e proporcionais ao período de execução dos serviços/equipamentos.

5.1.2 Esgotamento com bombas de superfície ou submersas

Este preço remunera:

O fornecimento de bomba de superfície ou submersa, uma ou mais, mão-de-obra, materiais e acessórios necessários para a execução dos serviços de esgotamento de águas superficiais. Incluso também a reinstalação da bomba, tantas vezes quantas forem necessárias e a dispersão do material bombeado.

Medição e Pagamento:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Este serviço será medido pelo produto da potência instalada e tempo efetivo de utilização **HP x h (Horse Power vezes horas)**. A determinação da potência e período de utilização deverá ser previamente estabelecida pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.1.3 Instalação de ponteiros filtrantes para rebaixamento do lençol freático

Este preço remunera:

Os serviços de cravação das ponteiros filtrantes com profundidade de até 5 m, incluindo a execução do pré-furo e filtros, instalação do sistema de bombas, sistema de drenagem e posterior remoção do conjunto.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** de ponteiros instaladas. Os locais de instalação do sistema devem atender as indicações da **FISCALIZAÇÃO**.

5.1.4 Operação e manutenção do sistema de rebaixamento do lençol freático

Este preço remunera:

Os serviços de operação e manutenção do sistema de rebaixamento por bomba a vácuo, incluindo energia motriz necessária para funcionamento do sistema com potência até 15 HP e com até 50 ponteiros filtrantes com profundidade de até 5 m. Incluso também a reinstalação dos equipamentos, tantas vezes quantas forem necessárias, o combustível para o funcionamento dos equipamentos e a dispersão do material bombeado.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por dias corridos de cada conjunto **cj x dia (conjunto vezes dia)** de rebaixamento efetivamente em operação, liberados pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.2 ESCORAMENTO



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO F****5.2.1 Escoramento descontínuo de vala***Este preço remunera:*

A execução da estrutura de contenção das paredes das valas, poços ou cavas, com pontaletes e pranchas de peroba e estroncas de eucalipto. Inspeção e manutenção permanente, com exceção de todos os reparos necessários à segurança. Desmontagem e remoção do material componente da estrutura de escoramento após sua utilização. Toda a mão-de-obra, material, ferramentas e equipamentos empregados serão de responsabilidade da empreiteira, inclusive o transporte e descarga na obra.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de superfície lateral efetivamente escorada, após liberação da **FISCALIZAÇÃO**.

5.2.2 Escoramento contínuo de vala*Este preço remunera:*

A execução da estrutura de contenção das paredes das valas, poços ou cavas, com pontaletes e pranchas de peroba e estroncas de eucalipto. Inspeção e manutenção permanente, e todos os reparos necessários à segurança. Desmontagem e remoção do material componente da estrutura de escoramento após sua utilização. Toda a mão-de-obra, material, ferramentas e equipamentos empregados serão de responsabilidade da empreiteira, inclusive o transporte e descarga na obra.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de superfície lateral efetivamente escorada, após liberação da **FISCALIZAÇÃO**.

5.3 REDES DE DRENAGEM



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

5.3.1 Lastro de brita (e = 0,05 m)

Este preço remunera:

A regularização e apiloamento de fundo de vala, fornecimento, carga, transporte, descarga, lançamento, espalhamento de brita, bem como, toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de brita lançada, de acordo com o projeto específico, após liberação pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.3.2 Berço de concreto armado para tubos de concreto

Este preço remunera:

O fornecimento de tábua de madeira, preparo das formas laterais, montagem, desmontagem da forma, nivelamento, limpeza, retirada e recuperação das formas para reaproveitamento.

O fornecimento, manuseio, corte, dobra e montagem da armação. Incluso os arames, caranguejos, espaçadores necessários, carga, transporte e descarga no local de aplicação e o fornecimento, transporte, preparo e aplicação de concreto com fck mínimo de 20 MPa, inclusive adensamento, acabamento superficial e cura, bem como toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de concreto aplicado, de acordo com o projeto, após liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.3.3 Boca de leão simples

5.3.4 Boca de leão dupla

Este preço remunera:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

O fornecimento de tábua de madeira, escoramentos, preparo das formas laterais, montagem, desmontagem da forma, nivelamento, limpeza, retirada e recuperação das formas para reaproveitamento.

O fornecimento, manuseio, corte, dobra e montagem da armação. Incluso os arames, caranguejos, espaçadores necessários, carga, transporte e descarga no local de aplicação e o fornecimento, transporte, preparo e aplicação de concreto com fck mínimo de 20,0 MPa, inclusive adensamento, acabamento superficial e cura para laje de fundo, pilaretes de canto, cinta superior e tampa.

O fornecimento e assentamento da alvenaria em blocos de concreto 0,14 x 0,19 x 0,39 m, com argamassa traço 1:3, revestidos interna e externamente com chapisco e argamassa.

O fornecimento, manuseio, preparo do terreno, assentamento, alinhamento, nivelamento.

O fornecimento de toda a mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos e proteção necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** de boca de leão executada e liberada pela **FISCALIZAÇÃO** após a conclusão dos serviços, inclusive os revestimentos.

5.3.5 Renivelamento de PV

Este preço remunera:

O renivelamento do poço de visita solicitado, seja por projeto quanto pela **FISCALIZAÇÃO**. Incluso neste preço toda a mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** de poço de visita renivelado e liberado pela **FISCALIZAÇÃO** após a conclusão dos serviços, inclusive os revestimentos.

5.3.6 Tubo em polietileno de alta resistência PEAD - DN 400mm





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Este preço remunera:

O fornecimento, assentamento, transporte e manuseio, nivelamento de tubo para drenagem pluvial flexível, DN/DI = 400 mm, em polietileno de alta densidade (PEAD) corrugado (com ou sem perfuração), resistente a agentes químicos, intempéries e esforços mecânicos. Norma técnica NBR ISO 21138-1 e 3.

O fornecimento de toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteção necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m (metro)** de tubulação fornecida, assentada e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.3.7 Grelha articulada em ferro fundido

Este preço remunera:

O fornecimento e instalação de grelha articulada em ferro fundido pela **CONTRATADA**, de acordo com o especificado em projeto, bem como toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** de grelha articulada instalada, de acordo com o projeto e após liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4 REVESTIMENTO EM CANAIS

5.4.1 Base de pedra rachão para aduelas

Este preço remunera:

O fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de pedra rachão, de acordo com projeto e demais especificações. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de camada acabada, medida no local de acordo com o projeto e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4.2 Lastro de brita (e = 0,05m)

Este preço remunera:

A regularização e apiloamento de fundo de vala, fornecimento, carga, transporte, descarga, lançamento, espalhamento de brita, bem como toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de brita lançada, de acordo com o projeto específico, após liberação pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4.3 Berço de concreto armado para aduelas

Este preço remunera:

O fornecimento de tábua de madeira, preparo das formas, montagem, desmontagem da forma, nivelamento, limpeza, retirada e recuperação das formas para reaproveitamento.

O fornecimento, manuseio, corte, dobra e montagem da armação. Incluso os arames, caranguejos, espaçadores necessários, carga, transporte e descarga no local de aplicação e o fornecimento, transporte, preparo e aplicação de concreto com fck mínimo de 20 MPa, inclusive adensamento, acabamento superficial e cura, bem como toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de concreto aplicado, de acordo com o projeto, após liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026**
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**ANEXO F****5.4.4 Aduela fechada em concreto pré-moldado 0,50 x 1,00 m****5.4.5 Aduela fechada em concreto pré-moldado 0,50 x 1,50 m***Este preço remunera:*

O fornecimento, transporte, manuseio, assentamento, nivelamento, rejuntamento em argamassa de cimento e areia, traço 1:3 e proteção externa de juntas com manta geotêxtil, de aduelas em concreto armado nas dimensões especificadas em projeto específico. Incluso neste preço toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m (metro)** de aduelas, fornecidas, assentadas e rejuntadas de acordo com o projeto e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4.6 Poço de visita Tipo Especial 1**5.4.7 Poço de visita Tipo Especial 2****5.4.8 Poço de visita Tipo Especial 3***Este preço remunera:*

O fornecimento de tábua de madeira, escoramentos, preparo das formas laterais, montagem, desmontagem da forma, nivelamento, limpeza, retirada e recuperação das formas para reaproveitamento.

O fornecimento, manuseio, corte, dobra e montagem da armação. Incluso os arames, caranguejos, espaçadores necessários, carga, transporte e descarga no local de aplicação e o fornecimento, transporte, preparo e aplicação de concreto com fck mínimo de 25,0 MPa., inclusive adensamento, acabamento superficial e cura. Incluso neste preço toda a mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos e proteção necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **un (unidade)** de poço de visita especial executado e liberado pela **FISCALIZAÇÃO** após a conclusão dos serviços, inclusive os revestimentos.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

5.4.9 Muro testa de concreto para rede de canalização

Este preço remunera:

A construção de muro tipo Testa conforme especificado técnica e orientado pela **FISCALIZAÇÃO**. O fornecimento de toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteção necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de muro testa construído e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

5.4.10 Ala de concreto para rede de canalização

Este preço remunera:

Todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução de ala de concreto de acordo com o projeto e com aprovação da **FISCALIZAÇÃO**.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de ala de concreto construído e após liberação da **FISCALIZAÇÃO**.

5.4.11 Enrocamento de pedra lançada

Este preço remunera:

O fornecimento, carga, transporte, descarga e lançamento de pedra rachão, bem como toda a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços para o enrocamento.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de enrocamento pedra lançada/argamassada, após liberação pela **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

6 PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS – FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1 PAVIMENTO

6.1.1 Imprimação impermeabilizante

Este preço remunera:

A varredura, limpeza e secagem da superfície de aplicação, o fornecimento e a distribuição do material, uniformemente de acordo com o projeto e demais especificações. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de superfície imprimada acabada, medida no local e de acordo com o projeto, após liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.1.2 Imprimação ligante

Este preço remunera:

A varredura, limpeza e secagem da superfície de aplicação, o fornecimento e a distribuição do material uniformemente de acordo com o projeto e demais especificações. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de superfície imprimada acabada, medida no local e de acordo com o projeto, após liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.1.3 Pavimento em concreto asfáltico com asfalto borracha





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Este preço remunera:

O fornecimento dos materiais e usinagem das misturas, o espalhamento e compactação da mistura betuminosa e o acabamento da camada. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, além da carga, transporte e descarga do material da usina até o local de aplicação.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de camada acabada, medida no local e de acordo com o projeto, após liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.1.4 Pavimentação de concreto armado

Este preço remunera:

O fornecimento de tábua de madeira, preparo das formas, montagem, desmontagem da forma, nivelamento, limpeza, retirada e recuperação das formas para reaproveitamento.

O fornecimento, manuseio, corte, dobra e montagem de armação.

O fornecimento, transporte, preparo e aplicação de concreto com fck mínimo de 25,0 MPa, inclusive adensamento, acabamento superficial e cura.

Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de pavimento em concreto executado, medido no local e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.1.5 Assentamento de lona plástica

Este preço remunera:

O fornecimento, aplicação, transporte e manuseio, de toda lona necessária como especificado em projeto. O fornecimento de toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas, equipamentos e proteção necessários à execução dos serviços.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de lona, fornecida e aplicada e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.2 OBRAS VIÁRIAS

6.2.1 Preparo de caixa até 0,40 m para leito carroçável

Este preço remunera:

As operações de escarificação, correção de umidade, homogeneização, correções localizadas de cota e compactação do subleito. Incluso neste preço a mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de superfície preparada, medida no local e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.2.2 Guias pré-moldadas de concreto

Este preço remunera:

O fornecimento, transporte, preparo e a colocação das guias pré-moldadas de concreto inclusive os materiais, mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m (metro)** de guia acabada e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

6.2.3 Sarjeta em concreto

6.2.4 Sarjetão em concreto armado

Este preço remunera:

O fornecimento de tábua de madeira, preparo das formas laterais, montagem, desmontagem da forma, nivelamento, limpeza, retirada e recuperação das formas para reaproveitamento. O fornecimento, manuseio, corte, dobra e montagem de armação.

O fornecimento, transporte, preparo e aplicação de concreto com fck mínimo de 20,0 MPa, inclusive adensamento, acabamento superficial e cura.

O fornecimento, lançamento e espalhamento de lastro de brita.

Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de sarjeta ou sarjetão acabado e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.2.5 Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (rcc) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (rap) reciclado em usina móvel com até 3% de cap, fornecimento e aplicação

Este preço remunera:

O fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação do material reciclado, de acordo com projeto e demais especificações. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de camada acabada, medida no local de acordo com o projeto e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

6.2.6 Base de brita graduada para leito carroçável





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Este preço remunera:

O fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação da brita graduada, de acordo com projeto e demais especificações. Incluso neste preço a mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de camada acabada, medida no local de acordo com o projeto e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.

7 PASSEIO E CALÇADA – FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

7.1 Preparo de caixa para calçamento

Este preço remunera:

As operações de escarificação, correção de umidade, homogeneização, correções localizadas de cota e compactação do subleito. Incluso neste preço a mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de preparo de caixa, medida no local e liberada pela **FISCALIZAÇÃO**.

7.2 Lastro de brita (e = 0,05 m)

Este preço remunera:

A regularização e apiloamento de fundo de vala, fornecimento de brita, carga, transporte, descarga, lançamento, espalhamento de brita, bem como, toda mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Medição e Pagamento:





CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA NAS
VIAS DO BAIRRO TUPIRY**

ANEXO F

Este serviço será medido por **m³ (metro cúbico)** de brita fornecida e lançada, de acordo com o projeto específico, após liberação pela **FISCALIZAÇÃO**.

7.3 Captação de águas pluviais domiciliares

Este preço remunera:

A escavação da vala, aterro, reaterro, compactação, o fornecimento e preparo dos tubos de PVC nos diâmetros adequados e específicos em projeto, necessários à execução das ligações domiciliares bem como toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. Incluso neste item o lastro de brita.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m (metro)** de ligação domiciliar efetuada, no diâmetro específico, de acordo com a liberação pela **FISCALIZAÇÃO**, após teste de estanqueidade.

7.4 Calçada em concreto e = 8,0 cm

Este preço remunera:

O fornecimento, execução do piso em concreto desempenado e vassourado, formas e juntas de dilatação, proteção, limpeza do local, bem como toda a mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. Incluso neste item o preparo do terreno e compactação para receber o piso.

Medição e Pagamento:

Este serviço será medido por **m² (metro quadrado)** de calçada em concreto desempenado acabado e liberado pela **FISCALIZAÇÃO**.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEOP - Secretaria de Obras Públicas

GERENCIAMENTO DE RISCOS**ANEXO - G**

Interferências não informadas nos adastros das concessionárias das redes existentes (água, esgoto, elétrica, telecomunicações)					
RISCO1:					
PROBABILIDADE:	() raro	(x) pouco provável	() provável	() muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	() baixo	(x) médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Parada da obra ou retrabalho devido a rompimentos de redes existentes.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Solicitar levantamento atualizado de interferências com concessionárias antes do início da obra.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Acionar a concessionária responsável, ajustar o cronograma e realizar os reparos com apoio técnico especializado.				
RISCO 2: Condições climáticas adversas que impeçam a execução da drenagem e pavimentação					
PROBABILIDADE:	() raro	() pouco provável	() provável	(x) muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	() baixo	(x) médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Atrasos na obra e comprometimento da qualidade da execução dos serviços.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Promover ações, durante a execução das obras, no sentido de se antecipar/adequar as ações com margem para atividades sensíveis ao clima.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Reprogramar etapas da obra, reforçando drenagem provisória e impermeabilizações emergenciais.				
RISCO 3: Impacto à comunidade local (ruído, poeira, transtornos de acesso)					
PROBABILIDADE:	() raro	() pouco provável	() provável	(x) muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	(x) baixo	() médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Reclamações e resistência da população local, dificultando o andamento da obra.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Plano de comunicação social e implementação de medidas mitigadoras como controle de poeira, ruídos e acessibilidade.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Atendimento das manifestações com adequações na logística e ampliação da sinalização local.				
RISCO 4: Insatisfação com o acabamento ou qualidade final da repavimentação					
PROBABILIDADE:	() raro	(x) pouco provável	() provável	() muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	() baixo	(x) médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Retrabalho e aumento de custo pós-obra por falhas na execução.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Fiscalização contínua com base em critérios de qualidade e registro fotográfico.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Acionar cláusulas contratuais para correção durante o período de garantia.				
RISCO 5: Roubos e furtos de materiais ou equipamentos no canteiro de obras					
PROBABILIDADE:	() raro	(x) pouco provável	() provável	() muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	() baixo	(x) médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Interrupção da obra e aumento de custos com reposição de itens.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Implantação de vigilância, controle de acesso e armazenamento seguro.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Acionamento de seguro, registro de ocorrência e reorganização do fornecimento.				
RISCO 6: Avaria de equipamentos e máquinas durante a execução					
PROBABILIDADE:	() raro	(x) pouco provável	() provável	() muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	() baixo	(x) médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Paradas imprevistas e comprometimento do cronograma da obra.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Manutenção preventiva e contratação de equipamentos reserva para situações emergenciais.				
Id.	Ação de Contingência				

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.externo.praia.grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64G1XXYX MQ4SPPGJ 544V4CLN OVRY7DZ2

Assinado por: ELOISA OJEA GOMES TAVARES.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEOP - Secretaria de Obras Públicas

GERENCIAMENTO DE RISCOS**ANEXO - G**

1.	Reposição ou substituição imediata conforme plano de contingência da contratada.				
RISCO 7:	Ocorrência de acidentes de trabalho				
PROBABILIDADE:	() raro	(x) pouco provável	() provável	() muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	(x) baixo	() médio	() alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Paralisação da obra, sanções legais e danos à integridade física dos trabalhadores.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Cumprimento rigoroso das normas de segurança (NRs), treinamentos e uso obrigatório de EPIs.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Atendimento imediato, investigação do acidente e readequação dos protocolos de segurança.				
RISCO 8:	Problemas no fornecimento de materiais (asfalto, tubos, brita, etc.)				
PROBABILIDADE:	() raro	(x) pouco provável	() provável	() muito provável	() praticamente certo
IMPACTO:	() muito baixo	() baixo	() médio	(x) alto	() muito alto
Id.	Dano				
1.	Atrasos na execução das etapas da obra e aumento de custos.				
Id.	Ação Preventiva				
1.	Estabelecimento de contratos com múltiplos fornecedores e estoque mínimo no canteiro.				
Id.	Ação de Contingência				
1.	Realocação de frentes de serviço e aquisição emergencial de insumos.				

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64G1XXYX MQ4SPPGJ 544V4CLN OVKY7DZ2

Assinado por: ELOISA OJEA GOMES TAVARES.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO H - ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA	Folha
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry Local: Praia Grande	Proc.: 32/2026 Data lo: Março/2026

ITEM	QUANT.	UNID.	VALORES EM REAIS		
			QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
1.1	Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização	un	1,00	1.040.833,54	1.040.833,54
1.2	Administração local	un	1,00	5.077.858,91	5.077.858,91
				Subtotal	6.118.692,45
2	SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES				
2.1	Locação topográfica para passeio e pavimentação	m	21.843,55	8,14	177.806,50
2.2	Locação topográfica para redes de drenagem	m	4.491,61	14,78	66.386,00
2.3	Passadiço de madeira para pedestres	m²	33,60	400,39	13.453,10
2.4	Travessia em chapa metálica para veículos	m²	98,00	26,90	2.636,20
2.5	Sinalização provisória de trânsito	cj	38,00	1.112,14	42.261,32
2.6	Placa de identificação da obra	m²	20,00	1.105,15	22.103,00
				Subtotal	324.646,12
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				
3.1	Demolição mecanizada de calçada	m²	9.996,87	17,53	175.245,13
3.2	Demolição mecanizada de concreto simples	m³	460,22	136,93	63.017,92
3.3	Demolição manual de concreto simples	m³	471,49	353,82	166.822,59
3.4	Demolição de sarjeta e/ou sarjetão de concreto	m²	5.270,89	42,59	224.487,21
3.5	Demolição de pavimento asfáltico	m²	11.522,61	33,24	383.011,56
3.6	Fresagem de pavimento asfáltico	m²	50.347,81	13,65	687.247,61
3.7	Carga e descarga de entulho, inclusive transporte ate 1 km	m³	9.314,46	23,91	222.708,74
3.8	Transporte de entulho a partir do primeiro km	m³ x km	102.459,06	2,12	217.213,21
3.9	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	ton	3.181,40	59,70	189.929,58
				Subtotal	2.329.683,55
4	TERRAPLENAGEM				
4.1	Escavação mecanizada de solo	m³	17.313,36	16,01	277.186,89
4.2	Escavação manual de solo	m³	353,33	153,08	54.087,76
4.3	Compactação de aterro e/ou reaterro	m³	7.740,59	9,23	71.445,65
4.4	Carga e descarga de terra, inclusive transporte ate 1 km	m³	12.903,93	19,24	248.271,61
4.5	Transporte de terra a partir do primeiro km	m³ x km	141.943,23	2,37	336.405,46
4.6	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	m³	12.903,93	38,57	497.704,58
				Subtotal	1.485.101,95
5	DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				
5.1	ESGOTAMENTO				
5.1.1	Mobilização e desmobilização de equipamento para rebaixamento de lençol freático	un	5,00	16.063,47	80.317,35
5.1.2	Esgotamento com bombas de superfície ou submersas	hp x h	8.352,00	8,86	73.998,72
5.1.3	Instalação de ponteiros filtrantes para rebaixamento do lençol freático	un	250,00	922,69	230.672,50
5.1.4	Operação e manutenção do sistema de rebaixamento do lençol freático	cj x dia	1.527,00	1.050,41	1.603.976,07
				Subtotal	1.988.964,64
5.2	ESCORAMENTO				
5.2.1	Escoramento descontinuo de vala	m²	5.979,90	96,96	579.811,10
5.2.2	Escoramento continuo de vala	m²	7.542,30	168,26	1.269.067,40
				Subtotal	1.848.878,50
5.3	REDE DE DRENAGEM				
5.3.1	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	4,47	345,24	1.543,22
5.3.2	Berço de concreto armado para tubos de concreto	m³	13,41	1.792,75	24.040,78
5.3.3	Boca de leão simples	un	32,00	2.864,30	91.657,60
5.3.4	Boca de leão dupla	un	15,00	4.350,31	65.254,65
5.3.5	Renivelamento de PV	un	204,00	586,08	119.560,32
5.3.6	Tubo em polietileno de alta resistência PEAD - DN 400mm	m	129,61	282,77	36.649,82
5.3.7	Grelha articulada em ferro fundido	un	716,00	766,56	548.856,96
				Subtotal	887.563,35
5.4	REVESTIMENTO EM CANAIS				
5.4.1	Base de pedra rachão para aduelas	m³	2.066,13	268,22	554.177,39
5.4.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	344,36	345,24	118.886,85
5.4.3	Berço de concreto armado para aduelas	m³	1.033,07	1.699,03	1.755.216,92
5.4.4	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,00 x 0,50 m	m	1.929,00	2.619,24	5.052.513,96
5.4.5	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,50 x 0,50 m	m	2.433,00	3.245,15	7.895.449,95
5.4.6	Poço de visita Tipo Especial 1	un	81,00	4.894,85	396.482,85
5.4.7	Poço de visita Tipo Especial 2	un	23,00	4.582,36	105.394,28
5.4.8	Poço de visita Tipo Especial 3	un	4,00	4.237,39	16.949,56
5.4.9	Muro testa de concreto para rede de canalização	m³	1,60	2.962,84	4.740,54
5.4.10	Ala de concreto para rede de canalização	m³	45,00	2.794,17	125.737,65
5.4.11	Enrocamento de pedra lançada	m³	27,97	430,57	12.043,04
				Subtotal	16.037.592,99
6	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				
6.1	PAVIMENTO				
6.1.1	Imprimação impermeabilizante	m²	943,80	16,15	15.242,37
6.1.2	Imprimação ligante	m²	39.769,50	8,12	322.928,34
6.1.3	Pavimento em concreto asfáltico com asfalto borracha	m³	1.988,48	1.679,71	3.340.069,74
6.1.4	Pavimento de concreto armado	m³	1.266,03	1.885,80	2.387.479,37
6.1.5	Assentamento de lona plastica	m²	12.660,28	3,02	38.234,05
				Subtotal	6.103.953,87
6.2	OBRAS VIÁRIAS				
6.2.1	Preparo de caixa até 0,40 m para leito carroçável	m²	45.867,56	38,86	1.782.413,38
6.2.2	Guia pre moldada em concreto	m	8.994,85	58,09	522.510,84
6.2.3	Sarjeta em concreto	m³	873,74	1.037,21	906.251,87
6.2.4	Sarjetão em concreto armado	m³	66,07	1.402,02	92.631,46



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO H - ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA	Folha
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry Local: Praia Grande	Proc.: 32/2026 Data lo: Março/2026

6.2.5	Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (RAP) reciclado em usina móvel com até 3% de CAP, fornecimento e aplicação	m³	6.880,13	844,29	5.808.824,96
6.2.6	Base de brita graduada para leito carroçável	m³	680,20	179,10	121.823,82
				Subtotal	9.234.456,33
7	PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				
7.1	Preparo de caixa para calçamento	m²	10.951,34	12,77	139.848,61
7.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	547,57	345,24	189.043,07
7.3	Captação de águas pluviais domiciliares	m	768,00	173,28	133.079,04
7.4	Calçada em concreto e = 8,0 cm	m²	10.951,34	106,20	1.163.032,31
				Subtotal	1.625.003,03
VALOR GLOBAL					47.984.536,78





ANEXO H - CRONOGRAMA ESTIMADO DE EXECUÇÃO	Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry Local: Praia Grande	Proc.: 32/2026 Data IO: Março/2026

ITEM	SERVIÇOS	MESES																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	CANTERO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,36	339.927,33
2	SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,90	18.035,82
3	DEMOLIÇÕES E RETRADAS	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,22	145.605,25		
4	TERRAPLENAGEM	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,71	106.078,72				
5	DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO		1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,81	1.597.153,76				
6	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO			958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,64	958.650,60
7	PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO				108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,54	108.333,47
INVESTIMENTO		609.647,19	3.165.451,64	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,18	3.273.785,14	1.570.552,66	1.570.552,69	1.424.947,44	1.424.947,22
INVESTIMENTO ACUMULADO		609.647,19	5.981.899,83	9.255.685,01	12.529.470,19	15.803.255,37	19.077.040,55	22.350.825,73	25.624.610,91	28.896.396,09	32.172.181,27	35.445.966,45	38.719.751,63	41.993.536,77	43.564.089,43	45.134.642,12	46.559.589,56	47.984.536,78	
Total Geral (%)		1,27%	5,87%	12,47%	19,29%	26,11%	32,93%	39,76%	46,58%	53,40%	60,22%	67,05%	73,87%	80,69%	87,51%	90,79%	94,06%	97,03%	100,00%

FLS. PROC. DO
Nº 32/2026



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO H - LISTA DE CÓDIGOS DE REFERÊNCIA DOS PREÇOS						Folha
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry						Proc.: 32/2026
Local: Praia Grande						Data lo: março / 2026

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CODIGOS / ORIGEM	FONTE	PERIODICIDADE	DATA DE VIGENCIA	DATA DE PUBLICAÇÃO
1	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
1.1	Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização	Composicao	composição			
1.2	Administração local	Composicao	composição			
2	SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES					
2.1	Locação topográfica para passeio e pavimentação	01-011-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
2.2	Locação topográfica para redes de drenagem	99063	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
2.3	Passadiço de madeira para pedestres	Composicao	composição			
2.4	Travessia em chapa metálica para veículos	Composicao	composição			
2.5	Sinalização provisória de trânsito	Composicao	composição			
2.6	Placa de identificação da obra	02.08.020	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS					
3.1	Demolição mecanizada de calçada	Composicao	composição			
3.2	Demolição mecanizada de concreto simples	08-049-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
3.3	Demolição manual de concreto simples	03-050-003	SIURB-E	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
3.4	Demolição de sarjeta e/ou sarjetão de concreto	05-003-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
3.5	Demolição de pavimento asfáltico	97636	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
3.6	Fresagem de pavimento asfáltico	03.07.070	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
3.7	Carga e descarga de entulho, inclusive transporte ate 1 km	08-080-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
3.8	Transporte de entulho a partir do primeiro km	08-086-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
3.9	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	05.09.006	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
4	TERRAPLENAGEM					
4.1	Escavação mecanizada de solo	101230	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
4.2	Escavação manual de solo	93358	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
4.3	Compactação de aterro e/ou reaterro	96386	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
4.4	Carga e descarga de terra, inclusive transporte ate 1 km	04-015-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
4.5	Transporte de terra a partir do primeiro km	04-060-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
4.6	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	05.09.007	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
5	DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO					
5.1	ESGOTAMENTO					
5.1.1	Mobilização e desmobilização de equipamento para rebaixamento de lençol freático	08.07.050	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
5.1.2	Esgotamento com bombas de superfície ou submersas	08.07.090	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
5.1.3	Instalação de ponteiros filtrantes para rebaixamento do lençol freático	08.07.070	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
5.1.4	Operação e manutenção do sistema de rebaixamento do lençol freático	08.07.060	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
5.2	ESCORAMENTO					
5.2.1	Escoramento descontínuo de vala	06-003-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
5.2.2	Escoramento contínuo de vala	06-004-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
5.3	REDE DE DRENAGEM					
5.3.1	Lastro de brita (e = 0,05 m)	06-005-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
5.3.2	Berço de concreto armado para tubos de concreto	Composicao	composição			
5.3.3	Boca de leão simples	Composicao	composição			
5.3.4	Boca de leão dupla	Composicao	composição			
5.3.5	Renivelamento de PV	Composicao	composição			
5.3.6	Tubo em polietileno de alta resistência PEAD - DN 400mm	06-017-004	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
5.3.7	Grelha articulada em ferro fundido	06-020-023	SIURB-E	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
5.4	REVESTIMENTO EM CANAIS					
5.4.1	Base de pedra rachão para aduelas	Composicao	composição			
5.4.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	06-005-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
5.4.3	Berço de concreto armado para aduelas	Composicao	composição			
5.4.4	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,00 x 0,50 m	Composicao	composição			
5.4.5	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,50 x 0,50 m	Composicao	composição			
5.4.6	Poço de visita Tipo Especial 1	Composicao	composição			
5.4.7	Poço de visita Tipo Especial 2	Composicao	composição			
5.4.8	Poço de visita Tipo Especial 3	Composicao	composição			
5.4.9	Muro testa de concreto para rede de canalização	Composicao	composição			
5.4.10	Ala de concreto para rede de canalização	Composicao	composição			
5.4.11	Enrocamento de pedra lançada	08.10.040	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
6	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO					
6.1	PAVIMENTO					
6.1.1	Imprimação impermeabilizante	54.03.240	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
6.1.2	Imprimação ligante	54.03.230	CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
6.1.3	Pavimento em concreto asfáltico com asfalto borraça	23.52.03.05	DER	Trimestral	a partir de janeiro de 26	30 de abril de 2026
6.1.4	Pavimento de concreto armado	Composicao	composição			
6.1.5	Assentamento de lona plastica	97087	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO H - LISTA DE CÓDIGOS DE REFERÊNCIA DOS PREÇOS		Folha
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry	Proc.:	32/2026
Local: Praia Grande	Data lo:	março / 2026

6.2	OBRAS VIÁRIAS					
6.2.1	Preparo de caixa até 0,40 m para leito carroçável	05-010-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
6.2.2	Guia pre moldada em concreto	94273	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
6.2.3	Sarjeta em concreto	17-002-052	SIURB-E	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
6.2.4	Sarjetão em concreto armado	Composicao	composição			
6.2.5	Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (RAP) reciclado em usina móvel com até 3% de CAP, fornecimento e aplicação	05-099-002	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
6.2.6	Base de brita graduada para leito carroçável	96396	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
7	PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO					
7.1	Preparo de caixa para calçamento	Composicao	composição			
7.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	06-005-000	SIURB-I	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026
7.3	Captação de águas pluviais domiciliares	Composicao	composição			
7.4	Calçada em concreto e = 8,0 cm	94995	SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026

AS INFORMAÇÕES REFERENTES AS FONTES DAS COMPOSIÇÕES SÃO:

FORTE	PERIODICIDADE	DATA DE VIGENCIA	DATA DE PUBLICAÇÃO
CDHU	Trimestral	a partir de fevereiro de 26	4 de abril de 2026
DER	Trimestral	a partir de janeiro de 26	30 de abril de 2026
SICRO	Trimestral	a partir de janeiro de 26	22 de março de 2026
SINAPI	Mensal	a partir de março de 26	10 de abril de 2026
SIURB	semestral	a partir de janeiro de 26	06 de abril de 2026



<div>Anexo H</div>		COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO		Folha 1 de 1	
Objeto:		Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026	
Local:		Praia Grande		Data lo: março / 2026	

ITEM:	1.1	SERVIÇO:	Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização	UNIDADE:	un
--------------	-----	-----------------	--	-----------------	----

		Código		Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo total
1	MÃO DE OBRA						
1.1	Servente	88316	SINAPI	h	12672,00000	31,15	394.732,80
Total do item 1							394.732,80
2	MATERIAIS						
Total do item 2							-
3	EQUIPAMENTOS						
Total do item 3							-
4	SERVIÇOS						
4.1	Limpeza de terreno-motoniveladora	09-85-25	SINAPI	m²	900,00000	0,77	693,00
4.2	Tapume de chapa de madeira compensada	09-84-58	SINAPI	m²	325,00000	100,23	32.574,75
4.3	Barracão de obra para escritorio	02.01.021	CDHU	m²	195,00000	584,17	113.913,15
4.4	Sanitário de dois modulos	02.01.171	CDHU	m²	32,00000	1.097,26	35.112,32
4.5	Barracão de obra - depósito	02.01.021	CDHU	m²	390,00000	584,17	227.826,30
4.6	Fossa séptica	98055	SINAPI	un	4,00000	7.068,34	28.273,36
4.7	Ligação provisória						
	Luz	9001053	SIURB	un	1,00000	4.499,17	4.499,17
	Água	SABESP	site *	un	1,00000	203,00	203,00
Total do item 4							443.095,05
Subtotal 1+2+3+4							837.827,85
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado							24,23%
Total do item							R\$ 1.040.833,54



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7XMO4SPDCL544V4CLN OVKY7DZ2

Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.



<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 1.2	SERVIÇO: Administração Local	UNIDADE: un
------------------	-------------------------------------	--------------------

		Código		Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA						
1.1	Vigia	100289	SINAPI	h	25920,00000	33,37	864.950,40
1.2	Engenheiro Pleno de obra	90778	SINAPI	h	1440,00000	145,96	210.182,40
1.3	Engenheiro Júnior	90777	SINAPI	h	1440,00000	143,60	206.784,00
1.4	Mestre de obras	90780	SINAPI	h	6336,00000	85,10	539.193,60
1.5	Encarregado geral	90776	SINAPI	h	6336,00000	55,46	351.394,56
1.6	Tecnico de segurança	100309	SINAPI	h	3168,00000	82,38	260.979,84
1.7	Apontador	09-07-67	SINAPI	h	6336,00000	47,60	301.593,60
1.8	Almoxarife	90766	SINAPI	h	6336,00000	45,59	288.858,24
						Total do item 1	3.023.936,64
2	MATERIAIS						
						Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS						
3.1	Retroescavadeira cap caçamba frontal 0,76 m³	11014000	SIURB	h	3168,00000	179,78	569.543,04
3.2	Perua kombil 50% em operação	11022000	SIURB	h	3168,00000	100,84	319.461,12
3.3	Veiculo leve 50 %em operação	3022000	SIURB	h	3168,00000	55,09	174.525,12
						Total do item 3	1.063.529,28
4	SERVIÇOS						
						Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4							4.087.465,92
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado							24,23%
Total do item							R\$ 5.077.858,91



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7XMO4SPPGJL544V4CLN OVKY7DZ2
Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 2.3	SERVIÇO: Passadiço de madeira para pedestres	UNIDADE: m²
------------------	---	--------------------

		Código		Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA						
1.1	Servente	08-83-16	SINAPI	h	1,00000	31,15	31,15
1.2	Carpinteiro	08-82-61	SINAPI	h	2,00000	35,24	70,48
						Total do item 1	101,63
2	MATERIAIS						
2.1	Tabua de madeira nao aparelhada *2,5 x 30 cm	6212	SINAPI	m	3,33000	13,69	45,59
2.2	Caibro de madeira nao aparelhada 6 x 8 cm	4400	SINAPI	m	2,73000	26,45	72,21
2.3	Sarrafo de madeira nao aparelhada 2,5 x 7,5 cm	00-45-17	SINAPI	m	2,00000	2,89	5,78
2.4	Viga em madeira não aparelhada e 6,0 x 16 cm	00-44-72	SINAPI	m	2,00000	43,91	87,82
2.5	Prego (17x21)	00-50-68	SINAPI	kg	0,09000	11,42	1,03
2.6	Parafuso zincado rosca soberba, cabeça sextavada, 5/16 " x 18	00-43-05	SINAPI	un	4,00000	2,06	8,24
						Total do item 2	220,67
3	EQUIPAMENTOS						
						Total do item 3	-
4	SERVIÇOS						
						Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4							322,30
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado							24,23%
Total do item							R\$ 400,39



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 2.4	SERVIÇO: Travessia em chapa metálica para veículos (reutilização 100x)	UNIDADE: m²
------------------	---	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Servente	08-83-16 SINAPI	h	0,07000	31,15	2,18
					Total do item 1	2,18
2	MATERIAIS					
2.1	Chapa de aço e=1"	04-36-67 SINAPI	kg	1,99180	9,52	18,96
					Total do item 2	18,96
3	EQUIPAMENTOS					
3.1	Caminhão carroceria	5824 SINAPI	h	0,00200	253,11	0,51
					Total do item 3	0,51
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						21,65
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 26,90



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 2.5	SERVIÇO: Sinalização provisória de trânsito	UNIDADE: cj
------------------	--	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Pedreiro	88309 SINAPI	h	0,10000	35,870	3,59
					Total do item 1	3,59
2	MATERIAIS					
2.1	Peça de madeira (PINHO) 2ª qualidade 5 X 5 cm	4513 SINAPI	m	1,80000	5,810	10,46
2.2	Cone de sinalização PVC com pintura refletiva - H = 0,70 m	34498 SINAPI	un	1,00000	140,040	140,04
					Total do item 2	150,50
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Balde de sinalização, soquete e lâmpada	10016002 SIURB	un	2,77778	17,310	48,08
4.2	Placa de sinalização	02.08.020 CDHU	m²	0,64000	889,600	569,34
4.3	Concreto fck 15 Mpa - virado na obra	94963 SINAPI	m³	0,05000	418,030	20,90
4.4	Armação em aço CA-50	3002004 SIURB	kg	4,71000	10,380	48,89
4.5	Fôrma em tabua de madeira	8014002 SIURB	m²	0,64000	84,270	53,93
					Total do item 4	741,14
Subtotal 1+2+3+4						895,23
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 1.112,14



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7XMO4SPBCLE44V4CIN OVKY7DZ2
Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.



<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 3.1	SERVIÇO: Demolição mecanizada de calçada	UNIDADE: m²
------------------	---	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Servente	88316 SINAPI	h	0,10000	31,15	3,12
					Total do item 1	3,12
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
3.1	Retroescavadeira sobre pneus	5678 SINAPI	h	0,05000	174,05	8,70
3.2	Serra para corte de pavimento	E9591 SICRO	h	0,10000	22,86	2,29
					Total do item 3	10,99
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						14,11
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 17,53



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

<div>Anexo H</div>		COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO		Folha 1 de 1	
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry				Proc.: 32 / 2.026	
Local: Praia Grande				Data lo: março / 2026	

ITEM:	5.3.2	SERVIÇO:	Berço de concreto armado para tubos de concreto	UNIDADE:	m³
--------------	-------	-----------------	---	-----------------	----

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Concreto usinado fck=20 Mpa, inclusive lançamento e adensam	8026000	SIURB	m³	1,00000	519,78
4.2	Armação em aço CA-50	3002004	SIURB	kg	68,65375	10,38
4.3	Forma comum de madeira	8014002	SINAPI	m²	2,50000	84,27
					Total do item 4	1.443,09
Subtotal 1+2+3+4						1.443,09
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 1.792,75



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7XMO4SPBCLE44V4CIN OVKY7DZ2

Assinado por: ELOISA QUEA GOMES TAVARES.



ESTADO DE SAO PAULO

ITEM:	5.3.3	SERVIÇO:	Boca de leão simples	UNIDADE:	un
--------------	-------	-----------------	----------------------	-----------------	----

Nº 32 / 2.026

Objeto: *Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry*

Proc.: 32 / 2.026

Local: *Praia Grande*

Data lo: *março / 2026*



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

ITEM:	5.3.4	SERVIÇO:	Boca de leão dupla	UNIDADE:	un
--------------	-------	-----------------	--------------------	-----------------	----

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Concreto magro	94962	SINAPI	m³	0,32800	124,79
4.2	Lastro de brita	6005000	SIURB	m³	0,16400	45,58
4.3	Fornecimento de concreto fck=20 MPa	8026000	SIURB	m³	0,91050	473,26
4.4	Lançamento e aplicação de concreto em fundação	103673	SINAPI	m³	0,91050	52,80
4.5	Armação em aço CA-50	3002004	SIURB	kg	91,05000	945,10
4.6	Forma em chapa de madeira resinada	3001015	SIURB	m²	4,74400	560,36
4.7	Forma comum de madeira	8014002	SIURB	m²	1,50400	126,74
4.8	Alvenaria de bloco de concreto (e=0,15 m)	4001060	SIURB	m²	4,20800	522,34
4.9	Argamassa única	87775	SINAPI	m²	9,92000	650,85
					Total do item 4	3.501,82
Subtotal 1+2+3+4						3.501,82
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 4.350,31

32 / 2.026

Este documento foi assinado digitalmente, para verificação acesse: <https://www.tribunaljusticabrasil.org.br/assinado/577636700X0004SPPGJ54574CLN0VKY7DZ2>

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código



<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.3.5	SERVIÇO: Renivelamento de PV	UNIDADE: un
--------------------	-------------------------------------	--------------------

		Código		Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA						
1.1	Pedreiro	88309	SINAPI	h	2,60000	35,87	93,26
1.2	Servente	88316	SINAPI	h	3,80000	31,15	118,37
						Total do item 1	211,63
2	MATERIAIS						
2.1	Areia média	370	SINAPI	m³	0,08290	85,00	7,05
2.2	Cal hidratada	1106	SINAPI	kg	11,00000	1,08	11,88
2.3	Cimento Portland	1379	SINAPI	kg	20,00000	0,66	13,20
2.4	Tijolo maciço 5,7 x 9 x 19	7258	SINAPI	un	150,00000	0,56	84,00
						Total do item 2	116,13
3	EQUIPAMENTOS						
						Total do item 3	-
4	SERVIÇOS						
4.1	Lastro de brita	6005000	SIURB	m³	0,02533	277,90	7,04
4.2	Forma de madeira comum para fundação	8014002	SIURB	m²	0,40000	84,27	33,71
4.3	Fornecimento de concreto fck = 20 MPa	8026000	SIURB	m³	0,05067	519,78	26,34
4.4	Armação em aço CA-50	3002004	SIURB	kg	7,41000	10,38	76,92
						Total do item 4	144,01
Subtotal 1+2+3+4							471,77
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado							24,23%
Total do item							R\$ 586,08



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.externo.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7XMO4SPBC1544V4CIN OVKY7DZ2
Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.1	SERVIÇO: Base de rachão para aduelas	UNIDADE: m³
--------------------	---	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Pedreiro	88309 SINAPI	h	0,5000	35,87	17,94
1.2	Servente	88316 SINAPI	h	2,5000	31,15	77,88
					Total do item 1	95,82
2	MATERIAIS					
2.1	Pedra rachão	4730 SINAPI	m³	1,0000	73,11	73,11
					Total do item 2	73,11
3	EQUIPAMENTOS					
3.1	Pá carregadeira sobre pneus	5940 SINAPI	h	0,2500	187,90	46,98
					Total do item 3	46,98
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						215,91
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 268,22



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

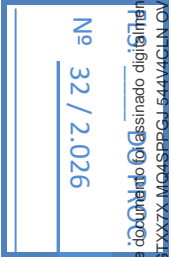
<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.3	SERVIÇO: Berço de concreto armado para aduela	UNIDADE: m³
--------------------	--	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Concreto usinado fck=20MPa, inclusive preparo e lançamento	8026000	SIURB	m³	1,00000	519,78
4.2	Forma comum de madeira	8014002	SIURB	m²	0,87000	73,31
4.3	Armação em aço CA-50	3002004	SIURB	kg	74,62000	10,38
					Total do item 4	1.367,65
Subtotal 1+2+3+4						1.367,65
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 1.699,03



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO



<div>Anexo H</div> COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.4	SERVIÇO: Fornecimento e assentamento de aduela (fechada) em concreto 1,00 x 0,50 m	UNIDADE: m
--------------------	---	-------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Pedreiro	88309 SINAPI	h	1,05000	35,87	37,66
1.2	Servente	88316 SINAPI	h	1,55000	31,15	48,28
					Total do item 1	85,94
2	MATERIAIS					
2.1	Aduela fechada em concreto armado	15.05.520 CDHU	m³	0,59000	3.153,50	1.860,57
2.2	Cimento Portland	1379 SINAPI	kg	13,44000	0,66	8,87
2.3	Areia média	370 SINAPI	m³	0,04410	85,00	3,75
2.4	Manta geotêxtil	4021 SINAPI	m²	2,35000	9,92	23,31
2.5	Cola a base de PVA	44396 SINAPI	l	0,58750	48,71	28,62
					Total do item 2	1.925,12
3	EQUIPAMENTOS					
3.1	Guindaste hidráulico sobre pneus	89272 SINAPI	h	0,42000	231,71	97,32
					Total do item 3	97,32
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						2.108,38
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 2.619,24



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.5	SERVIÇO: Fornecimento e assentamento de aduela (fechada) em concreto 1,50 x 0,50 m	UNIDADE: m
--------------------	---	-------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Pedreiro	88309 SINAPI	h	1,30000	35,87	46,63
1.2	Servente	88316 SINAPI	h	1,80000	31,15	56,07
					Total do item 1	102,70
2	MATERIAIS					
2.1	Aduela fechada em concreto armado	15.05.520 CDHU	m³	0,74000	3.153,50	2.333,59
2.2	Cimento Portland	1379 SINAPI	kg	16,64000	0,66	10,98
2.3	Areia média	370 SINAPI	m³	0,05460	85,00	4,64
2.4	Manta geotêxtil	4021 SINAPI	m²	2,85000	9,92	28,27
2.5	Cola a base de PVA	44396 SINAPI	l	0,71250	48,71	34,71
					Total do item 2	2.412,19
3	EQUIPAMENTOS					
3.1	Guindaste hidráulico sobre pneus	89272 SINAPI	h	0,42000	231,71	97,32
					Total do item 3	97,32
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						2.612,21
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 3.245,15



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta e informe o código 64GTXX7XMO4SPBCJL544V4CLN OVKY7DZ2

Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.

<div>Anexo H</div> COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.6	SERVIÇO: Poço de visita Tipo Especial 1	UNIDADE: un
--------------------	--	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Lastro de brita	6005000	SINAPI	m³	0,13650	37,93
4.2	Lastro de concreto magro	94962	SINAPI	m³	0,40950	155,79
4.3	Forma em chapa de madeira resinada	3001015	SIURB	m²	5,23120	617,91
4.4	Forma de madeira comum para fundação	2003004	SIURB	m²	4,21720	460,14
4.5	Armação em aço CA-50	3002004	SIURB	kg	93,36000	969,08
4.6	Fornec. de concreto estrutural fck=25 MPa	8027000	SINAPI	m³	0,93360	505,20
4.7	Lançamento e aplicação de concreto em estrutura	103673	SINAPI	m³	0,93360	54,14
4.8	Argamassa única	87775	SINAPI	m²	14,67960	963,13
4.9	Base de rachão para aduelas	compos	5.4.1	un	0,81900	176,83
					Total do item 4	3.940,15
Subtotal 1+2+3+4						3.940,15
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 4.894,85



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.



<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.7	SERVIÇO: Poço de visita Tipo Especial 2	UNIDADE: un
--------------------	--	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Lastro de brita	6005000 SINAPI	m³	0,17400	277,90	48,35
4.2	Lastro de concreto magro	94962 SINAPI	m³	0,52200	380,45	198,59
4.3	Forma em chapa de madeira resinada	3001015 SIURB	m²	3,93150	118,12	464,39
4.4	Forma de madeira comum para fundação	8014002 SIURB	m²	4,68650	84,27	394,93
4.5	Armação em aço CA-50	3002004 SIURB	kg	93,67500	10,38	972,35
4.6	Fornec. de concreto estrutural fck=25 MPa	8027000 SINAPI	m³	0,93675	541,13	506,90
4.7	Lançamento e aplicação de concreto em estrutura	103673 SINAPI	m³	0,93675	57,99	54,32
4.8	Argamassa única	87775 SINAPI	m²	12,54950	65,61	823,37
4.9	Base de rachão para aduelas	compos 5.4.1	un	1,04400	215,91	225,41
					Total do item 4	3.688,61
Subtotal 1+2+3+4						3.688,61
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 4.582,36



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº
32 / 2.026

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 5.4.8	SERVIÇO: Poço de visita Tipo Especial 3	UNIDADE: un
--------------------	--	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
4.1	Lastro de brita	6005000 SINAPI	m³	0,18500	277,90	51,41
4.2	Lastro de concreto magro	94962 SINAPI	m³	0,55500	380,45	211,15
4.3	Forma em chapa de madeira resinada	3001015 SIURB	m²	2,53725	118,12	299,70
4.4	Forma de madeira comum para fundação	8014002 SIURB	m²	4,94975	84,27	417,12
4.5	Armação em aço CA-50	3002004 SIURB	kg	93,71300	10,38	972,74
4.6	Fornec. de concreto estrutural fck=25 MPa	8027000 SINAPI	m³	0,93713	541,13	507,11
4.7	Lançamento e aplicação de concreto em estrutura	103673 SINAPI	m³	0,93713	57,99	54,34
4.8	Argamassa única	87775 SINAPI	m²	10,02425	65,61	657,69
4.9	Base de rachão para aduelas	compos 5.4.1	un	1,11000	215,91	239,66
					Total do item 4	3.410,92
Subtotal 1+2+3+4						3.410,92
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 4.237,39



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº
32 / 2.026

<div>Anexo H</div>		COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO		Folha 1 de 1	
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry				Proc.: 32 / 2.026	
Local: Praia Grande				Data lo: março / 2026	

ITEM: 5.4.9	SERVIÇO: Muro testa de concreto para rede de canalização	UNIDADE: m³
--------------------	---	--------------------

		Código		Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA						
						Total do item 1	-
2	MATERIAIS						
						Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS						
						Total do item 3	-
4	SERVIÇOS						
4.1	Lastro de brita	6005000	SIURB	m³	0,03846	277,90	10,69
4.2	Fornecimento de concreto fck = 20 MPa	8026000	SIURB	m³	1,00000	519,78	519,78
4.3	Forma em chapa de madeira resinada	8014002	SIURB	m²	7,22541	84,27	608,89
4.4	Armação em aço CA-50	3002004	SIURB	kg	120,00000	10,38	1.245,60
						Total do item 4	2.384,96
Subtotal 1+2+3+4							2.384,96
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado							24,23%
Total do item							R\$ 2.962,84



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalaexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7XMO4SPBCLE44VACIN OVKY7DZ2

Assinado por: ELOISA QUEJA GOMES TAVARES.



ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026



Este documento foi assinado digitalmente, para verificação acesse: <https://www.tribunal.tjpr.jus.br/portal/verificacao.aspx?chave=64GTXX7X-MQ4SPPCJ-544V4CLN-OVKY7DZ2>
Assinado por: ELOISA OJEA GOMES TAVARES.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código

<div>Anexo H</div>						COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO				Folha 1 de 1	
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry						Proc.: 32 / 2.026					
Local: Praia Grande						Data lo: março / 2026					
ITEM: 5.4.10		SERVIÇO: Ala de concreto para rede de canalização				UNIDADE: m³					
		Código		Unidade		Consumo		Custo Unitário		Custo Total	
1	MÃO DE OBRA										
									Total do item 1		-
2	MATERIAIS										
									Total do item 2		-
3	EQUIPAMENTOS										
									Total do item 3		-
4	SERVIÇOS										
4.1	Fornecimento de concreto fck = 20 MPa				8026000	SIURB	m³	1,00000	519,78	519,78	
4.2	Forma em chapa de madeira resinada				8014002	SIURB	m²	5,35733	84,27	451,46	
4.3	Armação em aço CA-50				3002004	SIURB	kg	120,00000	10,38	1.245,60	
4.4	Lastro de brita				6005000	SIURB	m³	0,11640	277,90	32,35	
									Total do item 4		2.249,19
Subtotal 1+2+3+4										2.249,19	
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado										24,23%	
Total do item										R\$ 2.794,17	

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 6.1.4	SERVIÇO: Pavimentação de concreto armado, fck 25 MPa	UNIDADE: m³
--------------------	---	--------------------

		Código		Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA						
1.1	Pedreiro	08-83-09	SINAPI	h	3,00000	35,87	107,61
1.2	Servente	08-83-16	SINAPI	h	6,00000	31,15	186,90
1.3	Armador	08-82-45	SINAPI	h	0,20000	35,62	7,12
						Total do item 1	301,63
2	MATERIAIS						
2.1	Tela soldada nervurada Q-196 aço CA60 - fio 5,0 mm	02-75-40	SIURB	kg	84,00000	7,47	627,48
2.2	Ripa de madeira nao aparelhada 2 x 7 cm	01-10-44	SIURB	m	25,00000	1,91	47,75
						Total do item 2	675,23
3	EQUIPAMENTOS						
						Total do item 3	-
4	SERVIÇOS						
4.1	Fornecimento e aplicação de concreto usinado bombeavel fck = 25 MPa	802-70-00	SIURB	m³	1,00000	541,13	541,13
						Total do item 4	541,13
Subtotal 1+2+3+4							1.517,99
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado							24,23%
Total do item							R\$ 1.885,80



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

<div>Anexo H</div> <div>COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO</div>		Folha 1 de 1
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry		Proc.: 32 / 2.026
Local: Praia Grande		Data lo: março / 2026

ITEM: 6.2.4	SERVIÇO: Sarjetão em concreto armado	UNIDADE: m³
--------------------	---	--------------------

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Pedreiro	88309 SINAPI	h	12,50000	35,87	448,38
1.2	Servente	88316 SINAPI	h	2,66000	31,15	82,86
					Total do item 1	531,24
2	MATERIAIS					
2.1	Areia média	370 SINAPI	m³	0,90400	85,00	76,84
2.2	Pedra 1	4721 SINAPI	m³	0,20900	77,78	16,26
2.3	Pedra 2	4718 SINAPI	m³	0,62700	78,19	49,03
2.4	Pedra 3	4722 SINAPI	m³	0,40000	73,47	29,39
2.5	Cimento Portland	1379 SINAPI	kg	304,00000	0,66	200,64
2.6	Aço CA-50 12,5mm	11514 SIURB	kg	30,00000	6,07	182,10
2.7	Tábua 3a 1 x 12"	D.02.000.021021 CDHU	m²	0,35000	110,72	38,75
					Total do item 2	593,01
3	EQUIPAMENTOS					
3.1	Betoneira motor a diesel 10 HP, capacidade 440 l	89278 SINAPI	h	0,30600	14,12	4,32
					Total do item 3	4,32
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						1.128,57
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 1.402,02



Município da Estância Balneária de Praia Grande
ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

<div>Anexo H</div>		COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO		Folha 1 de 1	
Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry				Proc.: 32 / 2.026	
Local: Praia Grande				Data lo: março / 2026	

ITEM:	7.1	SERVIÇO:	Preparo de caixa para calçamento	UNIDADE:	m²
--------------	-----	-----------------	----------------------------------	-----------------	----

		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MÃO DE OBRA					
1.1	Servente	88316 SINAPI	h	0,33000	31,15	10,28
					Total do item 1	10,28
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
Subtotal 1+2+3+4						10,28
Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado						24,23%
Total do item						R\$ 12,77



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026





ESTADO DE SÃO PAULO

Nº 32 / 2.026

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escanee o QRCode ou acesse: <https://assinadordigital.externo.praia.grande.sp.gov.br/consulta-e-informe-o-codigo>

64GTXXZMQ4SPPG1544V4CLND/KY7DZ2

Assinado por: ELOISA OJEA GOMES TAVARES.



OBRA DE XXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA RESPONSÁVEL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO: XXXXXX

VALOR GLOBAL: XXXXXXXX

LOCAL: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA DE PRAIA GRANDE



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO I - ORÇAMENTO	Forma
Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE PropONENTE: Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry Local: Praia Grande	Proc.: 32/2026 Data lo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO EM REAIS SEM BDI		BDI %	PREÇOS EM REAIS COM BDI	
				UNITÁRIO	TOTAL		UNITÁRIO	TOTAL
1	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
1.1	Instalação, mobilização, manutenção e desmobilização	un	1,00					
1.2	Administração local	un	1,00					
					Subtotal			Subtotal
2	SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES							
2.1	Locação topográfica para passeio e pavimentação	m	21.843,55					
2.2	Locação topográfica para redes de drenagem	m	4.491,61					
2.3	Passadiço de madeira para pedestres	m²	33,60					
2.4	Travessia em chapa metálica para veículos	m²	98,00					
2.5	Sinalização provisória de trânsito	cj	38,00					
2.6	Placa de identificação da obra	m²	20,00					
					Subtotal			Subtotal
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS							
3.1	Demolição mecanizada de calçada	m²	9.996,87					
3.2	Demolição mecanizada de concreto simples	m³	460,22					
3.3	Demolição manual de concreto simples	m³	471,49					
3.4	Demolição de sarjeta e/ou sarjetão de concreto	m²	5.270,89					
3.5	Demolição de pavimento asfáltico	m²	11.522,61					
3.6	Fresagem de pavimento asfáltico	m²	50.347,81					
3.7	Carga e descarga de entulho, inclusive transporte ate 1 km	m³	9.314,46					
3.8	Transporte de entulho a partir do primeiro km	m³ x km	102.459,06					
3.9	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	ton	3.181,40					
					Subtotal			Subtotal
4	TERRAPLENAGEM							
4.1	Escavação mecanizada de solo	m³	17.313,36					
4.2	Escavação manual de solo	m³	353,33					
4.3	Compactação de aterro e/ou reaterro	m³	7.740,59					
4.4	Carga e descarga de terra, inclusive transporte ate 1 km	m³	12.903,93					
4.5	Transporte de terra a partir do primeiro km	m³ x km	141.943,23					
4.6	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	m³	12.903,93					
					Subtotal			Subtotal
5	DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO							
5.1	ESGOTAMENTO							
5.1.1	Mobilização e desmobilização de equipamento para rebaixamento de lençol freático	un	5,00					
5.1.2	Esgotamento com bombas de superfície ou submersas	hp x h	8.352,00					
5.1.3	Instalação de ponteiros filtrantes para rebaixamento do lençol freático	un	250,00					
5.1.4	Operação e manutenção do sistema de rebaixamento do lençol freático	cj x dia	1.527,00					
					Subtotal			Subtotal
5.2	ESCORAMENTO							
5.2.1	Escoramento descontinuo de vala	m²	5.979,90					
5.2.2	Escoramento contínuo de vala	m²	7.542,30					
5.3	REDE DE DRENAGEM							
5.3.1	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	4,47					
5.3.2	Berço de concreto armado para tubos de concreto	m³	13,41					
5.3.3	Boca de leão simples	un	32,00					
5.3.4	Boca de leão dupla	un	15,00					
5.3.5	Renivelamento de PV	un	204,00					
5.3.6	Tubo em polietileno de alta resistência PEAD - DN 400mm	m	129,61					
5.3.7	Grelha articulada em ferro fundido	un	716,00					
					Subtotal			Subtotal
5.4	REVESTIMENTO EM CANAIS							
5.4.1	Base de pedra rachão para aduelas	m³	2.066,13					
5.4.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	344,36					
5.4.3	Berço de concreto armado para aduelas	m³	1.033,07					
5.4.4	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,00 x 0,50 m	m	1.929,00					
5.4.5	Aduela fechada em concreto pré-moldado 1,50 x 0,50 m	m	2.433,00					
5.4.6	Poço de visita Tipo Especial 1	un	81,00					
5.4.7	Poço de visita Tipo Especial 2	un	23,00					
5.4.8	Poço de visita Tipo Especial 3	un	4,00					
5.4.9	Muro testa de concreto para rede de canalização	m³	1,60					
5.4.10	Ala de concreto para rede de canalização	m³	45,00					
5.4.11	Enrocamento de pedra lançada	m³	27,97					
					Subtotal			Subtotal
6	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO							
6.1	PAVIMENTO							
6.1.1	Imprimação impermeabilizante	m²	943,80					
6.1.2	Imprimação ligante	m²	39.769,50					
6.1.3	Pavimento em concreto asfáltico com asfalto borracha	m³	1.988,48					
6.1.4	Pavimento de concreto armado	m³	1.266,03					
6.1.5	Assentamento de lona plastica	m²	12.660,28					
					Subtotal			Subtotal
6.2	OBRAS VIÁRIAS							
6.2.1	Preparo de caixa até 0,40 m para leito carroçável	m²	45.867,56					
6.2.2	Guia pre moldada em concreto	m	8.994,85					
6.2.3	Sarjeta em concreto	m³	873,74					
6.2.4	Sarjetão em concreto armado	m³	66,07					
6.2.5	Base betuminosa de materiais provenientes dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) e/ou da fresagem de pavimentos asfálticos (RAP) reciclado em usina móvel com até 3% de CAP, fornecimento e aplicação	m³	6.880,13					
6.2.6	Base de brita graduada para leito carroçável	m³	680,20					
					Subtotal			Subtotal



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO I - ORÇAMENTO	Forma
Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE Proponente: Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry Local: Praia Grande	Proc.: 32/2026 Data lo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO EM REAIS SEM BDI		BDI %	PREÇOS EM REAIS COM BDI	
				UNITÁRIO	TOTAL		UNITÁRIO	TOTAL
7	PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO							
7.1	Preparo de caixa para calçamento	m²	10.951,34					
7.2	Lastro de brita (e = 0,05 m)	m³	547,57					
7.3	Captação de águas pluviais domiciliares	m	768,00					
7.4	Calçada em concreto e = 8,0 cm	m²	10.951,34					
				Subtotal			Subtotal	
VALOR GLOBAL				SEM BDI=			COM BDI=	



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026**ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA TAXA DE BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS)****Contratante:** PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Proponente:****Objeto:** Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry**Local:** Praia Grande

Folha

1 de 1

Proc.: 32/2026**Data lo:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PORCENTAGEM
1	AC - Administração Central	
2	DF - Despesas Financeiras	
3	T - Tributos	
	PIS	
	COFINS	
	ISSQN *	
4	L - Lucro	
5	G - Garantia	
6	R - Risco	
	$BDI = (((1 + AC + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)) \div (1 - T)) - 1$	
	* De acordo com a Lei Municipal nº 574/2010 alterada pela lei Complementar nº 784/2018	
	OBS.: Os componentes do BDI em conformidade com o item 9.2.1 do Acórdão nº 2.622 / 2.013 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	
	BDI ADOADO	%



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.

Nº 32/2026

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA TAXA DE ENCARGOS SOCIAIS**Contratante:** PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Proponente:****Objeto:** Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry**Local:** Praia GrandeFolha
1 de 1**Proc.:** 32/2026**Data lo:**

		Porcentagem	
A	Encargos sociais básicos	0,00% * Lei 13.670/2018	
A1	Previdência Social	%	
A2	Serviço Social da Indústria (SESI)	%	
A3	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	%	
A4	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	%	
A5	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	%	
A6	Salário-educação	%	
A7	Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	%	
A8	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	%	
A9	Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (SECONCI)	%	%
B	Encargos sociais que recebem as incidências de A		
B1	Repouso semanal remunerado	%	
B2	Feriados	%	
B3	Auxílio enfermidade	%	
B4	13º salário	%	
B5	Licença paternidade	%	
B6	Faltas justificadas	%	
B7	Dias de chuvas	%	
B8	Auxílio acidente de trabalho	%	
B9	Férias gozadas	%	
B10	Salário maternidade	%	%
C	Encargos sociais que não recebem incidências globais de A		
C1	Aviso prévio indenizado	%	
C2	Aviso prévio trabalhado	%	
C3	Férias indenizadas	%	
C4	Depósito rescisão sem justa causa	%	
C5	Indenização adicional	%	%
D	Taxas das incidências e reincidências		
D1	Reincidência de A sobre B: A x B	%	
D2	Reincidência de grupo A sobre aviso prévio trabalhado e reincidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	%	%
Subtotal (A+B+C+D)			%
TOTAL			%
TAXA ADOTADA DE LEIS SOCIAIS			%
() Sem Desoneração () Com Desoneração			%



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

FLS. _____ DO PROC.
Nº **32/2026**

ANEXO I - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇO UNITÁRIO**Contratante:** PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Proponente:****Objeto:** Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry**Local:** Praia Grande

Folha
1 de 1

Proc.: 32/2026
Data lo:

ITEM:	SERVIÇO:	UNIDADE:				
		Código	Unidade	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
1	MAO DE OBRA					
					Subtotal	-
				Encargos Sociais		-
					Total do item 1	-
2	MATERIAIS					
					Total do item 2	-
3	EQUIPAMENTOS					
					Total do item 3	-
4	SERVIÇOS					
					Total do item 4	-
					Subtotal 1+2+3+4	-
					Valor resultante em % do demonstrativo da taxa de BDI adotado (modelo I5)	-
					Total do item	-





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEOP - Secretaria de Obras Públicas

ANEXO I - CRONOGRAMA ESTIMADO DE EXECUÇÃO

Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Proponente:

Objeto: Execução das Obras de Reformulação do Sistema de Drenagem Urbana nas Vias do Bairro Tupiry

Local: Praia Grande

Folha
1 de 1

Proc.: 32/2026

Data lo:

		MESES																	
ITEM	SERVIÇOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL																		
2	SERVIÇOS TÉCNICOS E PRELIMINARES																		
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS																		
4	TERRAPLENAGEM																		
5	DRENAGEM PLUVIAL - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO																		
6	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO																		
7	PASSEIO E CALÇADA - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO																		
INVESTIMENTO																			
INVESTIMENTO ACUMULADO																			
Total Geral (%)																			

FLS. PROC. DO
Nº 32/2026

Verificação de assinatura

Código de verificação:

64GTXX7X MQ4SPPGJ 544V4CLN OVKY7DZ2



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por ELOISA OJEA GOMES TAVARES, CPF: 080.557.808-03, em: 23/06/2026 09:23:25

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 64GTXX7X MQ4SPPGJ 544V4CLN OVKY7DZ2
Assinado por: ELOISA OJEA GOMES TAVARES.

